

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES ALTERNATIVAS NAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL

GABRIELA OLIVEIRA
ROBERTO GOMES CAMACHO

ESTRATÉGIAS DE
RELATIVIZAÇÃO
E CONSTRUÇÕES
ALTERNATIVAS NAS
LÍNGUAS INDÍGENAS
DO BRASIL

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Erotilde Goreti Pezatti
Fabiana Cristina Komesu
Ana Maria Benedetti
Maria Cristina Parreira da Silva
Michel Gustavo Fontes

GABRIELA OLIVEIRA
ROBERTO GOMES CAMACHO

ESTRATÉGIAS DE
RELATIVIZAÇÃO
E CONSTRUÇÕES
ALTERNATIVAS NAS
LÍNGUAS INDÍGENAS
DO BRASIL

CULTURA
ACADÊMICA 

Editora

© 2013 Editora Unesp

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

O45e

Oliveira, Gabriela Maria de

Estratégias de relativização e construções alternativas nas línguas indígenas do Brasil [recurso eletrônico]/Gabriela Maria de Oliveira, Roberto Gomes Camacho. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-473-8 (recurso eletrônico)

1. Índios da América do Sul - Brasil - Línguas. 2. Índios da América do Sul - Educação - Brasil. 3. Linguística. 4. Livros eletrônicos. I. Camacho, Roberto Gomes. II. Título.

14-08260

CDD: 498

CDU: 811.134.3

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

AGRADECIMENTOS

À Capes e à Fapesp (processo 2009/11788-2) pela concessão de auxílio à pesquisa na forma de bolsa de mestrado à coautora Gabriela Oliveira, sem a qual este trabalho se tornaria inviável.

Ao CNPQ pela concessão de auxílio à pesquisa, na forma de bolsa de produtividade em pesquisa, intitulada *Tipologia das orações relativas nas línguas nativas do Brasil* (processo 303006/2005-6), concedida ao coautor Roberto Gomes Camacho.

Nossos mais sinceros agradecimentos vão também para os colegas do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do *campus* de São José do Rio Preto, difícil de serem nomeados individualmente, que, direta ou indiretamente, deram uma contribuição inestimável para o aperfeiçoamento deste trabalho.

SUMÁRIO

Lista de abreviações	9
Introdução	15
1 Uma abordagem tipológico-funcional para a oração relativa	21
2 Uma revisão do caráter formal da Hierarquia de Acessibilidade	41
3 Um panorama sociocultural das línguas indígenas do Brasil	73
4 O enfoque tipológico das línguas indígenas do Brasil sob a perspectiva da relativização	89
Considerações finais	145
Referências	149

LISTA DE ABREVIÇÕES

1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
A	Sujeito de verbo transitivo
ABL	Ablativo
ABS	Absolutivo
ACC	Acusativo
ACT	Ação
ADV	Advérbio
ADVR	Adverbializador
AG	Agente
ANM	Animado
APPLIC	Aplicativo
ART	Artigo
ASP	Aspecto
ASSPL	Plural associativo
ATEN	Atenuante
AUG	Aumentativo

AUX	Auxiliar
BENF	Benefactivo
CAUS	Causativo
CER	Certeza
CIRC	Circunferencial
CLF	Classificador
CO	Verificação coletiva/ orientação de observação
COLL	Coletivo
COMIT	Comitativo
COMP	Complementizador
COMPV	Comparativo
CONJ	Conjunção
CONTR	Contrastivo
COP	Cópula
CTF	Partícula direcional centrífuga
DAT	Dativo
DECL	Declarativo
DEF	Definido
DEM	Demonstrativo
DEP	Dependente
DETRANS	Destransitivizador
DIM	Diminutivo
DIR	Direcional
DIST	Distante
DISTR	Distributivo
DYNM	Dinâmico
DUR	Durativo
EMPH	Ênfase
ERG	Ergativo
ESP	Especificativo

EV	Evidencial
EX	Existencial
EXCL	Exclusivo
EXT	Exterior
F	Feminino
FLR	Forma de funil
FOC	Foco
FTUB	Forma tubular
FUT	Futuro
GEN	Genitivo
GER	Gerúndio
HAB	Habitual
HIS	Tempo histórico
HSY	Marcador de fala feminina
IMM	Imediato
IMP	Imperativo
IMPL/ MSBJ	Implicativo/mesmo sujeito
INANM	Inanimado
INCH	Incoativo
INCL	Inclusivo
IND	Indicativo
INDF	Indefinido
INFL	Inflexão
INFR	Inferido
INS	Instrumento
INSV	Inessivo
INT	Modalidade intencional
INTENS	Intensificador
INTER	Interrogativo

INTRANS	Intransitivo
INV	Inversa
IO	Verificação individual/orientação de observação
IRLS	Irrealis
ITER	Iterativo
ITG	Intangível
LOC	Locativo
M	Masculino
MAL	Malefactivo
MOV	Movimento
N	Sufixo nominal
NCLF	Não classificador
NEG	Negação
NEUT	Neutro
NF	Não feminino
NF	Não finito
NM	Não masculino
NMLZ	Nominalizador
NOM	Nome, nominativo
NONACC	Não acusativo
NONASP	Não aspectual
NONVIS	Não visual
NONTEL	Atélico
NPST	Não passado
NREC	Não recente
NUC	Caso nuclear
OBJ	Objeto
Oc	Construção de objeto
P	Pessoa
PAC	Inativo

PASS	Passiva
PAUS	Pausa
PERF	Perfectivo
POL	Polidez
POSP	Posposição
POSS	Possessivo
PRED	Marcador de predicado
PREP	Preposição
PRES	Presente
PRO	Pronome
PROG	Progressivo
PROJ	Projetivo
PROX	Próximo
PST	Passado
PTCP	Particípio
PUNCT	Puntiliar
R	Prefixo relacional
R1	Prefixo relacional do tipo 1
R2	Prefixo relacional do tipo 2
REC	Recipiente
RECPST	Passado recente
RED	Reduplicação
REFL	Reflexivo
REFR	Referencial
REL	Relativizador
REM	Remoto
REP	Reportado
RES	Resultativo
RESP	Marcador de respeito
RETR	Sufixo de atualização retrospectiva

RLS	Realis
Sa	Sujeito de verbo intransitivo com traços [+controle] e [+volição]
SBJ	Sujeito
SG	Singular
SIMULT	Simultâneo
So	Sujeito de verbo intransitivo com traços [-controle] e [volição]
STAT	Estativo
T/E	Tempo verbal/evidencial
TEL	Télico
TEMP	Temporal
THEM	Tema
TOP	Tópico
TRANS	Transitivo
TRPOS	Transpositor
VBLZ	Verbalizador
VENT	Ventivo
VERT	Vertical
VIS	Visual
VOC	Vocativo
VS	Sufixo verbal

INTRODUÇÃO

Este livro tem como objetivo analisar a relevância e a importância das funções semânticas para a acessibilidade das relativas às posições sintáticas, em busca de evidências que confirmem a proposta de revisão da Hierarquia de Acessibilidade (HA), de Keenan e Comrie (1977), proposta por Dik (1997). Para tanto, analisamos 30 línguas indígenas faladas no território brasileiro, selecionadas a partir de critérios de composição de amostras tipológicas que buscam diversidade genética, geográfica e tipológica. As línguas selecionadas pertencem a 13 agrupamentos genéticos diferentes, entre famílias e troncos.

Este estudo de base tipológico-funcional fundamenta-se no trabalho transistêmico pioneiro de Keenan e Comrie (1977), considerado um dos mais influentes sobre tipologia linguística. As estratégias de formação da oração relativa e a HA propostas pelos dois autores ainda hoje fornecem base sólida para estudos dessa natureza. Entretanto, uma pesquisa de base tipológico-funcional não se pode fiar em critérios puramente morfossintáticos, como os de Keenan e Comrie (1977).¹ Sendo assim, a análise aqui apresentada procura determinar

1 Song (2001) afirma que critérios morfossintáticos não podem servir de base para estudos tipológicos, uma vez que a variação estrutural existente nas línguas é muito

em que medida as funções semânticas exercem influência na construção de relativas, com a finalidade de encontrar uma explicação alternativa para o fenômeno e de fornecer critérios mais adequados para o tratamento tipológico-funcional.

Nos estudos de Keenan e Comrie (1977), a relação estabelecida entre o elemento compartilhado pela oração matriz e pela relativa permite diferenciar o que denominam “estratégias de relativização”, ou seja, uma oração relativa dispõe de uma ou outra estratégia de relativização, a depender das configurações que a identificam como construção morfossintática. Os estudos revelam, também, que a função sintática desempenhada na oração relativa pelo item compartilhado estabelece restrições à acessibilidade das relativas. Desse modo, com base em aproximadamente 50 línguas, Keenan e Comrie (1977) propõem uma HA que serve de base para a descrição das orações relativas a partir de um ponto de vista tipológico.

Dik (1997), por sua vez, não concorda com os critérios puramente sintáticos estabelecidos por Keenan e Comrie (1977), postulando que as funções semânticas e pragmáticas desempenhadas pelo item compartilhado também fornecem restrições à acessibilidade das orações relativas. As críticas à HA de Keenan e Comrie (1977) são dirigidas tanto a razões empíricas quanto a razões teóricas. As razões empíricas dizem respeito à existência de línguas que não dispõem de nenhum tipo de construção relativa. Já as razões teóricas se relacionam ao fato de os autores tomarem como universais categorias sintáticas sem menção a nenhuma teoria que as defina e sem levar em consideração que há línguas para as quais essas funções não são relevantes.

Além disso, Keenan e Comrie (1977) apontam para o fato de que as línguas dispõem de estratégias específicas para burlar as restrições sintáticas impostas pela HA: numa língua que não permita relativização de objeto direto, por exemplo, o constituinte numa função mais baixa pode transformar-se num constituinte com função sintática mais alta, como a de sujeito, para poder ser relativiza-

grande. Além disso, critérios semânticos e pragmáticos têm maior abrangência, o que possibilita a convergência de análises tipológicas a um maior número de línguas.

do mediante o uso de uma construção passiva. Dik (1997) e Givón (1990) afirmam que esse fato é de crucial importância para a análise das relativas. Uma vez que as restrições sintáticas da hierarquia podem ser superadas, é necessário analisar, então, os mecanismos que permitem tal superação, além de investigar se há outras restrições de ordem semântica e pragmática.

Os critérios adotados por Keenan e Comrie (1977) não são de todo produtivos, já que a codificação morfossintática está presa às particularidades de uma língua específica. Distancia-se, nesse caso, de um estudo tipológico, que tem como objetivo servir de modelo de descrição e análise para qualquer língua, dentro de uma visão universal do fenômeno. Sabe-se que as línguas diferem enormemente quanto à codificação morfossintática e que, por isso, é muito grande a variação estrutural existente. Em consequência disso, é necessário estabelecer outros critérios na pesquisa tipológica, baseados na função, e não na forma dos elementos estudados, para ser possível, portanto, contar com traços translinguisticamente comparáveis.

Levando em conta essas questões teóricas, que consideramos de grande importância para os estudos tipológicos, escolhemos tomar como base de dados de nossa análise as línguas indígenas brasileiras. A razão dessa escolha se assenta no fato de haver poucos estudos tipológicos das línguas nativas do Brasil, de um modo geral, e de haver também poucos que se debruçam sobre a oração relativa como objeto de análise.

Assim, esta obra procura aproximar um estudo tipológico-funcionalista de estudos de línguas indígenas, associação já defendida por Seki (1999). Com efeito, argumenta essa autora que, no tocante às suas relações com a Linguística no Brasil, a Linguística Indígena ainda não conseguiu integrar-se com ela satisfatoriamente, seja em termos de seu objeto de estudos, seja em termos do corpo de especialistas, seja em termos institucionais. O que resultou dessa falta de integração é a marginalidade dos estudos linguísticos a que se sujeitou durante muito tempo a pesquisa em línguas indígenas no Brasil.

Uma breve análise histórica dos estudos de línguas indígenas no Brasil mostra um primeiro momento, que vai desde os estudos de An-

chieta (1595) até a primeira metade do século XX, chamado por Matoso Câmara (1977) de *Tupinologia*. Como nesse período apenas as línguas tupi eram estudadas, elas acabaram se tornando o protótipo de língua indígena no Brasil; em consequência, línguas de outras etnias ficaram relegadas a um segundo plano ou foram simplesmente omitidas.

O interesse pelas línguas indígenas cresceu consideravelmente na segunda metade do século XX, influenciado também pelo desenvolvimento da linguística brasileira como ciência, por conta de interesses políticos e do ingresso do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) no Brasil. Seki (1999) faz sérias críticas ao SIL, que, segundo ela, usou a pesquisa para fazer propaganda religiosa nas tribos indígenas. Segundo Seki (1999), a Linguística Indígena no Brasil se firmou somente depois da década de 1970, principalmente na de 1980, posterior à saída do SIL do País e do fortalecimento da Linguística como área de pesquisa.

A Linguística brasileira, apesar dos avanços, ainda não compreendeu a relevância do conhecimento das línguas não indo-europeias para a formação do linguista e para a constituição da ciência, uma vez que os resultados da investigação das línguas indígenas são, em geral, ignorados pelos especialistas de outras subáreas da Linguística. Seki (1999) afirma que o isolamento da Linguística Indígena no Brasil está refletido nos programas de encontros científicos, que a separam dos outros campos de análise, como a Fonologia e a Sintaxe, por exemplo, independentemente do foco do estudo.

Apesar de se voltar ao estudo de línguas indígenas, este trabalho não se propõe a fazer uma pesquisa em Linguística Indígena, nos moldes em que essa ciência se organiza. Centramos o foco, aqui, na caracterização tipológico-funcional da oração relativa. Entendemos, no entanto, que, ao tomar como *corpus* de análise línguas indígenas brasileiras, esta obra permite aproximar as duas áreas, a Linguística Indígena e a Análise Linguística. Além de valorizar o trabalho de linguistas indigenistas, ao revitalizar as descrições feitas por esses pesquisadores, este trabalho põe, no epicentro de suas reflexões, as próprias línguas indígenas, sempre sob o risco de um desafortunado processo de extinção.

Este texto está assim organizado: o Capítulo 1 discute questões teóricas gerais, ao mesmo tempo em que define o suporte metodoló-

gico da pesquisa. Mais especificamente, aparecem detalhadas nesse capítulo as noções de tipologia linguística, subordinação e oração relativa, que estão na base dessa abordagem.

O Capítulo 2 dá continuidade à discussão da teoria de base da análise proposta, focalizando a HA de Keenan e Comrie (1977), as críticas de Dik (1997), além da tal hierarquia e dos fundamentos teóricos sobre as funções semânticas a partir da perspectiva da Gramática Funcional e da Gramática Discursivo-Funcional.

O Capítulo 3, em que se mostra o *corpus* de análise, é também uma apresentação das línguas analisadas, especialmente dos aspectos socioculturais e étnicos vinculados à comunidade de seus usuários.

O Capítulo 4 descreve o modo como construções relativas são representadas nas línguas analisadas. Inicialmente, empreende-se uma discussão das alternativas morfossintáticas às construções relativas, destacando-se a nominalização como a estratégia mais recorrente no *corpus* analisado. Em seguida, esse capítulo apresenta a etapa de comparação translinguística fora do domínio da filiação genética. Ao se analisar cada grau da hierarquia de Keenan e Comrie (1977) a partir dos dados encontrados nas línguas indígenas, destacam-se dois pontos: (i) a relativização das funções de objeto direto, objeto indireto e oblíquo, interligadas por conta da fragilidade, em algumas línguas, da posição de objeto indireto; (ii) o caráter mais específico da relativização de sujeito nas línguas kamayurá e kaiwá. Discute-se, além disso, a aplicabilidade da Hierarquia de Função Semântica, de Dik (1997), bem como a relevância das funções semânticas para a acessibilidade à relativização.

Fecham este texto as Considerações Finais, em que discutimos ligeiramente as principais generalizações resultantes da análise.

1

UMA ABORDAGEM TIPOLOGICO-FUNCIONAL PARA A ORAÇÃO RELATIVA

O objetivo deste capítulo é apresentar as bases teóricas para a análise das construções relativas nas línguas indígenas brasileiras. Discutimos, num primeiro momento, a caracterização da pesquisa tipológica para, num segundo momento, iniciarmos o debate do caráter translinguístico das orações relativas.

O enfoque tipológico-funcional

É extremamente ampla a diversidade linguística. Estima-se que existam entre 4.000 e 6.000 línguas faladas no mundo, e, dependendo de como se faz a distinção entre língua e dialeto, esse número pode chegar a 7.000.¹ No entanto, apesar das diferenças estruturais, lexicais e pragmáticas, há traços e propriedades comuns entre as inúmeras línguas. O trabalho de identificação das propriedades universais é realizado, no âmbito da linguística funcional, pelos estudos

1 Dados de Song (2001. p.1).

de tipologia linguística. Como o propósito do tipologista é chegar à unidade, partindo do estudo das características estruturais de cada língua, seu papel é descobrir o que há de semelhante nas línguas do mundo, e o que as diferenciam umas das outras.

As generalizações obtidas das análises tipológicas têm, em geral, caráter implicacional: os tipologistas concordam, desde Greenberg (1963), que o primeiro passo para o tratamento dos padrões variáveis encontrados na análise tipológica é explicá-los por meio do uso de generalizações implicacionais. O valor teórico de generalizações implicacionais se baseia no fato de que não somente elas excluem tipos de língua logicamente impossíveis, mas também permitem certo grau de variação entre os tipos permitidos, de modo similar à variação encontrada nas análises translinguísticas.

O principal postulado da abordagem tipológico-funcional é o de que, como a variação estrutural de que dispõem as línguas do mundo é sistematicamente ordenada, ela pode ser descrita em termos de um conjunto de condições ou princípios restritivos com validade universal. A natureza universal desses princípios tem duas faces distintas, mas relacionadas.

Há, por um lado, condições que comprovam que todas as línguas se comportam do mesmo modo em relação à distribuição de certos traços particulares, como a presença ou a ausência de vogais. Essas condições postulam que o traço relevante está universalmente presente ou ausente nas línguas, não deixando margem à variação, por exemplo, o princípio de que todas as línguas dispõem de vogais.

Por outro lado, há condições relativas à correlação entre diferentes traços. Essas condições permitem afirmar que todas as línguas que dispõem de um traço X também dispõem de um traço Y. Assim, por exemplo, línguas que apresentam vogais nasais têm também as vogais orais correspondentes (Hengeveld, 2006). Uma vez que determinado traço relevante não precisa necessariamente estar presente numa língua, essas condições não podem ser consideradas universais no sentido antes mencionado: línguas não apresentam uniformidade em relação aos traços relevantes – pode haver, por exemplo, línguas com vo-

gais orais e vogais nasais, ou línguas com vogais orais, somente. O que o princípio restritivo exclui, contudo, é a existência de línguas com vogais nasais sem as orais correspondentes. Nesses termos, o princípio restritivo descreve um padrão de variação.

Embora as línguas se comportem de modo diferente em relação à distribuição dos traços relevantes, a variação existente obedece aos limites estabelecidos pelo princípio restritivo. Nesse caso, é universal o fato de que as línguas têm que se conformar ao mesmo padrão, ainda que esse padrão permita certa quantidade de variação.

Os dois tipos de condições universais anteriormente descritos inserem-se em dois conjuntos de proposições, rotulados como universais irrestritos e universais implicacionais, respectivamente. Desse modo, o instrumento principal do estudo tipológico é a hierarquia implicacional,² procedimento mediante o qual é justamente possível expressar aspectos universais que restringem a variação possível entre as línguas do mundo. As implicações obtidas por meio da hierarquia são unilaterais. Hengeveld (2006. p. 50) exemplifica a unilateralidade das hierarquias a partir do seguinte modelo abstrato:

$$(1.1) \quad A \quad > \quad B$$

Nesse modelo hierárquico simplificado, pode-se considerar que a presença de uma propriedade B implica a presença da propriedade A. No entanto, a presença de A não implica a de B, e a ausência de B não implica a ausência de A. Há, a seguir, um esquema que explica as relações mencionadas. Como a unilateralidade da hierarquia não permite, no entanto, a última combinação entre as propriedades de A e de B, excluem-se, nesse caso, 25% das variações possíveis (Hengeveld, 2006. p.50).

2 Normalmente são distinguidos dois tipos de hierarquias implicacionais: as absolutas e as estatísticas. As hierarquias absolutas são válidas para todas as línguas de que se tem conhecimento, enquanto as estatísticas são válidas para uma alta porcentagem dessas línguas (Hengeveld, 2006).

(1.2)	A	B
	+	+
	+	-
	-	-
*	-	+

O enfoque tipológico depende essencialmente da comparação translinguística, que é válida tanto para os universais implicacionais quanto para os universais irrestritos, uma vez que não se pode reconhecer nenhum desses dois tipos de universais com base na análise de uma única língua. É justamente a ênfase na comparação translinguística que mostra a diferença entre o enfoque tipológico-funcional e os enfoques formalistas, como o da Gramática Gerativa. Apesar de se debruçarem sobre a investigação de universais, os estudos gerativos se baseiam na análise de uma única língua, com a possibilidade de generalizarem-se as condições para todas as demais. Como o enfoque tipológico-funcional é em essência empírico, os dados são necessariamente coletados por meio de comparação translinguística, e seu poder explanatório depende sempre da teoria que se mostrar mais adequada.

Só se admite, portanto, na abordagem tipológico-funcional, uma comparação translinguística que se baseie em uma amostra representativa das línguas que integram o universo de investigação. Para que uma amostra seja representativa, é preciso considerar sua diversidade genética, geográfica e tipológica. As línguas da amostra devem apresentar a máxima distância genética e geográfica pelo fato de as línguas de uma mesma família ou de zonas contíguas disporem de características tão próximas que as impedem de ser tomadas como base tipológica para todas as línguas do mundo. Quanto à diversidade tipológica, por outro lado, as línguas podem ter características semelhantes por pertencerem a um mesmo tipo linguístico, fativo difícil de ser controlado, uma vez que parte dos traços tipológicos ainda não foi descrita ou determinada.

A pesquisa tipológica assume, assim, a existência de motivações sistemáticas, sujeitas aos princípios regulares subjacentes à conexão entre funções semântico-discursivas e estruturas morfossintáticas

relevantes. As motivações são relacionadas, entre outros fatores, ao modo como as estruturas se projetam nos conceitos correspondentes (iconicidade), à frequência e ao grau de acessibilidade dessas estruturas na mente do falante (economia), à dificuldade de processamento de combinações individuais de estruturas e conceitos.

Uma definição funcional-cognitiva de oração relativa

Tomamos como base de análise das orações relativas a definição de subordinação postulada por Cristofaro (2003) em função do fato de essa autora tomar a subordinação de um ponto de vista tipológico-funcional, que prioriza as relações semântico-pragmáticas sem se fiar, basicamente, em relações morfossintáticas. Tendo em mente serem as orações relativas construções subordinadas, é importante iniciar pela caracterização da subordinação.

Cristofaro (2003) entende que a subordinação se relaciona não apenas ao modo como os estados de coisas expressos por orações conectadas são percebidos e conceitualizados, mas também ao estatuto de que dispõem no contexto discursivo, especialmente porque um enfoque funcional distingue pelo menos o nível conceitual, semântico e pragmático do nível morfossintático.

Vale destacar, além disso, que, para Cristofaro (2003), critérios morfossintáticos em si mesmos não são suficientes para explicar a relação de subordinação, levando-se em conta que na comparação translinguística nem sempre línguas diversas compartilham as mesmas estruturas morfossintáticas.

Preferindo basear-se na visão cognitiva de Langacker (1991), Cristofaro (2003) parte dos princípios de assimetria e de assertividade para definir subordinação.

Começando pela(s) simetria(s), pode-se afirmar que, para construir um enunciado com dois estados de coisas relacionados, o falante tem duas escolhas: uma construção em que os dois estados de coisas são simétricos e uma construção em que os dois estados de coisas não são simétricos. De um ponto de vista cognitivo, dois estados de coisas são simétricos se ambos tiverem um perfil autônomo, como ocorre com a

coordenação. Dois estados de coisas são assimétricos quando um deles, que não dispuser de um perfil autônomo, é necessariamente construído com base no perfil do outro, como ocorre, então, com a subordinação.

A distinção pragmática entre asserção e não asserção, por seu lado, é paralela à de subordinação e não subordinação. A Pragmática localiza essa distinção no ponto de vista que o falante assume em relação ao que está sendo dito. Ao enunciar, por exemplo, a sentença contida em (1.3), o falante pressupõe que o ouvinte sabe da existência de um determinado casal que tenha se mudado para o quarto andar; nesse caso, o que o falante quer informar é apenas ter conhecido esse casal. Por isso, a parte afirmada da sentença é esse estado de coisas, e o fato de esse casal ter se mudado para o quarto andar é a parte não afirmada.

(1.3) Eu conheci o casal **que se mudou para o quarto andar**.

A noção de subordinação definida por Langacker (1991) postula que apenas um dos estados de coisas tem um perfil cognitivamente autônomo. Ao relacionar a noção de assertividade à de subordinação, Cristofaro (2003) fornece critérios universalmente consistentes para a identificação da subordinação, entendida como a situação em que se estabelece uma assimetria cognitiva tal entre dois estados de coisas interligados, que o principal sobrepuja o dependente em termos de assertividade: apenas o principal é pragmaticamente afirmado. Esse critério tem um alcance universal, sendo, portanto, para Cristofaro (2003), aplicável a qualquer língua.

A definição de oração relativa, ainda segundo Cristofaro (2003), está baseada nesse conceito de relação subordinativa: orações relativas envolvem dois estados de coisas, um dos quais, identificado como dependente, fornece especificações para o principal. A autora identifica o tipo restritivo e o tipo não restritivo de relativa. Mantendo o foco na noção de assimetria, afirma a autora que as orações relativas restritivas identificam o SN nuclear a que se ligam dentro de ampla gama de possibilidades que acaba por restringir a referência dele. As orações relativas não restritivas, por seu lado, não especifi-

cam o SN, apenas fornecem informações adicionais sobre ele. Cristofaro (2003), portanto, não considera esse segundo tipo como um caso de subordinação ao levar em conta o critério de assertividade. Como nas relativas não restritivas ambos os estados de coisas envolvidos são afirmados – podendo conter, assim, sua própria ilocução –, elas são identificadas, na Gramática Discursivo-Funcional, como Atos Discursivos (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Citando Downing (1978, p.378), De Vries (2002) afirma ser impossível fornecer uma caracterização sintática universal para as relativas, que só pode ser semanticamente concebida com base nos critérios de correferência e assertividade, critérios também utilizados por Cristofaro (2003). Segundo Downing (1978 apud De Vries, 2002), além de haver correferência entre os termos inseridos dentro e fora da oração relativa, esta se identifica como uma asserção sobre o referente do SN da oração nuclear. Um terceiro universal que caracteriza somente as restritivas, para De Vries (2002), é o da modificação. Como De Vries (2002) assume uma perspectiva mais geral, que inclui também as não restritivas, a noção de modificação não é critério relevante para ele, que também questiona a validade dos dois primeiros critérios que carecem de precisão. Com efeito, em um enunciado como “I saw John_i. He_i looked sad”. (De Vries, 2002. p.14), a segunda oração contempla as condições de correferência e assertividade, mas o resultado final não pode ser identificado como uma oração relativa.

De Vries (2002) postula que duas propriedades, ambas de natureza semântica, são essenciais para a definição de uma oração relativa: (i) uma oração relativa é subordinada; (ii) uma oração relativa está conectada ao material circundante por um constituinte pivô, que é semanticamente compartilhado tanto pela oração matriz quanto pela oração relativa. O pivô pode ser reconhecido como um antecedente, quando identificar um SN que aparece dentro da oração matriz – frequentemente, mas nem sempre a oração principal. Essa condição produz um tipo estrutural – relativa de núcleo externo – em que a relativa contém uma lacuna, que pode ser preenchida por um pronome relativo. Se o pivô aparece dentro da oração relativa, a construção é de núcleo interno. Nesse tipo estrutural, a matriz é que

contém a lacuna, que deve ser inteiramente preenchida pela construção relativa. De Vries (2002) descarta a modificação por ser traço definidor das restritivas. No entanto, como este trabalho pretende debriçar-se sobre as restritivas³ e também sobre as não restritivas, é conveniente destacar o tratamento que a modificação recebe na Gramática Discursivo-Funcional (Hegenveld; Mackenzie, 2008).

Nesse modelo, cada nível de representação tem sua própria estruturação, mas eles compartilham da propriedade de serem organizados em níveis e camadas hierarquicamente ordenadas. A forma máxima da estrutura geral de camadas dentro de cada nível é dada em (1.4) por Hegenveld e Mackenzie (2008. p.14):

$$(1.4) \quad (\pi v_1 [\text{head}(v_1)_\Phi] : [\sigma(v_1)_\Phi])_\Phi$$

Nessa representação, v_1 indica a variável da camada relevante, que é restrita por um núcleo (possivelmente complexo) que toma a variável como seu argumento, e pode ser depois restringido por um modificador σ que também toma a variável como seu argumento. A camada pode ser especificada por um operador π e exerce a função Φ . Uma oração relativa restritiva exerce a função de modificador de um núcleo nominal, que na formalização em (1.4) é representada por $[\sigma(v_1)_\Phi]$.

Todos os tipos de unidades designadoras de indivíduos podem em princípio ser qualificadas por modificadores, com exceção daqueles desprovidos de núcleo. É possível distinguir modificadores lexicais e modificadores complexos. Em línguas com adjetivos, como o português, muitos deles exercem a função de núcleo de modificadores em unidades designadoras de indiví-

3 Neste texto, procura-se aplicar o critério da assertividade para diferenciar as relativas restritivas das não restritivas. Por não haver informações pragmáticas suficientemente seguras para determinar o tipo de relativa a partir do exemplo na língua indígena, essa análise é feita com a tradução dos exemplos. Além disso, apesar de voltar-se especialmente para as restritivas, este trabalho considera todas as relativas em sua análise. Ainda, caso a análise fosse voltada apenas aos dados de relativas restritivas, a amostra seria ainda menor, por conta da escassez de material sobre as relativas em alguns trabalhos consultados, e, desse modo, a amostra seria ainda menos abrangente.

duos, como em (1.5a) (Hegenveld; Mackenzie, 2008. p.241), já que essa é a posição que define adjetivos:

- (1.5) a $(1x_i : [(f_i : \text{homem}_N(f_i))(x_i)_\Phi])$ “o homem”
 b $(1x_i : [(f_i : \text{homem}_N(f_i))(x_i)_\Phi] : [(f_i : \text{velho}_A(f_i))(x_i)_\Phi])$
 “o homem velho”

Como núcleos, os modificadores dessa camada são analisados como se compusessem predicções de um lugar com o (x_i) . Em (1.5b), o modificador envolve a atribuição da propriedade $(f_i : \text{velho}_A(f_i))$ a (x_i) em um esquema de predicção de um lugar do tipo $[(f_i)(x_i)_U]$, em que f é uma propriedade atribuída a uma entidade x com função semântica de inativo.

Modificadores podem ser de outras categorias semânticas, como quando tomam a forma de orações relativas restritivas ou orações participiais, caso em que a descrição de um estado de coisas, no qual um indivíduo se acha envolvido, é usada para caracterizar esse indivíduo como em (1.6a), que pode ser representado em (1.6b).

- (1.6) a O homem varrendo a calçada
 b $1x_i : [(f_i : \text{homem}_N(f_i))(x_i)_\Phi] : [\text{sim } e_i : [(f_j : [(f_k : \text{varrer}_V(f_k))(x_i)_A](f_j)) (e_i)_\Phi]]$
 $(1x_j : (f_1 : \text{calçada}_N(f_1))(x_j))_U](f_j)) (e_i)_\Phi]]$

Há casos em que a marcação absoluta de tempo dentro de uma oração relativa é independente do tempo da oração matriz, caso em que o verbo da oração relativa aparece na forma finita, como se vê em (1.7a), representada por (1.7b).

- (1.7) a Eu vejo o homem que estava varrendo a calçada ontem.
 b $1x_i : [(f_i : \text{homem}_N(f_i))(x_i)_\Phi] : [\text{past } ep_i : (e_i : [(prog f_j : [(f_k : \text{varrer}_V(f_k))(x_i)_A](1x_j : (f_1 : \text{calçada}_N(f_1))(x_j))_U](f_j)) (e_i)_\Phi]](ep_i : (t_i : \text{ontem}_{Adv}(t_i)) (ep_i))]$

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.244), no nível morfofossintático, a designação de sujeito ao argumento A de *varrer* e a ausência de operador de tempo absoluto são os fativos que determinam a forma *varrendo* no caso de (1.6). Já em (1.7), o operador de tempo absoluto aciona uma oração finita e o SV finito *estava varrendo*, bem como a introdução do pronome relativo.

Caracterizada a modificação a partir do ponto de vista da GDF, uma vez que De Vries (2002) não se debruça sobre esse aspecto, por considerá-lo um traço inerente apenas às restritivas, voltemos à caracterização da relativa para esse autor. Entende De Vries (2002), ainda, que existe uma terceira propriedade universal que não pode ser considerada definidora, embora seja essencial: o papel semântico e o papel sintático que o constituinte pivô exerce na oração relativa são, por princípio, independentes dos papéis que exerce fora da relativa. Em uma oração como (1.8) (adaptada de De Vries, 2002, p.15), o constituinte pivô, *rato*, é um experienciador na oração principal e um inativo na relativa. Sintaticamente, é o sujeito da principal e o objeto direto da subordinada.

(1.8) O **rato** que eu peguei ontem estava faminto.

Na maioria das línguas, as funções sintática e semântica do constituinte pivô na oração relativa não coincidem necessariamente com as que desempenha o mesmo elemento na principal.

Outra questão relevante para este trabalho são as estratégias que cada língua emprega para construir uma relativa. Keenan e Comrie (1977) afirmam que as estratégias de formação de relativas são diferenciadas com base na posição do SN quanto à oração relativa e com base na presença ou ausência de um morfema que expresse a posição relativizada. De acordo com o primeiro parâmetro, as orações relativas se subdividem em pré-nominal, pós-nominal e circum-nominal. A presença ou a ausência de morfema, no segundo parâmetro, permite a recuperação de caso. Os autores consideram, ainda, que as línguas apresentam quatro tipos de estratégias de relativização: de lacuna, de retenção de

pronome, de pronome relativo e de não redução (Keenan, 1985; Comrie, 1989).

A estratégia da lacuna é caracterizada pela ausência de marcação do núcleo nominal na oração relativa. O núcleo nominal, nesse caso, não está presente, e não há nenhum vestígio dele na oração subordinada. Supõe-se, nessa estratégia, que o ouvinte recupere o item relativizado por meio de inferência. Segundo Tarallo (1983), a relativização das posições de sujeito e de objeto, e possivelmente de oblíquos em geral, que identifica a variante cortadora no português brasileiro, pode caracterizar estratégias de lacuna, como se observa em (1.9a-c).

- (1.9) a A água que caía inundava os campos.
 b A água que bebi estava fresca.
 c O computador que gosto não está à venda.

Geralmente, essa estratégia é mais comum em línguas com ordem mais rígida de constituintes, uma vez que, nelas, é mais fácil a recuperação cognitiva de itens ausentes. O japonês, por exemplo, língua de ordem rígida SOV, tem a lacuna como estratégia de formação de relativas, como pode ser observado em (1.10).

- (1.10) Japonês (Givón, 1979, p.148)
 onna-ni tegami-o kaita otoko-wa
 woman-DAT letter-ACC wrote man-TOP
 “The man who wrote a letter to the woman.”
 O homem que escreveu uma carta para a mulher.

A estratégia de retenção de pronome requer o uso de um pronome pessoal na oração relativa que seja correferencial ao núcleo nominal da oração principal. Em outras palavras, emprega-se, na oração relativa, um pronome que recupera o item relativizado da oração principal. Essa estratégia é geralmente utilizada por línguas que dispõem de relativas pós-nominais. O início da oração relativa, na estratégia da retenção de pronome, é assinalado por um subordinador invariável, que não marca caso. O item relativizado é expresso na

relativa por meio de um pronome anafórico com marcação de caso morfossintático. O papel do subordinador, então, é apenas ligar as orações envolvidas no processo de subordinação e identificar a relativa. O item responsável pela marcação da posição relativizada é o pronome anafórico. Em (1.11), exemplifica-se um caso de relativa formada pela estratégia de retenção pronominal, em que o item *-ia* aparece como o pronome anafórico e *oro-*, como subordinador:

- (1.11) Gilbertese (Song, 2001. p.218)
 Te mane **are oro-ia te aine**
 the man that hit-him the woman
 “The man whom the woman hit.”
O homem em quem a mulher bateu.

O português emprega a estratégia da retenção de pronome como estratégia secundária. Na terminologia de Tarallo (1983), o português utiliza a estratégia copiadora, que é estigmatizada na sociedade brasileira. No caso da utilização dessa estratégia, como em (1.12), não se pode afirmar que o conector *que* seja de fato um pronome relativo. Alguns autores, entre eles Tarallo (1983), acreditam que, quando utilizada a estratégia copiadora, o pronome *que* é, na verdade, um complementizador ou marcador de relativização (Dik, 1997), perdendo, assim, as características de pronome relativo, uma vez que a recuperação do item relativizado é marcada pelo pronome pessoal.

- (1.12) a criança **que ela não tem esse contato com o livro quando ela chega na escola...** ela se sente até um po(u)co perdida
 (Iboruna AC-088:L540)⁴

A estratégia do pronome relativo envolve o uso de pronomes especiais, que em geral são formalmente relacionados a expressões

⁴ Esse exemplo foi retirado do *corpus* Iboruna, elaborado pelo projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). Outras informações sobre esse banco de dados estão disponíveis no site <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>.

demonstrativas e/ou pronomes indefinidos/interrogativos. Esses pronomes são usados para representar o papel do núcleo nominal na oração restritiva.

Segundo Givón (1990), há uma forte tendência para que os pronomes relativos não apareçam na posição relativizada, mas na fronteira entre a oração principal e a relativa, embora haja, como sempre, exceções para essa generalização, como em algumas línguas de nossa amostra, caso do canela-krahô.⁵ Além disso, esses pronomes relativos podem receber marcação de caso e, por isso, desempenham não somente a função de subordinação, mas, também, essa função de marcação do caso do termo relativizado na oração dependente.

Como dito anteriormente, os pronomes relativos relacionam-se, geralmente, a expressões demonstrativas e a pronomes interrogativos. Bastos (2002) exemplifica essa afirmação com o inglês, como pode ser visto em (1.13a) e (1.13b). Muitas das línguas europeias, como o português, o francês, o espanhol, o italiano, o alemão, além do inglês, se utilizam da estratégia do pronome relativo como principal de formação de relativas.

(1.13) a. Inglês (Bastos, 2002, p.43)

Sujeito

the	man	who	stopped
o	homem	quem	chegou

by

(para uma visita rápida)

“The man who stopped by.”

O homem que chegou (para uma visita rápida).

5 O caso canela-krahô será discutido no Capítulo 4 deste livro.

- (1.13) b. Inglês (Bastos, 2002, p.43)
Objeto direto
 the man whom she married
 o homem quem-ACC ela casou
 “The man whom she married.”
O homem com quem ela casou.

A estratégia da não redução é aquela segundo a qual há expressão completa do núcleo nominal na oração relativa. Tal estratégia é restrita às orações relativas correlativas e de núcleo interno. A língua sanumá, integrante da amostra de pesquisa do presente trabalho, é uma daquelas em que a estratégia da não redução é utilizada. Observe o exemplo em (1.14):

- (1.14) Sanumá (Borgman, 1990, p.133)
ipa ulu kökö lo-le ĩ kökö hu
 my son 3:PL sit-PRS REL 3:PL go

 mai kite
 NEG FUT
 “My sons who are sitting here will not go.”
Meus filhos que estão sentados aqui não irão.

A oração relativa típica em sanumá é de núcleo interno e seguida por uma anáfora na oração principal, correferencial ao núcleo interno. Essa anáfora consiste no pronome relativo *ĩ*, que vem seguido por um pronome classificador (no caso, *kökö*) que concorda em pessoa e número com o núcleo interno. Tanto o classificador quanto o pronome relativo podem ser omitidos, mas eles geralmente aparecem juntos nas relativas dessa língua.

Givón (1990), diferentemente de Keenan e Comrie (1977), se concentra na possibilidade de recuperação de caso para definir as estratégias de relativização. Para esse autor, a maioria das línguas faz uso de uma mistura de estratégias, em vez de uma única. Além disso, uma língua pode dispor de uma estratégia ambígua

para a recuperação do caso, e, assim, mais de um caso pode ser codificado ao mesmo tempo. O autor diz ainda haver línguas que dispõem de uma estratégia para recuperar apenas um caso específico; a recuperação de outros casos se apoiaria provavelmente em mecanismos disponíveis de redundância. Como estratégias, Givón (1979) propõe a não redundância, lacuna, pronome anafórico, pronome relativo (idênticas às propostas por Keenan e Comrie (1977)), ordem de palavras, nominalização, caso idêntico e codificação do verbo.

Assim como a estratégia da lacuna, a estratégia da ordem de palavras depende em grande parte de uma ordem fixa dos constituintes. Nas línguas em que o sujeito e o objeto direto não são morfologicamente marcados, como o inglês e o português, por exemplo, a ordem de palavras desempenha papel fundamental na relativização. É comum, em dialetos atuais do inglês, a existência de construções relativas em que a simples disposição dos constituintes na oração marca a posição relativizada. Observe os exemplos apresentados por Givón (1979. p.149):

(1.15) a. Inglês
 Sujeito
 The man **saw John yesterday** is a crook.
 O homem que viu John ontem é um trapaceiro.

(1.15) b. Inglês
 Objeto direto
 The man **John saw yesterday** is a crook.
 O homem que John viu ontem é um trapaceiro.

A eficácia dessa estratégia depende crucialmente da ordem rígida dos constituintes em inglês. Givón (1979) observa que a entonação também tem um papel importante na construção desse tipo de relativa.

Na estratégia da nominalização, por seu lado, como não dispõe de forma finita, o verbo recebe um afixo nominal; o resultado desse

processo é uma oração relativa. Geralmente, as línguas que dispõem de nominalização como estratégia de relativização contam com verbos finitos apenas em orações principais. Para ilustrar um caso de nominalização, Givón (1990. p.664) utiliza um exemplo do turco, em que o sujeito é relativizado pelo sufixo *-en*, e o objeto direto, pelo sufixo *-düg*.

- (1.16) a. Turco
Oração principal:
 Adam ev-i gör-dü
 Man house-ACC see-PST
 “The man saw the house.”
O homem viu a casa.
- b. **Sujeito:**
 ev-i gör-en adam
 house-ACC see-SBJ/NMLZ man
 “The man who saw the house.”
O homem que viu a casa.
- c. **Objeto:**
 adam-nim gör-düg-u ev
 man-GEN see-OBJ/NMLZ-3POSS house
 “The house the man saw.”
A casa que o homem viu. (lit.: A casa do homem vendo.)

A estratégia da equivalência de caso, ou de caso idêntico, é aquela em que a língua permite relativização apenas de itens que desempenham a mesma função sintática na oração principal e na oração relativa. Givón (1979) afirma que essa construção limita tão drasticamente as possibilidades de expressão de relativas que raramente ela aparece como estratégia exclusiva. Línguas, como o hebreu, utilizam essa construção como estratégia secundária.

(1.17) Hebreu (Bastos, 2002, p.46)

l-a-ish	she- Yoav	natan	(l-o)
para-o-homem	REL- Yoav	deu/ele	(para-ele)

et-ha-sefer	eyn	kesef
ACC-o-livro	NEG/ser	dinheiro

O homem para quem Yoav deu o livro não tem dinheiro.

(lit.: *Para o homem que Yoav deu para ele o livro não tem dinheiro.*)

A chamada estratégia de codificação verbal, que também é conhecida como codificação do verbo, ou, ainda, estratégia de parênteses, envolve a ocorrência de morfema de marcação de caso duas vezes: tanto no item relativizado quanto no verbo da oração relativa. Segundo Givón (1979), essa estratégia é amplamente encontrada em línguas filipinas e em línguas malaio-polinésias ocidentais. O exemplo que se segue em (1.18) é do hewa, uma língua da Papua Nova-Guiné:

(1.18) Hewa (Givón, 1990, p.668)

na-a	möfi-lë	wipe	m-ié-m-e
1SG-SBJ	homem-1SG-SBJ	porco	IND-atirar-REM-RLS

<u>möfi-le</u>	m-ei-y-e
homem-OBJ	IND-ver-REC-RLS

Eu vi o homem que atirou no porco.

(lit.: *Eu, o homem atirou no porco, (eu) vi o homem.*)

Givón (1990) ainda se estende às línguas que combinam estratégias ou que, diante de restrições, permitem operações de atribuição de caso ao termo envolvido que licencia a relativização. Por exemplo, dada uma língua que só relativiza sujeito, um termo qualquer não sujeito necessita primeiramente ser promovido a essa função mediante uma passivização; se, por outro lado, uma língua só relativiza objeto direto, procede-se, primeiramente, à promoção a essa função do termo a ser relativizado e posteriormente se aplica a relativização.

Enfocando, especificamente, a marcação morfossintática da oração relativa, Dik (1997, p.48) identifica três tipos de marcadores usados em diferentes combinações para caracterizar formalmente as orações relativas do tipo pós-nominal, como as do português brasileiro: os marcadores invariáveis de relativização (doravante MR), os pronomes pessoais e os pronomes relativos.

Os MR são comparáveis a complementizadores, como a forma *que* do português em estratégias de lacuna; esses marcadores fornecem informação explícita sobre o estatuto subordinado da oração relativa, mas não informação direta sobre a natureza da variável relativizada. No contexto de orações relativas, os pronomes pessoais dão informação sobre a natureza da variável relativizada, mas nenhuma informação sobre a natureza subordinada da própria oração. Já pronomes relativos, como os do inglês *who*, *whom*, *which*, *whose*, contêm informação tanto sobre o estatuto relativizado da oração relativa quanto sobre a natureza da variável relativizada. Ocioso dizer que o tipo de marcador depende da estratégia de relativização. Tarallo (1983) postula que, na estratégia copiadora, o uso de um pronome-lembrete faz a marcação de caso na oração relativa, tarefa não exercida pelo conectivo, que se identifica formalmente com um complementizador, não com um verdadeiro pronome relativo.

Juntos, esses elementos definem os seguintes padrões, que são os mais comumente empregados para a expressão de orações relativas pós-nominais, cuja primeira posição estrutural é representada como P1.⁶

6 Dik (1997) postula que todas as línguas têm uma posição em início de oração que é usada para propósitos especiais, que ele chama de P1. Esses propósitos especiais incluem (i) a colocação de constituintes que devem ser colocados em P1, como palavras Q, complementizadores e pronomes relativos; (ii) a colocação de constituintes com valor pragmático especial (cf. Dik, 1989, p.359).

(1.19) Marcação formal de orações relativas pós-nominais
(Dik, 1997, p.48)

	<i>Posição P1</i>	<i>Posição padrão</i>
a.	Ø	Ø
b.	MR	Ø
c.	Ø	pronome pessoal
d.	MR	pronome pessoal
e.	MR + pronome pessoal	Ø
f.	pronome relativo	Ø

As seguintes construções em inglês ilustram esses diferentes padrões:

(1.20) a.	the book	Ø	John	read	Ø
b.	the book	that	John	read	Ø
c.	the book	Ø	John	read	it
d.	the book	that	John	read	it
e.	the book	that it	John	read	Ø
f.	the book	which	John	read	Ø

(Dik, 1997, p.49)

Devem-se notar os seguintes pontos: o MR e o pronome relativo sempre aparecem em posição inicial da oração relativa, que é a posição P1; assim, uma vez marcado o estatuto relativo ou de MR, a codificação morfossintática dessa função já aparece no início da oração. Quando uma oração relativa contém um elemento pronominal, deve-se falar de “expressão pronominal” da variável anafórica relativizada. Esse elemento pronominal, se de fato ocorrer, posiciona-se tipicamente na posição padrão, isto é, a posição que um pronome deveria assumir numa oração não relativa; ele pode também ser atraído para a posição inicial (tipo (1.19)/(1.20e)), mas o tipo mais familiar, inclusive ao português brasileiro, é (1.19)/(1.20d).

Vale destacar que o pronome relativo e o pronome pessoal excluem-se mutuamente. Essa exclusão afasta a possibilidade de casos convincentes de uma construção correspondente a **the book which John read it*, considerando que *which*, diferentemente de

that, é de fato pronome relativo e, como tal, já estabelece relação anafórica com um antecedente.

Um fativo importante para a análise das orações relativas é a categoria tipológica da língua. Segundo Pezatti (1992), há três classificações que distinguem o comportamento sintático-semântico das línguas: línguas nominativas, línguas ergativas e línguas ativas.

Nas línguas nominativo-acusativas, como o latim (também o português), o sujeito, independentemente da transitividade do verbo, é marcado da mesma forma em oposição ao objeto. Há, portanto, uma neutralização das funções semânticas e pragmáticas desempenhadas pelo item na função de sujeito.

As línguas ergativo-absolutivas, por sua vez, distinguem o sujeito de verbo transitivo do sujeito de verbo intransitivo e do objeto. Pezatti (1992) afirma haver um alinhamento entre o sujeito de verbo intransitivo e o objeto, que se diferenciam do sujeito de verbo transitivo. Nesse caso, a morfossintaxe se orienta de acordo com a transitividade da oração.

Nas línguas ativo-estativas, o comportamento dos argumentos não se baseia propriamente no sujeito ou no objeto, mas sim no verbo. De acordo com Pezatti (1992), verbos estativos codificam sujeito no caso inativo, enquanto verbos dinâmicos requerem o uso de sujeito no caso ativo e o objeto, se houver, no caso inativo. Nesse caso, a Morfologia é semanticamente orientada.

Há, ainda, um quarto tipo de língua, que dispõem de ergatividade cindida. Segundo Pezatti (1992, p.69), o fenômeno da ergatividade cindida diz respeito a línguas que se comportam em alguns aspectos sobre a base ergativo-absolutiva e em outros sobre a base nominativo-acusativa. Há, portanto, uma mistura de ergatividade com acusatividade. Pezatti (1992), citando Dixon (1979), afirma que são três os fativos que influenciam, basicamente, esse tipo de língua: a natureza semântica do verbo, a natureza semântica do SN e o aspecto/tempo da sentença.

2

UMA REVISÃO DO CARÁTER FORMAL DA HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE

Contribuição da Gramática Funcional: o caráter semântico da Hierarquia de Acessibilidade

Os estudos de Keenan e Comrie (1977) revelam que o papel sintático do participante compartilhado pela oração matriz e a dependente permite diferenciar tipos de construções relativas. Com base numa amostra de aproximadamente 50 línguas, os autores observam que a variação obedece a padrões regulares de distribuição tipológica. Desse modo, considerando-se a relativização, eles propõem a seguinte Hierarquia de Acessibilidade (HA):

- (2.1) Sujeito > objeto direto > objeto indireto > oblíquo >
genitivo > objeto de comparação
(Keenan; Comrie, 1977, p.66)

A leitura da hierarquia permite afirmar que a posição de sujeito, a mais alta da HA, é, por isso mesmo, a mais suscetível à relativização, enquanto a de objeto de comparação, situada no extremo inferior, é a menos acessível a esse tipo de oração. Portanto,

a relativização da posição de sujeito é considerada primária, pois todas as línguas que dispõem de uma construção relativa necessariamente relativizam SNs exercendo essa função. Se uma língua é capaz de relativizar o grau mais baixo da escala – objeto de comparação –, ela é capaz de relativizar todos os graus mais altos, uma vez que, sob condições normais, não é possível transpor nenhum ponto da HA, em relação à qual Keenan e Comrie (1977) formulam as seguintes restrições:

- (i) todas as línguas têm uma estratégia de relativização primária que pode ser, no mínimo, aplicada ao sujeito;
- (ii) outras estratégias não primárias podem ser aplicadas a qualquer ponto da HA;
- (iii) qualquer estratégia de relativização deve se aplicar a um segmento contínuo da HA;
- (iv) qualquer estratégia de relativização pode ter seu ponto de corte em qualquer posição da HA, com exceção da estratégia que expressa a posição relativizada por um pronome: uma vez que essa estratégia começa, ela continua em direção à última posição da HA que é relativizável na língua em questão;
- (v) se as estratégias deixam uma lacuna na HA, então as posições na lacuna não diretamente relativizadas podem ser “promovidas” a posições a partir das quais elas se tornam relativizáveis.

As línguas que usam combinação de diferentes estratégias de relativização mostram uma curiosa tendência de distribuição, segundo Keenan e Comrie (1977): as estratégias mais complexas de processamento são aplicadas a termos mais altos da hierarquia, enquanto as estratégias de processamentos mais simples são aplicadas a pontos mais baixos. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Sobre a HA de Keenan e Comrie, Cristofaro (2003) afirma:

A proposta original de Keenan e Comrie (1977) está sustentada na facilidade psicológica da compreensão. Quanto mais baixa está uma função na Hierarquia de Acessibilidade, mais difícil de serem entendidas são as

orações relativas formadas com base nessa função (Cristofaro, 2003, p. 208; tradução nossa).

Em outras palavras, se o falante é cognitivamente capaz de processar orações relativas construídas com uma função menos acessível, ele é ainda mais capaz de processar orações relativas formadas com as funções consideradas mais acessíveis.

Keenan e Comrie (1977) afirmam que um fenômeno sintático se identifica com uma oração relativa se ele especifica um conjunto de objetos em dois momentos. Especifica-se, num primeiro momento, um conjunto maior, chamado “domínio da relativização”, e, num segundo momento, restringe-se esse conjunto maior a um subconjunto do qual a sentença restritiva é verdadeira. Exprime-se o domínio da relativização na estrutura superficial com o SN nuclear, e a modificação restritiva, com a oração relativa, que pode estar ou não expressa na estrutura superficial. Considere-se, por exemplo, a sentença contida em (2.2):

(2.2) porque tem um colega meu **que nunca usô(u) droga**
(Iboruna AC-031:L190)

Na oração relativa em (2.2), o domínio da relativização é o conjunto de meus colegas, e o SN nuclear é *colega*. A sentença restritiva é *ele nunca usou droga*, e a oração relativa é *que nunca usou droga*.

Os autores afirmam que a HA define condições que toda e qualquer gramática de língua humana deve respeitar. No entanto, Dik (1997) critica a aplicação de restrições unicamente sintáticas à HA, entendendo que as outras funções que a Gramática Funcional distingue, as funções semânticas e as pragmáticas, não devidamente levadas em conta por Keenan e Comrie (1977), são relevantes para se postular a acessibilidade das construções relativas.

A partir desse estudo pioneiro de Keenan e Comrie (1997), Dik (1997) propõe ampliar o escopo da aplicação da HA para além das

funções sintáticas. Para dar conta da adequação pragmática da Gramática Funcional (doravante GF), Dik (1997) inicia sua proposta tratando dos tipos de restrições que influenciam a acessibilidade, que, para ele, é definida como a capacidade de uma posição ser o alvo de alguma operação gramatical.¹ Segundo o autor:

Uma posição de termo T para qual uma operação O pode ser aplicada é acessível a O; caso contrário, não é acessível a O. Se T não é acessível a O, deve haver alguma restrição de acessibilidade que impede O de aplicar-se a T. (Dik, 1997, p.357; tradução nossa).

Dik (1997) distingue três tipos de restrições que envolvem os processos da acessibilidade:

- (i) restrições intrínsecas, que envolvem propriedades inerentes ao termo-alvo (T);
- (ii) restrições hierárquicas, que envolvem a posição do termo-alvo (T) no interior da estrutura oracional em que ocorre;
- (iii) restrições funcionais, que envolvem o estatuto funcional do termo-alvo (T).

Sobre as restrições intrínsecas do termo-alvo, é possível sustentar que, se uma dada língua, por exemplo, dispuser apenas de sujeitos formados por termos definidos, é a definitude, propriedade nem hierárquica nem funcional, que governa a acessibilidade.

Geralmente, as restrições intrínsecas não podem ser definidas em termos absolutos, mas de acordo com relações de prioridade, por sua vez, a ser interpretadas em termos de acessibilidade. Os fatívoes intrínsecos mais relevantes, segundo Dik (1989, p.359), estão representados em (2.3):

1 Operações gramaticais que podem sofrer restrições de acessibilidade são atribuição de sujeito e de objeto, relativização, interrogação com palavra-Q, relações anafóricas e alçamento.

- (2.3) A Hierarquia de Pessoa: [1,2] > 3 ou participante do ato de fala > não participante
 A Hierarquia de Animacidade: humano > outro animado > força inanimada > outro inanimado
 A Hierarquia de Gênero: masculino > feminino > outro
 A Hierarquia de Definitude: definido > outro específico > não específico

O caso de clítico dativo duplo em espanhol é um exemplo inequívoco, fornecido por Dik (1997, p.361), de restrição intrínseca, já que é uma operação obrigatória quando o termo argumental se referir a um ser humano específico, como se observa em (2.4)-(2.5) a seguir.

- (2.4) Espanhol
 Envió los documentos a los abogados.
 he-sent the documents to the lawyers
Enviou os documentos aos advogados.

- (2.5) Espanhol
 Les envió los documentos a los abogados.
 3PL-DAT he-sent the documents to the Lawyers.
Enviou os documentos aos advogados.

É interessante observar que, embora tanto (2.4) quanto (2.5) sejam construções gramaticais no espanhol, elas têm interpretações funcionais diferentes: em (2.4), o SN *los abogados* faz referência à instituição, não a advogados específicos; em (2.5), ao contrário, o SN refere-se a advogados específicos, individualizados.

As restrições hierárquicas foram amplamente estudadas no âmbito da teoria da Gramática Transformacional. De início, as várias restrições hierárquicas eram vistas principalmente como operações transformacionais de movimento e apagamento. Dik (1997) afirma que esse ponto de vista é claramente inadequado pelo seguinte motivo: se as restrições são intrinsecamente ligadas a movimento e a apaga-

mento, não deveriam, então, existir casos em que esses dois processos não estão presentes. Portanto, essa hipótese não se apoia em evidência empírica. Para Dik (1997), restrição hierárquica é aquela que envolve a posição hierárquica do termo dentro da estrutura da oração em que ele ocorre. Essa definição operacional é fornecida em (2.6).

- (2.6) ‘a operação (O) só pode ser aplicada a termos (T) que fazem parte de um constituinte do tipo (X)’ (Dik, 1997, p.363).

Um exemplo de restrição hierárquica é o uso da construção de sujeito acusativo com infinitivo (*AcI-construction*) em holandês, que só é licenciada com complementos oracionais que designam necessariamente eventos simultâneos ao da oração principal, caso que Noonan (1985 apud Dik, 1997) designa por “dependência de referência temporal”. Observe os exemplos em (2.7)-(2.10).

- (2.7) Holandês (Dik, 1997, p.363)

Ik zag hem weggaan
 “I saw him go away.”
Eu o vi ir embora.

- (2.8) Holandês (Dik, 1997, p.363)

*Ik geloofde hem ziek zijn / ziek te zijn
 I believed him ill be ill to be
 “I believed him to be ill.”
Eu acredito que ele esteja doente.

- (2.9) Holandês (Dik, 1997, p.364)

*Ik wil hem weggaan / weg te gaan
 I want him go away way to go
 “I want him to leave.”
Eu quero que ele vá embora.

(2.10) Holandês (Dik, 1997, p.364)

*Ik betreur hem ziek zijn / ziek te zijn

I regret him ill be ill to be

“I am sorry he is ill.”

Lamento que ele esteja doente.

Segundo Dik (1997, p.364), o holandês permite apenas construções de acusativo com infinitivo com eventos que necessariamente ocorrem simultaneamente na oração principal, como em (2.7). Nesse exemplo, o verbo de percepção imediata *zien* (ver) obriga uma interpretação simultânea da oração completiva. Uma vez que o estado de coisas da oração principal está situado no pretérito, o da subordinada é interpretado também como situado no pretérito. Não é o que se aplica aos outros exemplos, de (2.8)-(2.10), o que torna as sentenças ali contidas agramaticais.

Finalmente, as restrições funcionais à acessibilidade são definidas por Dik (1997) nos termos da oração relativa a partir da HA, postulada por Keenan (1972) e Keenan e Comrie (1977). Conforme já mencionado, esses autores propõem restrições de acessibilidade à posição de termo relativizável como as funções de sujeito, objeto, objeto indireto etc. Em (2.11), essas restrições funcionais são formuladas numa regra formal.

(2.11) “a operação (O) somente pode ser aplicada a termos (T) com a função F” (Dik, 1997, p.365)

Dik (1997) desenvolve a teoria sobre as restrições à relativização, ampliando-as no que tange às funções de ordem sintática, proposta por Keenan e Comrie (1997), para inserir as funções de ordem semântica e de ordem pragmática, todas relevantes, segundo o autor, para a descrição dos fenômenos de acessibilidade.

Quanto à dimensão empírica do fenômeno, os motivos que levam à reinterpretação da HA de Keenan e Comrie (1977) se devem ao fato de haver línguas que não parecem dispor de nenhum tipo de

construção relativa. Em uma amostra anteriormente investigada,² 10 de 18 línguas indígenas não dispõem de uma codificação morfossintática específica de oração relativa, mas de construções alternativas que cobrem semanticamente esse domínio funcional: a nominalização. Muitos linguistas, dentre eles Dik (1997), não entendem como Givón (1990) que a nominalização possa consistir em uma estratégia propriamente dita de formação de relativas. Isso significa que deve ser mais bem qualificado o pressuposto de que todas as línguas têm uma estratégia de relativização primária que pode, no mínimo, ser aplicada a SN na posição de sujeito. Nesse caso, a validade da HA como um todo deve ser restrita às línguas que realmente dispõem de construções relativas.

Quanto à dimensão teórica, Dik (1997) argumenta que uma teoria tipológica, como a de Keenan e Comrie (1977), proposta com base nas funções de sujeito, objeto etc., tomadas como universais, pressupõe gramáticas em que essas noções têm um estatuto bem definido. Esse tipo de língua depreende uma teoria gramatical geral que inclua tais noções em seus primitivos e forneça critérios para determinar quando essas noções são aplicáveis a dados termos.

Keenan e Comrie (1977), todavia, não fornecem uma teoria desse tipo. Assumem, em vez disso, o princípio de que as funções gramaticais da HA têm validade universal e que podem ser mais ou menos inequivocamente identificadas em qualquer língua. Falta-lhes, portanto, os fundamentos teóricos para essa generalização tipológica.

Ao fazer uma discussão detalhada de cada grau da HA de Keenan e Comrie, Dik (1997) aponta os problemas teórico-metodológicos de cada um e propõe um novo conjunto de sub-hierarquias que levam em consideração as funções semânticas e pragmáticas.

Ao discutir a atribuição da função de sujeito e objeto direto na sintaxe das línguas em geral, Dik (1989) se vale do exemplo (2.12):

2 Oliveira, Gabriela. *Tipologia da oração relativa nas línguas indígenas do Brasil* (2008). Relatório de Iniciação Científica. Orientação: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho.

- (2.12) a. “John gave the book to Peter.”
John deu o livro a Peter.
- b. “The book was given to Peter by John.”
O livro foi dado para Peter por John.
- c. “Peter was given the book by John”³ (Dik, 1989, p.209).

Cada uma dessas construções expressa, de acordo com o autor, o mesmo estado de coisas; o que muda em cada uma delas é a perspectiva de apresentação. Pode-se dizer, então, que todas elas têm a mesma codificação formal num nível subjacente. De (2.12a), pode-se afirmar que a sentença é construída a partir do ponto de vista de John; de (2.12b), da perspectiva de livro (*book*); de (2.12c), da perspectiva de Peter. Descreve-se a relação entre as três sentenças em termos do que tradicionalmente se identifica como sujeito: em (2.12a), o sujeito é ativo, enquanto nas duas outras sentenças o sujeito é passivo. Dik (1989) propõe uma reinterpretação dessa função, relacionando-a diretamente ao objeto direto e às funções semânticas.

Segundo o autor, a sentença contida em (2.12b) é considerada a verdadeira passiva, em que o inativo se torna sujeito, enquanto na de (2.12c) o sujeito corresponde a um recipiente na construção ativa correspondente, não sendo, assim, uma passiva verdadeira. Em português, é possível apenas a passiva correspondente a (2.12b). Dados tipológicos, segundo Dik (1989), fornecem evidência segura de que as possibilidades de passivização encontradas no inglês representam somente o segmento inicial de uma grande variedade de possibilidades de atribuição da função de sujeito a um termo da sentença. Desse modo, a atribuição de sujeito é um fenômeno potencialmente muito mais vasto do que prevê a perspectiva formal.

Para Dik (1989, p.210), a consideração das funções semânticas desempenhadas pelos termos nas sentenças de (2.13) conduz às seguintes definições:

3 Não há, no português, uma construção semelhante para a sentença contida neste exemplo.

- (2.13) a John (AgSuj) gave the book (PacOb) to Peter (Rec)
 b John (AgSuj) gave Peter (RecOb) the book (Pac)

Dik (1989) define a função de objeto direto em relação ao sujeito. Segundo o autor, o objeto é definido como um ponto secundário de relevância em relação ao sujeito, uma vez que essa é a primeira função a ser atribuída a um elemento da sentença. O autor deixa claro que as funções de sujeito e objeto não podem ser reduzidas às funções semânticas. A questão central, para ele, é que às funções de sujeito e objeto podem-se atribuir diferentes funções semânticas, reorganizando, desse modo, a orientação básica no esquema do predicado. Assim, se é possível recuperar a função semântica subjacente às funções de sujeito e objeto direto, é possível haver sujeitos agentes (AgSuj), sujeitos inativos (PacSuj), sujeitos recipientes (RecSuj) e sujeitos beneficiários (BenSuj), como pode ser observado nas seguintes construções:

- (2.14) a. John (AgSuj) bought the book.
 b. The book (PacSuj) was bought by John.
 c. Peter (RecSuj) was given the book by John.
 d. Peter (BenSuj) was bought the book by John.
 (Dik, 1989, p.216)

Outra questão relevante para Dik (1989) é que nem todas as funções semânticas são acessíveis ao sujeito e ao objeto direto. Segundo ele, há certos critérios para a relevância de sujeito e objeto direto. Assim, a função de sujeito é relevante se, e somente se, (i) a língua tiver uma posição regular entre a construção ativa e sua passiva correspondente; (ii) se ela contiver um argumento não primário com várias propriedades codificadoras em comum com o primeiro argumento da ativa correspondente; (iii) se ela dispuser de diversas propriedades comportamentais em comum com o primeiro argumento da construção ativa correspondente.

Uma propriedade das passivas é servirem de alternativas para sentenças ativas. Segundo Dik (1989), as possibilidades de distinção de passivas em inglês dependem dos seguintes critérios: (i) ocorrência em posições reservadas para sujeitos; (ii) não marcação preposicional; (iii) se pronominal, necessidade de ser nominativo (he/she/it); (iv) concordância número-pessoal com o verbo finito. O tratamento tipológico distingue algumas propriedades tipicamente comportamentais de que, em certas línguas, somente sujeitos podem dispor: (i) reflexivização; (ii) relativização; (iii) complementos infinitivais; (iv) construções participiais; (v) alçamento.

Isso posto, Dik (1997) fornece a seguinte Hierarquia de Função Semântica (doravante HFS) para as orações relativas:

(2.15)	Ag	>	Pac	>	Rec	>	Ben	>	Instr	>	Loc	>	Temp
Suj	+		+		+		+		+		+		+
Obj			+		+		+		+		+		+

Embora pareça suficiente a HFS contida em (2.15), Dik (1997) amplia a discussão sobre as funções semânticas atribuídas ao sujeito. Se for considerada apenas a função de agente, seriam descartadas as outras funções semânticas do primeiro argumento (A¹), como posicionador, força, processado, zero. Segundo o autor, a GF assume que a função de sujeito só necessita ser atribuída quando a perspectiva é definida a partir do ponto de vista de um argumento que não ocupe a primeira posição. Se não for esse o caso, o ponto de partida recairia por *default* no primeiro argumento. De fato, se uma língua dispõe de atribuição alternativa para sujeito, ele pode aplicar-se, também, normalmente ao primeiro argumento da construção ativa. Sendo assim, Dik (1997) prefere trocar na HFS o termo agente por A¹, que representa todas as funções semânticas possíveis do primeiro argumento:

(2.16)	A ¹	=	{	Agente,	Posicionador,	Força,	Processado,	Zero}
--------	----------------	---	---	---------	---------------	--------	-------------	-------

Os objetivos deste trabalho requerem o estabelecimento de uma distinção entre essas funções semânticas na descrição das orações

relativas, em função da possibilidade de haver restrições à acessibilidade, dependendo do estatuto de determinada função semântica na língua ou da categoria tipológica da língua, por exemplo.

As funções semânticas, para a GF, são definidas a partir dos traços semânticos de [dinamicidade] e [controle] do predicado envolvido na sentença. Assim, a função de agente é aplicada a um item cuja função semântica diz respeito à entidade controladora de uma ação, ou seja, um item cujo predicado correspondente seja [+ dinâmico] e [+controlado]. Um posicionador, por sua vez, é a função semântica de uma entidade controladora de uma posição, cujo predicado correspondente seja [-dinâmico] e [+controlado]. Um item com função semântica força deve inserir-se num estado de coisas [+ dinâmico] e [-controlado], e o mesmo se aplica a processado. A diferença entre os dois está no fato de que força é a função que se atribui a uma entidade não controladora, mas instigadora de processo, enquanto um processado é uma entidade que apenas *sofre* um processo. Por fim, zero é a função semântica de um item envolvido em um estado, cujo predicado requer os traços de [-dinâmico] e [-controlado].

No tocante à relativização da posição de sujeito, Dik (1997) não questiona o papel relevante que essa função desempenha na restrição à acessibilidade. No entanto, há dois aspectos que, segundo ele, apontam para a prioridade das funções semânticas na determinação de acessibilidade.

O primeiro está na não universalidade da função sintática de sujeito. Nas línguas sem possibilidade de passivização, essa posição não é relevante e, nesse caso, o primeiro grau da hierarquia é, sem dúvida, o argumento A¹, que está na primeira posição da HFS.

O segundo aspecto é o fato de GF distinguir a função de sujeito de acordo com a função semântica subjacente. É possível, assim, derivar uma HFS secundária para a função de sujeito, conforme representado em (2.17):

- (2.17) Suj A¹ > Suj Meta > Suj Rec > Suj Ben > Suj Instr > Suj Loc
(Dik, 1997, p.369)

Sobre o objeto direto, aplicam-se os mesmos princípios. Em primeiro lugar, também essa função sintática não é necessariamente relevante para todas as línguas. Quando é válida, obviamente ela desempenha um papel importante no que tange à acessibilidade. Quando não é, a condição da acessibilidade é revertida para a função semântica meta. Em segundo lugar, é possível também distinguir o objeto direto em relação à função semântica subjacente dos SNs que a representam. Em (2.18), define-se a hierarquia de objeto, postulada por Dik (1997):

- (2.18) Obj Meta > Obj Rec > Obj Ben > Obj Instr > Obj Loc
(Dik, 1997, p.369)

Tanto no caso do sujeito quanto no caso do objeto direto, há evidências de que são as funções semânticas que determinam a acessibilidade. Dik (1997) ilustra esse fenômeno com exemplos do bahasa da Indonésia, em que há a relativização de objeto na função de recipiente e de beneficiário, embora seja uma construção menos frequente e evitada pelos falantes. Nesse sentido, é mais difícil relativizar o objeto na função de beneficiário, o que torna essa categoria semântica de objeto menos acessível do que a de recipiente.

A função de objeto indireto não dispõe de um estatuto independente na GF, sendo reinterpretada de modo prioritário pela indicação da função de recipiente, ou então pela combinação de recipiente com objeto. Nesse sentido, a GF explica que a função tradicionalmente chamada objeto indireto ora se comporta como um oblíquo, ora como um objeto direto. Veja o caso do inglês:

- (2.19) a “John gave the book *to Peter*.”
 b “John gave *Peter* a book.”

Em (2.19a), o argumento *Peter* se comporta como um oblíquo, uma vez que recebe uma preposição e não desempenha nem a função sintática de sujeito nem a de objeto. Já em (2.19b), o mesmo argumento se comporta como objeto direto, já que não se diferencia formalmente do outro argumento, mas mantém a função semântica reci-

piente nos dois casos. Keenan e Comrie (1977) assumem a fragilidade da posição de objeto indireto, alegando que talvez seja a posição mais sutil da HA. Outros exemplos corroboram essa relação. Dik (1997) menciona o caso do grego moderno, citando Haberland e Van der Auwera (1990 apud Dik, 1997) para os quais a relativização de objeto indireto no grego é nada mais que a relativização de um recipiente.

Os constituintes na posição de oblíquo são interpretados na GF como constituintes que desempenham apenas funções semânticas. Oblíquos não têm por si sós um estatuto sintático; são, na verdade, termos que não desempenham nem a função de sujeito, nem a de objeto.

Considere-se o caso do objeto indireto no grego moderno, citado por Dik (1997). Haberland e Van der Auwera (1990 apud Dik, 1997) não admitem a atribuição do estatuto de objeto indireto a oblíquos, uma vez que as funções de recipiente e de beneficiário não se comportam como os demais oblíquos. Deve-se, portanto, distingui-los de acordo com a função semântica que exercem.

Por seu lado, Dik (1997) entende que, se o objeto indireto se classifica como oblíquo, devem-se distinguir os oblíquos na função de recipiente e de beneficiário de oblíquos com outras funções semânticas, uma vez que apenas os primeiros dispõem opcionalmente de uma expressão genitiva, especialmente em nominalizações. Segundo Dik (1997), é necessário também, nesse caso, distinguir oblíquos recipientes de oblíquos beneficiários, que também podem comportar-se distintamente.

Sobre a função de genitivo, Dik (1997) prefere chamá-la de possuidor, pois, assim considerado, o termo pode ser sensível às diferentes restrições que o envolvem.

A primeira restrição dessa função não concerne ao termo em questão, mas à posição hierárquica que ocupa na estrutura da oração. Fora algumas raras exceções, o genitivo não é nem satélite nem argumento da oração matriz, mas um atributo dentro do núcleo do SN em que ele – o SN – atua como argumento ou satélite. Isso significa que a restrição à acessibilidade do genitivo é dada a partir de fativos hierárquicos.

O estatuto hierárquico do possuidor está envolvido, por motivos claros, com questões de acessibilidade: as línguas em que o possui-

dor por si só não é acessível dispõem de uma construção alternativa cujo termo correspondente ocorre em algum argumento do predicado matriz que seja acessível à relativização. Como conclusão, Dik (1997) afirma que, como não tem uma posição específica na oração, o constituinte possuidor deve ser funcionalmente definido em outros termos da HA.

Por fim, a noção de objeto de comparação não é tipologicamente uniforme, uma vez que as línguas dispõem de diferentes tipos de construção comparativa. Segundo Dik (1997), dependendo da construção de que uma dada língua dispuser, haverá diferentes propriedades estruturais e funcionais para a atribuição de tal função. Não há, portanto, um tipo estruturalmente definido para objeto de comparação, mas é possível relativizar um termo que participa de uma construção comparativa com outra função (sintática e/ou semântica e/ou pragmática) dentro da oração em que aparece, como em: *Quero um carro igual ao que você comprou*, em que *carro*, apesar de ser um elemento comparativo, funciona sintaticamente como objeto direto da oração relativa.

Em suma, Dik (1997) assume que, com base no arcabouço teórico da GF, restrições de acessibilidade podem ser parcialmente reconstruídas em termos de três distintas hierarquias que interagem entre si. As hierarquias propostas por Dik (1997, p.365) são encontradas em (2.20):

- (2.20) a Hierarquia de Função Semântica
Arg-1 > Meta > Rec > Ben > Instr > Loc
- b Hierarquia de Função Sintática
Suj > Obj > NãoSuj, NãoObj
- c Hierarquia de Função Pragmática
Tópico > Não tópico
Foco > Não foco

Contribuição da Gramática Discursivo-Funcional para a análise semântica da Hierarquia de Acessibilidade

A teoria da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008) traz uma nova perspectiva para a descrição das funções semânticas que é muito útil e operacional para estabelecer os dados tipológicos aqui obtidos. Por isso, a finalidade desta seção é introduzir alguns postulados da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) que permitam fornecer os fundamentos necessários para a discussão das estratégias de relativização. A Figura 1 representa a arquitetura geral do modelo, conforme aparece proposta em Hengeveld e Mackenzie (2006; 2008).

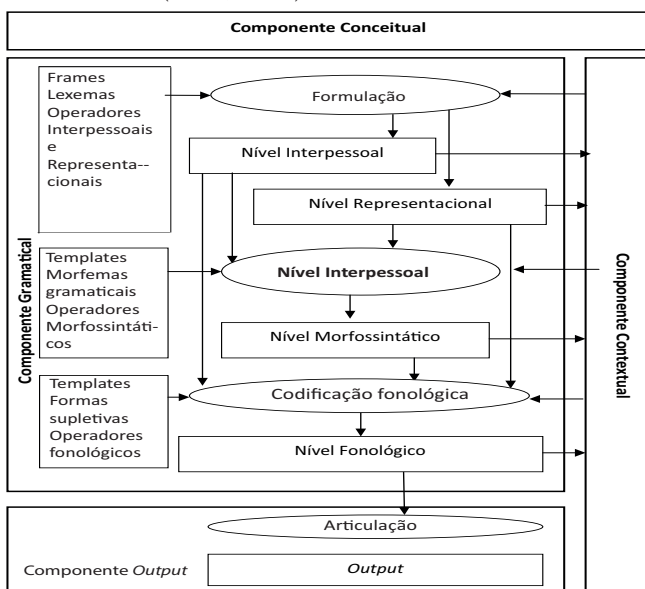


Figura 1 – Layout geral da GDF

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008). Adaptada pelos autores.

A GDF consiste num modelo descendente (*top-down*), o que significa que a construção de um enunciado se inicia com a intenção comunicativa de uma mensagem no componente conceitual;

ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o componente gramatical, no qual é formulada em unidades de conteúdo pragmático e semântico e codificada em unidades formais de natureza morfossintática e fonológica.

Essa direção descendente é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo. O modo descendente de organização implica que cada estágio ou componente pelo qual passa a mensagem nesse processo constitui a entrada do estágio ou do componente seguinte. Nesse caso, o componente conceitual fornece a entrada para o componente gramatical, que, por sua vez, fornece a entrada para o componente de saída, no qual a mensagem é finalmente articulada.

O componente conceitual é a força motriz do componente gramatical como um todo, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente quanto das conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. O componente de saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo componente gramatical. O componente contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

As elipses da Figura 1 representam as operações de formulação e de codificação, e os retângulos, os níveis estruturais. Os quadrados à esquerda da Figura 1 contêm os primitivos, isto é, os blocos construtores de cada nível. Toda língua tem esses primitivos, mas cada um dispõe de seu próprio inventário; assim, embora toda língua contenha lexemas, o inventário dos lexemas difere de uma língua para outra.

Na operação de formulação, a mensagem pré-linguisticamente construída se converte nos primitivos dos dois níveis mais altos, o nível interpessoal e o nível representacional. Um conjunto relevante de primitivos envolvidos com esses dois níveis, os moldes, define as combinações possíveis de lexemas, o segundo conjunto de primitivos desses níveis, que são, por sua vez, as unidades semânticas dis-

tinguidas pela GDF. Além disso, todos os níveis, inclusive os dois superiores, fazem uso de operadores, ou seja, elementos gramaticais que se aplicam às unidades de seu respectivo nível.

Na operação de codificação, os primitivos dos dois níveis envolvidos na formulação se convertem em primitivos dos dois níveis mais baixos. Assim, a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas, e a codificação fonológica converte as unidades morfossintáticas em unidades fonológicas.

O primeiro conjunto de primitivos usados na codificação são os padrões (*templates*), que definem como se organizam as unidades dos níveis morfossintáticos e fonológico, como a ordenação de múltiplos sintagmas morfossintáticos numa oração. Outro tipo de unidade específica do nível morfossintático são os morfemas gramaticais, que consistem em elementos não modificáveis como auxiliares e afixos e os operadores, que servem para introduzir formas irregulares.

O nível fonológico dispõe de um conjunto de primitivos denominados formas supletivas: a forma dessas unidades é morfologicamente imprevisível. Encontram-se, finalmente, nesse nível os operadores, cuja função é, por exemplo, introduzir padrões entonacionais não previsíveis.

Todos os níveis do componente gramatical são organizados em camadas, que, por sua vez, são também hierarquicamente ordenadas, constituindo as categorias próprias de cada nível. Fornecemos a seguir, uma representação linear do nível mais alto do componente gramatical, o nível interpessoal (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.15), em que a mensagem recebe informação tipicamente pragmática:

$$(M_1: [(A_1: [(F)(P_1)_s (P_2)_A (C_1: [(T_1)_\Phi \dots (T_{1+N})_\Phi [(R_1)_\Phi \dots (R_{1+N})_\Phi] (C_1)_\Phi]) (A_1) \dots (A_{1+N})_\Phi] (M_1))$$

Quanto mais à esquerda, mais alta hierarquicamente é a unidade. As unidades entre colchetes estão na mesma camada de organização, isto é, não são hierarquicamente ordenadas entre si. O movimento (M_1), a maior unidade de interação relevan-

te para a análise gramatical, pode ser definido como uma contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento. Um movimento pode conter dois ou mais atos discursivos (A_1), cuja relação entre si pode ser de dependência ou de equipolência. Um ato discursivo típico apresenta categorias não hierárquicas, a saber, a ilocução (F_1), os participantes do ato de fala (P_1, P_2), que se alternam como falante e ouvinte, e um conteúdo comunicado (C_1), que contém, por sua vez, a totalidade do que o falante deseja evocar na sua comunicação com o ouvinte. Cada (C_1) contém um ou mais subatos, assim chamados porque são hierarquicamente subordinados aos atos discursivos. O subato atributivo (T_1) representa a evocação de uma propriedade, enquanto um subato referencial (R_1), a evocação de um referente.

Nem todas as camadas estão necessariamente representadas em todos os enunciados; pode haver, por exemplo, um ato sem um conteúdo comunicado, o que ocorre quando se enuncia um ato com ilocução imprecativa (*Druga!*), que não envolve um conteúdo comunicado. Por outro lado, é também possível haver múltiplas instâncias de uma mesma unidade, quando, por exemplo, diversos subatos referenciais no mesmo conteúdo comunicado.

O nível representacional trata dos aspectos semânticos de uma unidade linguística. Enquanto o nível interpessoal cuida da evocação, o nível representacional é responsável pela designação. Esse atributo restringe o uso do termo “semântica” aos mecanismos pelos quais uma língua se relaciona com os mundos possíveis que ela descreve. O nível representacional é também organizado em camadas hierarquicamente ordenadas, conforme mostram Hegenveld e Mackenzie (2008, p.15):

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [f_1: [(f_2)^n (x_1)_{\phi} \dots (x_1+n)_{\phi}] (f_1)) \dots (f_1+n) (e_{i\phi})] \dots (e_1+n)_{(\phi)}] (ep_1)) \dots (ep_1+n)_{(\phi)}] (p_1))$$

Conteúdos proposicionais (p_1), as mais altas unidades do nível representacional, são construtos mentais (conhecimentos, crenças e desejos), e por isso podem ser factuais, quando correspondem

a conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não factuais, quando correspondem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário.

Conteúdos proposicionais contêm episódios (ep_1), que são conjuntos de estados de coisas tematicamente coerentes, isto é, com unidade ou continuidade de tempo (t), localização (l) e indivíduos (x). Estados de coisas (e_1), por seu lado, são caracterizados pelo fato de poderem ser localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto de realidade.

Propriedades configuracionais (f_1) são construídas mediante o uso de categorias semânticas que estabelecem uma relação não hierárquica entre si. Essas categorias incluem indivíduos (x_1), ou seja, objetos concretos que podem ser localizados no espaço, e propriedades lexicais (f_2), que não têm existência independente e só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidade.

Na medida em que representa um construto mental, o conteúdo proposicional pode ser modificado, por exemplo, por advérbios evidenciais como *provavelmente*. Já um estado de coisas representa uma categoria com uma existência espaço-temporal, e não mental, como o conteúdo proposicional; pode, por isso, ser modificado por advérbios de tempo, modo e lugar. As camadas do nível interpessoal, assim como as do nível representacional, estão sujeitas à atuação de modificadores (elementos lexicais) e operadores (elementos gramaticais).

Os níveis responsáveis pelas unidades formais são o morfossintático e o fonológico. As camadas contidas no nível morfossintático acham-se simplificada e representadas abaixo (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.17):

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\Phi} (Cl_2)_{(\Phi)}] (Cl_1))] (Le_1))$$

Essa representação contém expressões linguísticas (Le_1), orações (Cl_1), sintagmas morfossintáticos (Xp_1), palavras morfossintáticas (Xw_1), raízes (Xs_1) e afixos (Aff_1). Essas últimas três unidades podem ser de diferentes tipos, como palavra nominal (Nw) para

unidades morfossintáticas reconhecidas como nome. Uma expressão linguística (Le_1) é qualquer conjunto de uma ou mais unidades que compartilham as mesmas propriedades morfossintáticas. Orações, frases ou palavras são as unidades combináveis na construção de uma expressão linguística. A introdução da expressão linguística como a categoria mais alta cria a possibilidade de lidar diretamente com expressões não sentenciais.

Uma oração simples (Cl_1), em si mesma um agrupamento de um ou mais sintagmas (Xp_1) e, possivelmente, palavras (gramaticais), caracteriza-se, em maior ou menor grau, por um padrão para a ordenação desses sintagmas e, também, em maior ou menor grau, por expressões morfológicas de conexão, em especial, regência e concordância (Hengeveld; Mackenzie, 2006).

A palavra propriamente dita (Xw_1), especialmente em línguas polissintéticas, pode ser altamente complexa. Além do fato de poder ser composta por raízes (Xs_1) e afixos (Aff_1), em algumas línguas, a palavra pode, exatamente como qualquer outra camada de análise morfossintática, encaixar, recursivamente, camadas superiores, como sintagmas e orações.

O nível terminal do componente gramatical, o fonológico, contém, por sua vez, as camadas contidas na seguinte representação (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.18):

$$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

O enunciado (U_1) é o maior trecho de discurso abrangido pelo nível fonológico. O falante tenderá a usar pausas mais longas para separar enunciados de sintagmas entonacionais (IP_1), que se caracterizam por conter um núcleo ou movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas, essencial para a interpretação do sintagma entonacional como um todo.

O sintagma fonológico (PP_1) contém, em línguas acentuais, uma sílaba nuclear mais fortemente acentuada, que é geralmente o local principal para a queda ou subida global dentro do sintagma entonacional.

A palavra fonológica (PW_1), para as línguas em que é relevante, exhibe pelo menos um traço característico, que pode estar relacionado ao número de segmentos, aos recursos prosódicos ou ao domínio das regras fonológicas. As palavras fonológicas dividem-se em sílabas (S_1), que, em línguas acentuais, agrupam-se em pés.

A GDF é, para finalizar esta apresentação, uma teoria de base tipológica, que, ao assumir uma organização descendente, alcança adequação psicológica que, ao assumir o ato discursivo como unidade básica de análise, alcança adequação pragmática. Embora seja estritamente um modelo de gramática, a GDF é projetada para interagir com os componentes conceitual, contextual e de saída, de modo a aumentar sua compatibilidade com uma teoria mais ampla da interação verbal, o que lhe imprime um formato teórico ao mesmo tempo estrutural e funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2006; 2008).

As funções semânticas reconhecidas pela GDF estão incluídas no nível representacional, mais especificamente na camada das propriedades configuracionais. É importante ressaltar que a GDF não assume, *a priori*, que as funções semânticas subjacentes tenham um caráter universal. É universal, na realidade, o repertório das funções semânticas, mas a operacionalidade delas é determinada para cada língua individual, a partir de sua codificação morfossintática (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.194).

As funções semânticas, nessa perspectiva, são reflexos gramaticais de uma percepção cognitiva em que os participantes do estado de coisas desempenham papéis diferentes, situação interpretada na gramática como propriedade. Podem desempenhar também papéis semelhantes, situação em que o estado de coisas é tratado como classificação ou identificação, ou então não podem ser vistas como participantes do estado de coisas, caso das construções existenciais.

Na primeira situação supracitada, a noção de participantes que desempenham papéis diferentes fica mais clara em uma predicação dinâmica de dois lugares, referente à realidade externa, ou então em uma propriedade dinâmica de dois lugares, seguindo a nomenclatura dos autores. Numa situação como essa, há uma distinção entre o

participante que desempenha um papel mais ativo (A de Actor), e o inativo (U de Undergoer)⁴, o inativo que desempenha uma função mais passiva. Observe o exemplo (2.21):

(2.21) *Beckham chutou o zagueiro.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.195).

Nesse exemplo, o participante *Beckham* é identificado como o A, uma vez que têm um papel ativo, enquanto *o zagueiro* desempenha o papel de U. A função de ativo prototípica é exercida pelo participante volitivamente envolvido no estado de coisas, enquanto a função de inativo é atribuída ao participante afetado não intencionalmente pelo mesmo estado de coisas. No português, assim como no inglês, essas definições são puramente prototípicas, uma vez que há a possibilidade de mudança do sentido da oração, se material lexical extra for adicionado, sem afetar a gramática essencial da língua (que prevê, no caso de um ativo aparecer combinado com um verbo transitivo, em que o inativo apareça imediatamente depois do verbo). Veja os exemplos a seguir:

(2.22) *Beckham, sem querer, chutou o zagueiro.*

(2.23) *O zagueiro queria que Beckham o chutasse; assim, ele receberia um cartão vermelho.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.196).

Outro fato importante de ser observado é que no inglês, assim como no português, a função semântica ativo não se refere somente a agentes volitivos, mas também ao que Dik (1997) chama de forças não volitivas. No caso de (2.25), por exemplo, a tempestade não destruiu a cidade intencionalmente, mas também não é afetada pelo estado de coisas. Sendo assim, esse constituinte está mais próximo de ativo do que de inativo, e é de fato essa primeira interpretação que esse elemento recebe na GDF.

4 *Actor e Undergoer*, na terminologia de Hengeveld e Mackenzie (2008).

(2.24) *César destruiu a cidade.*

(2.25) *A tempestade destruiu a cidade.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.196).

A distinção entre ativo e inativo é uma característica de estado de coisas dinâmico, como mencionado anteriormente. Em estado de coisas não dinâmico (como o verbo ficar, em (2.26), a função semântica ativo não está presente, por motivos óbvios: nenhum dos participantes desempenha uma função ativa em relação à predicação. O inativo, por sua vez, está presente, no sentido de que é uma entidade que sofre a ação, ou é afetado por uma propriedade. Uma predicação de dois lugares em que está presente um estado de coisas não dinâmico envolve uma terceira função semântica, o locativo. Observe o exemplo (2.26):

(2.26) *Easter Island fica no Oceano Pacífico.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.196).

Nesse exemplo, *Easter Island* desempenha a função semântica de inativo, uma vez que à entidade é atribuída uma localização, num processo de determinação sem envolvimento intencional, e *Oceano Pacífico* desempenha a função de locativo.

A função semântica de locativo para a GDF envolve muito mais detalhes do que para a GF,⁵ em que é atribuída a essa função a designação de localização no espaço. Em primeiro lugar, a função semântica locativo pode ser encontrada em estados de coisas dinâmicos, como mostra o exemplo a seguir.

(2.27) *O presidente acenou para a multidão.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.197).

5 A teoria da GDF é baseada na teoria da GF. No entanto, há um maior grau de abstração no modelo da GDF, o que leva essa teoria a fornecer uma maior generalização do que aquela.

Nesse exemplo, há um participante envolvido intencionalmente, *o presidente*, que desempenha a função de ativo, mas não há inativo, uma vez que não há nenhum argumento afetado pelo estado de coisas. Há, nesse exemplo, a função semântica locativo, desempenhada pelo participante *para a multidão*. De fato, num estado de coisas dinâmico, a função de locativo cobre o domínio das relações espaciais de ablativo, que indica a origem do movimento; de perlativo, que diz respeito a algo que se moveu através, ao longo de certo espaço determinado; de aproximação, que indica um ponto para o qual há um movimento; e de alativo, que, além de indicar o ponto final do movimento, vai mais além: cobre os domínios de recipiente e beneficiário.

É importante notar que um estado de coisas dinâmico não depende, necessariamente, de um participante ativo, enquanto é estritamente necessário que não haja ativo em um estado de coisas não dinâmico. O exemplo (2.28) ilustra esse fato.

Em (2.28), *a maçã* não está envolvida intencionalmente no estado de coisas dinâmico e, por isso, é classificada como inativa. Há, então, uma especificação complexa de locativo, formada por três componentes, que traça o movimento da maçã. Nesse locativo complexo, *do galho* é o ablativo; *através da copa da árvore* é o perlativo e *até o chão* é o alativo enquanto ponto final do movimento, ou meta espacial (*spatial goal*).

(2.28) *A maçã caiu do galho através da copa da árvore até o chão.*
(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.197).

No caso de uma propriedade dinâmica de três lugares,⁶ há, necessariamente, a diferenciação de três participantes: ativo – inativo – locativo. Considere os exemplos a seguir.

(2.29) *O vento soprou as folhas para dentro da cozinha.*

(2.30) *O comitê deu o prêmio para o candidato mais jovem.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.197).

6 Levando em consideração que ativo não pode ocorrer em estado de coisas não dinâmico, fica excluída a possibilidade de haver estado de coisas não dinâmico de três lugares.

No exemplo (2.29), o participante não intencionalmente envolvido é *as folhas*, enquanto *o vento*, apesar de não intencional, é classificado como ativo. *Para dentro da cozinha* é, então, o locativo, referente à meta espacial, dentro do esquema ativo – inativo – locativo.

No exemplo (2.30), por sua vez, a função de ativo é desempenhada pelo SN *o comitê*, a de inativo, pelo SN *o prêmio* e a de locativo, pelo SN *o candidato mais jovem*, a que se atribui mais especificamente a função de recipiente, um dos desdobramentos da função de locativo.

As noções desenvolvidas para estado de coisas de três lugares também são relevantes para estado de coisas de um lugar, apenas. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que estados de coisas dinâmicos de um lugar são classificados como inergativos ou inacusativos. No caso de um estado de coisas de um lugar, haverá ou um ativo ou um inativo, como mostram os exemplos (2.31) e (2.32), que trazem, respectivamente, uma construção inergativa e uma construção inacusativa.

(2.31) *Os estudantes estão trabalhando.*

(2.32) *A bomba explodiu.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.198).

No português, assim como no inglês, em que não há marcação de caso morfológico, a distinção entre ativo e inativo é neutralizada nesse caso: ambas se apresentam na função sintática de sujeito. Em holandês, no entanto, a distinção fica mais clara, pois o perfeito em orações inergativas é formado com o auxiliar *hebben* (2.33) e nas orações inacusativas, por *zijn* (2.34).

(2.33) Holandês (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.198)

De studenten hebben Gewerkt.

DEF student.PL AUX-PL.PRS work.PTCP

“The students worked.”

Os estudantes trabalharam.

- (2.34) Holandês (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.198)
 De bom is⁷ Ontploft.
 DEF Bomb AUX-3SG.PRS explode.PTCP
 “The bomb exploded.”
A bomba explodiu.

O argumento único de um estado de coisas dinâmico pode ter função semântica de locativo, no sentido específico de recipiente, como em (2.35). Sendo assim, SNs na função semântica de ativo, inativo e locativo representam o argumento de um estado de coisas dinâmico de um lugar. Observe o exemplo do islandês em (2.35).

- (2.35) Islandês (Hengeveld; Mackenzie apud Barðal, 2001; 2008, p.198)
 honum sárnaði
 3.SG.M.DAT became.hurt
 “He became hurt.”
Ele se machucou.

Um argumento de estado de coisas não dinâmico de um lugar pode receber as funções semânticas de inativo ou locativo. Essas funções semânticas são mais facilmente identificadas em línguas para as quais a função sintática não é relevante, como o caso do Chickasaw (2.36)-(2.38).

- (2.36) Chickasaw (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.198)
 malili-li
 run-1.SG.A
Eu corri.
- (2.37) Chickasaw (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.199)
 sa-chokma
 1.SG.U-good
Eu estou bem.

7 No holandês, a forma de terceira pessoa do singular do verbo *zijn* é idêntica à do inglês, *is*.

- (2.38) Chickasaw (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.199)
 an-takho'bi
 1.SG.LOC-lazy
Eu sou preguiçoso.

Como mostrado nos exemplos, a flexão verbal distingue as funções semânticas presentes nesses enunciados. Os dois últimos exemplos são casos de estados de coisas não dinâmicos, e a diferença entre eles está no fato de ser (2.37) um estado (portanto, a função semântica desempenhada é inativo), enquanto (2.38) representa o resultado de um processo interno, em que a *preguiça* é experienciada (portanto, a função semântica é locativo, do tipo recipiente), no sentido de “isso me causa preguiça” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.199).

Assim como o locativo, as outras duas funções sintáticas podem, de acordo com a língua, ser mais especificadas. Por exemplo, o tagaló distingue morfologicamente ativo controlador e não controlador, a partir da escolha da voz verbal. Nessa mesma língua, os argumentos inativos podem ser divididos em três tipos: afetados, não afetados e em movimento, também marcados pela escolha da voz verbal.

Tanto no português como no inglês, o locativo dispõe de preposições que marcam as relações espaciais: *de*, para ablativo; *através*, para perlativo; *para* ou *a*, para alativo e *em* para essivo. Já no tariana, essas relações espaciais são codificadas todas com o mesmo morfema: *-se*, e o que marca essas relações é a semântica do verbo.

Como dito anteriormente, a GDF reconhece que as línguas particulares interpretam e codificam essas funções semânticas de modo próprio, não sendo possível, assim, uma generalização tipológica que envolva todos esses detalhes específicos. Há, na verdade, um grau de abstração maior em relação às funções semânticas para que se possa chegar a uma unidade a ser comparada translinguisticamente.

As funções semânticas até agora discutidas fazem parte do que Hengeveld e Mackenzie (2008) consideram realidade externa. A realidade interna (as experiências mentais do domínio

psicológico) envolve dois participantes: um experienciador e um fenômeno experienciado.

Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que as experiências não dispõem de relações gramaticais próprias, mas relações gramaticais a elas atribuídas são uma contrapartida das relações gramaticais que envolvem fenômenos da realidade externa. Uma vez que não há intencionalidade nem no experienciador nem no fenômeno experienciado, é de se esperar que as funções semânticas desempenhadas por eles sejam as de inativo e de locativo.

De fato, a observação de casos do português e do espanhol permite perceber a possibilidade de ambas as funções semânticas serem aplicadas a ambos os participantes. No português, em (2.39), o experienciador desempenha função semântica de inativo, enquanto o fenômeno experienciado, a função de locativo (no caso, ablativo).

No espanhol, em (2.40), acontece o contrário: o verbo *gustar*, “agradar”, tem o experienciador no papel de locativo (recipiente, com a preposição *a* ou o caso dativo marcado pelo pronome clítico) e o fenômeno experienciado na função de inativo.

(2.39) Português (adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.201).

Eu gosto de morango.

eu: Inativo *de morango*: Locativo (de: Ablativo)

(2.40) Espanhol (adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.201).

Me gustan las fresas.

me: Locativo *las fresas*: Inativo

Argumentos que expressam tempo em orações relativas não nucleadas também são considerados, por Hengeveld e Mackenzie, locativo, como pode ser visto no exemplo (2.41):

(2.41) “I like when the leaves fall from the trees.” (Hengeveld; Mackenzie, p.260)

Eu gosto quando as folhas caem das árvores.

Nesse exemplo de estado de coisas não dinâmico de dois lugares, *I* funciona como inativo, enquanto a oração “When the leaves fall from the trees” funciona como locativo.

Uma última função semântica⁸ a ser discutida no domínio dos argumentos diz respeito justamente ao argumento interno de uma propriedade de um lugar, como o caso de *boy* na expressão *the boy's father*.

Hengeveld e Mackenzie (2008), seguindo Mackenzie (1983), identificam essa função semântica com o termo referência, no sentido de que uma entidade desempenha um papel com referência a outra. No caso da expressão no exemplo, *pai* é considerado em sua relação com *menino*.

As funções semânticas beneficiário, comitativo e instrumento são consideradas por Hengeveld e Mackenzie (2008, p.208-210) como modificadores da camada das propriedades configuracionais. A função de beneficiário recebe o estatuto de modificador quando todas as três posições associadas a um estado de coisas de três lugares estão preenchidas pelas outras funções semânticas, como no caso de (2.42).

(2.42) *Você poderia dar essas flores para Maria por mim?*
(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.208).

Nesse exemplo, o argumento *you* desempenha a função de ativo, *essas flores* desempenha a função de inativo; *para Maria* é locativo; e *por mim* atua como modificador da camada da propriedade configuracional e desempenha a função de beneficiário.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a mesma motivação para considerar o beneficiário como modificador da camada da propriedade configuracional se aplica ao comitativo e instrumento. Observe os exemplos (2.43) e (2.44).

8 Outros esquemas de funções semânticas são reconhecidos por Hengeveld e Mackenzie (2008, p.204-207), no domínio de construções que envolvem classificação, identificação e em construções existenciais, que não serão discutidos aqui, pois não fazem parte diretamente da análise deste trabalho.

(2.43) *John foi a Paris com Mary.*

(2.44) *John cortou a carne com uma faca.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.208).

Ambos os exemplos trazem predicados de dois lugares cujos argumentos foram preenchidos pelas funções de ativo (*John*) e inativo (*Paris* e *carne*). Sobram, para as funções de comitativo e instrumento, então, a função de modificação.⁹

As funções semânticas entendidas pela GDF são relevantes para a análise de nossos dados. Cabe ao Capítulo 4 a discussão do estatuto de tais funções e sua relação com os dados.

9 Hengeveld e Mackenzie (2008) também consideram alguns casos de modo como modificadores da camada da propriedade configuracional, como no exemplo “John walked slowly”. É importante observar que a modificação de modo é relevante para várias camadas e dispõe de um comportamento diferente para cada uma delas, assunto que não será tratado neste texto.

3

UM PANORAMA SOCIOCULTURAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL

Este capítulo fornece uma apresentação da amostra, dedicando-se, especificamente, à discussão de aspectos socioculturais das línguas indígenas que dela fazem parte. O quadro a seguir inaugura a discussão mediante uma relação das 30 línguas analisadas, a família a que pertencem e a gramática descritiva compulsada para o levantamento dos dados.

Quadro 1 – Línguas da amostra

Família*	Língua	Obras de referência
Língua isolada	Kwazá	Voort, 2004
Língua crioula	Karipúna-creole	Tobler, 1983
Aruák	Apurinã	Facundes, 2000
	Tariána	Aikhenvald, 2003
	Warekéna	Aikhenvald, 1988
Arawá	Paumarí	Chapman, 1991
	Jarawára	Dixon, 2004
Karib	Apalaí	Koehn; Koehn, 1986

Família*	Língua	Obras de referência
	Hixkaryána	Derbyshire, 1979
	Ingarikó	Cruz, 2005
	Macuxí	Abbott, 1991
	Waiwái	Hawkins, 1998
Makú	Húpda	Epps, 2005
	Dâw	Martins, 2004
Múra	Pirahã	Everett, 1992
Nambikwára	Nambikwára	Kroeker, 2003
	Sabanê	Araujo, 2004
Páno	Matis	Ferreira, 2001; 2005
	Shanenawa	Cândido, 2004
Tukáno	Tukáno	Ramirez, 1997
Txapakúra	Warí	Everett; Kern, 1997
Yanomámi	Sanuma	Borgman, 1990
Tronco Macro-Jê		
Boróro	Boróro	Crowell, 1979
Jê	Apinayé	Oliveira, 2005
Timbira	Canela-krahô	Popjes; Popjes, 1986
Tronco tupi		
Mundurukú	Mundurukú	Gomes, 2006; 2007
Tupi-guarani	Guajá	Magalhães, 2007
	Kaiwá	Cardoso, 2008
	Kamayurá	Seki, 2000
	Urubú-kaapor	Kakumasu, 1986

* A classificação genética das línguas indígenas deste trabalho segue a indicação de Rodrigues (2002).

As línguas pertencentes à amostra não foram escolhidas aleatoriamente. Procuramos manter a maior diversidade linguística,

geográfica e tipológica possível, dentro das possibilidades encontradas. Para compor a amostra foi necessário pesquisar antes todas as línguas indígenas com gramáticas disponíveis. Constituída a amostra, buscamos, nas gramáticas, informações fundamentais para o desenvolvimento da análise.

Só foram mantidas as gramáticas que dispõem das informações necessárias, com o descarte subsequente das que não contém as informações requeridas. Não foi possível, por isso, aplicar ao processo de constituição a metodologia desenvolvida por Rijkhoff et al. (1993), base de composição de amostra de estudos tipológicos.

Ainda sobre o *corpus*, é importante ressaltar dois aspectos em relação aos dados. O primeiro deles diz respeito à glosa dos exemplos. A glosa que aparece neste texto são as mesmas retiradas das obras de referência, sem mudança nas classificações apresentadas pelos autores. Nos casos de gramáticas escritas em inglês, elaboramos uma tradução livre dos exemplos. Nos casos de gramáticas escritas em português, o exemplo em português aqui utilizado é o mesmo fornecido pelos autores da gramática.

Com relação às abreviações, foi preciso elaborar um procedimento de padronização (a lista é fornecida no início do livro). Os afixos que, por exemplo, marcam nominalizadores aparecem, nos textos originais das gramáticas consultadas, como NMLZR, NMLZ, NLZ, NOM. Da padronização aqui mencionada resultou para esse verbete a abreviação genérica NMLZ.

O segundo ponto a se considerar diz respeito à grafia dos nomes das línguas. Levando em consideração que este trabalho se situa no âmbito da Linguística Funcional, e não da Linguística Indigenista, é importante observar que a grafia escolhida é baseada na convenção promovida pela Associação Brasileira de Antropólogos e Linguistas realizada em 1953, adotada não só por linguistas e antropólogos, mas também por indigenistas e missionários.

Segundo Rodrigues (2002), essa convenção pretendeu dar fim às ambiguidades e confusões no uso desses nomes em estudos técnicos e não é, de maneira alguma, um desrespeito à língua portuguesa. Os principais pontos dessa convenção são os seguintes:

- (i) os nomes dos povos e línguas indígenas são invariáveis, o que implica não apresentarem marcação de gênero ou número nessas palavras;
- (ii) os sons oclusivos são graficamente representados pelas letras *p b t d k g*;
- (iii) os sons fricativos, pelas letras *f v s z x j*;
- (iv) as semiconsoantes que não formam sílabas, pelas letras *y e w*.

Isso posto, passamos a fazer uma descrição de traços essenciais dos aspectos étnicos e socioculturais das línguas e da comunidade de falantes, de acordo com suas filiações genéticas descritas no Quadro 1.

O tronco tupi é composto por sete famílias de línguas (arikém, jurúna, mondé, mundurkú, ramaráma, tupari e tupi-guarani) e por outras três línguas sem classificação (awetí, puruborá e mawé), somando um total de 48 línguas e dialetos.¹ Dentre as famílias de línguas que compõem esse tronco, a mais estudada é a tupi-guarani, a qual pertence o tupinambá, a língua indígena mais conhecida pelos brasileiros.

O tupinambá, identificado como tupi antigo ou simplesmente tupi, o nome mais comum entre os leigos, foi a língua de contato entre colonizadores e índios no território brasileiro entre os séculos XVI a XVIII, quando, por um decreto de Pombal, foi proibida de ser falada, tamanha sua influência e utilização no território brasileiro. O tupinambá foi também uma das primeiras línguas a serem documentadas, e sua descrição mais famosa, datada de 1595, foi a do padre jesuíta José de Anchieta (1595).

No Brasil Colonial, havia várias línguas indígenas com afinidades morfológicas, sintáticas e semânticas que permitiram estabelecer a adoção de uma língua comum, uma língua franca, que facilitou o contato entre os colonizadores e os índios, que também não entendiam o português. Essa língua popular, comum, de base tupinambá, usada por índios, mestiços e portugueses, ficou conhecida na segunda metade do século XVII como língua geral.

1 Dados coletados de Rodrigues (2002).

No entanto, a política de imposição da língua portuguesa levada a cabo pelo Marquês de Pombal com a decretação do Diretório dos Índios liquidou essa importante língua veicular. Esse documento, que foi elaborado em 1755, mas só se tornou público em 1757, obrigou os brasileiros a abandonar a língua geral pelo português europeu.²

De fato, segundo Mattoso Câmara (1977), o primeiro contato entre os estudos ocidentais e as línguas brasileiras foi por meio de missionários, ainda no Período Colonial. Esses estudos tiveram influência na disseminação do tupinambá pelo Brasil como língua franca e também no desenvolvimento da pesquisa em linguística indígena ainda no século XX.

Ao chegar ao Brasil, os portugueses encontraram, primeiramente, os povos que viviam na costa brasileira, e os povos que ocupavam a região litorânea conhecida pelos colonizadores eram os tupi. As línguas do tronco tupi, muito semelhantes entre si, começaram a ser consideradas o modelo de língua nativa do Brasil. Um reflexo da crença de que o tupinambá é a língua – ou o protótipo da língua – indígena brasileira está nos inúmeros nomes de cidades, de animais e de plantas, entre outros, provenientes do tupi que foram incorporados e ainda hoje pertencem ao vocabulário da língua portuguesa falada no Brasil.

Outro fato que colaborou para a grande disseminação do tupi foi sua característica fonológica, muito mais facilmente compreensível pelos portugueses que a das demais línguas indígenas de outras famílias. De fato, os portugueses ignoraram as outras línguas faladas no Brasil, as línguas *tapúya* (“inimigo, bárbaro”, em tupi), assim como os próprios tupi faziam. As outras línguas não tupi foram consideradas pelos colonizadores como “línguas travadas”, ou seja,

2 A língua geral, que no século XIX recebeu o nome de *nheengatu*, ainda hoje se mantém viva não só como língua de comunicação, mas como língua materna, principalmente na bacia do rio Negro. O *nheengatu*, também conhecido como língua geral da Amazônia, é uma língua do tronco tupi, da família *tupi-guarani*. É a língua materna de parte da população cabocla do interior amazônico, além de manter o caráter de língua de comunicação entre índios e não índios, ou entre índios de diferentes línguas.

difíceis de serem pronunciadas, se comparadas às línguas europeias conhecidas pelos portugueses.³

Com o processo de colonização do Brasil e com a expansão das missões jesuíticas, foi muito importante o estudo das línguas aqui faladas. Além disso, o objetivo central dos missionários era a comunicação com os nativos a fim de catequizá-los na doutrina católico-cristã, ou seja, o conhecimento da língua era necessário para um fim prático, e não para descobrir aspectos particulares da língua e da cultura desses povos.

Como afirma Mattoso Câmara (1977), o conhecimento da língua indígena era um meio para se chegar ao objetivo desejado: a propaganda religiosa. Esse estudo prático com fins comunicativos específicos ajudou ainda mais na propagação do tupi como língua franca. Os aspectos particulares da língua foram deixados de lado e foi colocada em destaque a comunicação prática entre índios e portugueses, gerando assim uma sistematização simplificada da língua, feita com o fim específico da catequese.

Assim, é natural que a língua tenha se expandido do uso do tupi a fim de catequizar os índios para o uso da língua franca em outros contextos, como no comércio ou na exploração de mão de obra. É comum pensar que, no Brasil Colônia, antes do decreto do Marquês de Pombal, grande parte da população era de portugueses, índios de várias etnias, pessoas nascidas no território brasileiro, geradas muitas vezes pela união de europeus e índios, e estrangeiros que aqui moravam. Todos esses membros da população falavam a língua indígena, enquanto o português era empregado apenas pelos portugueses que aqui moravam ou que aqui chegavam.

Outra característica dos estudos dos jesuítas foi a tentativa de enquadrar o tupinambá no modelo descritivo da época, a comparação com o latim. De fato, o ideal gramatical dessa época era a língua

3 É interessante notar que, segundo Mattoso Câmara (1977), não só os portugueses, mas também estudiosos provenientes de outros países, se debruçaram especialmente sobre o estudo do tupi. Além disso, consideraram em seus livros que apenas as línguas tupi-guarani eram faladas no território brasileiro, desprezando-se, assim, uma grande variedade de línguas aqui faladas.

clássica latina, que era considerada “perfeita”. Assim, as demais línguas europeias que se originaram do latim eram descritas na tentativa de aproximá-las ao ideal latino. Assim foi feito com o tupinambá.

Segundo Mattoso Câmara (1977, p.102): “Da mesma sorte que se queria melhorar os costumes (...), a religião do índio, também se pretendia melhorar-lhe a língua.” Desse modo, a descrição do tupinambá acabou se distanciando da realidade linguística. Muitos sons foram simplificados, a categorização dos morfemas não seguiu necessariamente a realidade da língua e o léxico, principalmente, foi afetado. Toda a semântica da língua, segundo Mattoso Câmara (1977), adaptou-se à visão ocidental.

No século XIX e início do século XX, o tupi continuou a ser o foco dos estudos de língua indígena. Mattoso Câmara (1977) se refere ao grupo que estudou grande parte do material coletado nos séculos anteriores como o da “Filologia Tupi”. Há, no entanto, um primeiro interesse, nessa época, de alguns estudiosos por outras línguas, que não as tupi. Pode-se citar, por exemplo, Capistrano de Abreu, que se debruçou sobre o estudo do kaxinawá (língua páno). No século XX, por fim, se consolidou o interesse pelo estudo das línguas indígenas brasileiras em sua totalidade, não só restritas às línguas tupi.

De qualquer maneira, a tradição dos estudos em línguas indígenas começou com o das línguas tupi, e até hoje é sobre esse grupo de línguas que se tem mais informação. Neste trabalho serão analisadas cinco línguas do tronco tupi, e quatro delas pertencem à família tupi-guarani: da família mundurukú, analisamos a língua homônima; da família tupi-guarani, analisamos as línguas guajá, kaiwá, kamayurá e urubu-kaapor.

É interessante notar que, enquanto a família tupi-guarani se estende a línguas faladas fora do território brasileiro, as demais línguas do tronco tupi situam-se exatamente nos limites do território brasileiro, entre o sul do Rio Amazonas e o Estado de Rondônia. Todas as línguas do tronco tupi presentes na amostra deste trabalho estão localizadas no território brasileiro.

A língua mundurukú faz parte da família linguística homônima e é uma das línguas que compõem o tronco tupi. Segundo Gomes

(2006, p.1) são aproximadamente 10.000 os falantes do mundurukú, que, estima-se, já tenham chegado a 40.000. Grande parte dos mundurukú vive na região do vale do rio Tapajós, no Pará. Membros dessa etnia são encontrados também na bacia do rio Madeira, no Amazonas, e na terra indígena Apiaká, no estado de Mato Grosso.

Segundo Magalhães (2007, p.19), a população dos índios guajá é estimada entre 350 a 400 membros. Há certos grupos ainda isolados, ou seja, há índios da etnia guajá que não mantêm nenhum contato com outros índios ou não índios. O povo guajá se situa ao noroeste do Estado do Maranhão, na região das terras Carú, Alto Turiaçu e Arariboia. A maioria dos guajá é monolíngue, e apenas alguns poucos membros falam português.

O kaiwá, por sua vez, é falado por índios que vivem na região do estado do Mato Grosso do Sul, estimados em aproximadamente 18 mil pessoas, segundo Cardoso (2008).

A língua kamayurá é falada pelo povo homônimo que vive na região amazônica do Alto Xingu, nas imediações da lagoa Ypawu, no estado do Mato Grosso. A população dos índios kamayurá é de aproximadamente 300 habitantes (Seki, 2000, p.31), divididos em duas aldeias.

Por fim, segundo Kakumasu (1986), a língua urubú-kaapór é falada por aproximadamente 500 índios que vivem no estado do Maranhão, entre os rios Gurupí, Maracaçume, Paraúia e Turiaçu. Até os anos 1970, os índios urubu-kaapór viviam isolados, e menos de 5% dos habitantes eram bilíngues. Após essa década, por conta da construção de uma rodovia nas proximidades da tribo, os índios começaram a ter mais contato com os não índios.

Sobre o tronco macro-jê, são menos claras as evidências para a existência desse agrupamento genético, se as compararmos às evidências da constituição do tronco tupi, segundo Rodrigues (2002). O tronco macro-jê dispõe de um constituinte maior, a família jê. As outras famílias linguísticas que constituem esse agrupamento genético são timbira, kayapó, maxakalí, karajá, botocudo e boróro, além de ele contar com outras quatro línguas sem filiação genética, as guató, ofayé, rikbaktsá e yatê.

O tronco macro-jê é representado na amostra deste trabalho por apenas três línguas: boróro, apinayé e canela-krahô.

O boróro, segundo Crowell (1979), é falado por aproximadamente 500 pessoas no sul do estado do Mato Grosso. Os índios boróro vivem em três reservas ao longo do rio São Lourenço, administrada pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O contato com os não índios é grande, mas os índios boróro preservam sua língua e seus aspectos culturais.

A língua apinayé, por sua vez, é falada por aproximadamente 1.300 pessoas, que vivem na região do Planalto Central brasileiro, segundo Oliveira (2005).

Por fim, a língua canela-krahô é falada, segundo Popjes e Popjes (1986), com variações dialetais mínimas por três grupos distintos: os ramkokamekra canela, que vivem na região de Barra do Corda, no Maranhão, e que contam com aproximadamente 800 pessoas; os apanjekra canela, que moram a oeste dos ramkokamekra e contam com 350 indivíduos; e os krahô, que vivem na região norte de Goiás e que são aproximadamente 900 pessoas. Segundo Popjes e Popjes (1986, p.128), não houve contato recente entre os krahô e os demais povos que falam a língua canela.

A família karíb é um grupo genético de línguas cujos povos habitaram (e habitam ainda hoje) grande parte da costa norte da América do Sul e as pequenas Antilhas, espalhando-se pela Guiana Francesa, Suriname, Guiana, até a Venezuela. Esses povos tiveram, séculos atrás, grande contato com colonizadores europeus, e, por isso, tornaram-se muito mais conhecidos do que outros que viviam no interior do continente. Segundo Rodrigues (2002), a situação dos povos karíb é bem similar à dos povos tupi: ficaram conhecidos como sendo o modelo de índio e protótipo de língua indígena falada na América do Sul (com exceção do Brasil).

Essa família, a karíb, conta com 21 línguas em seu grupo genético, faladas não só no Brasil, mas também na região das Guianas. No Brasil, essas línguas são faladas ao norte do Rio Amazonas até o oeste do estado de Roraima.

Neste trabalho, a família karíb está representada por cinco línguas: apalaí, hixkaryána, ingarikó, makuxí e waiwái.

Os falantes da língua apalaí vivem na região dos rios Maicuru, Paru e Jari, no estado do Pará. Segundo Koehn e Koehn (1986), existem aproximadamente 350 falantes dessa língua. Ainda de acordo com os autores, a proximidade entre os apalaí e os índios wayana criou uma integração entre essas duas tribos. Entretanto, apesar de a proximidade e o material cultural serem indistinguíveis, a língua permaneceu intacta.

A língua hixkaryána é falada por alguns grupos localizados próximos aos rios Nhamundá e Mapuera, ao norte do Brasil. Esses grupos contam com cerca de 350 falantes, segundo Derbyshire (1979).

Já a língua ingarikó é falada, no Brasil, por aproximadamente 800 indivíduos, segundo os dados de Souza Cruz (2000, apud Souza Cruz, 2005, p.22). A área indígena dos ingarikó fica localizada nas montanhas de Pacaraima, tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, a aproximadamente 450 quilômetros de Boa Vista, em Roraima. A região é banhada pelos rios Panari, Wailhã e Cotingo.

A língua makuxí, por sua vez, é falada por aproximadamente 15 mil índios que vivem na região entre os rios Rupununi (Guiana), e Cotingo e Surumu em Roraima, até algumas regiões da Venezuela, segundo Abbott (1991). Muitos índios são bilíngues (além do makuxí, falam português ou inglês), e em algumas regiões de fronteira encontram-se alguns índios trilíngues.

Finalmente, existem aproximadamente 1.800 falantes de waiwái, sendo a maioria bilíngue ou até trilíngue, segundo Hawkins (1998). Os waiwái estão espalhados, no Brasil, pelas regiões dos rios Mapuera, no estado do Pará, e Jatapuzinho, no estado de Roraima. Na Guiana, vivem na região do Alto Essequibo, e no Suriname. Alguns índios vivem com o povo hixkaryána, na região do rio Nhamundá. Há poucos falantes fluentes em waiwái. A maioria desses índios fala português (os que moram no Brasil), inglês (os que moram na Guiana) ou, ainda, holandês (os que moram no Suriname).

As línguas que formam a família Páno, por sua vez, são faladas ao sul do Amazonas, na Bolívia e no Peru, segundo Rodrigues (2002).

Essa família conta com 14 línguas e é uma das mais numerosas dessa área. Um dos estudos mais famosos feitos de línguas dessa família foi o do kaxinawá, feito por Capistrano de Abreu (1914). As línguas páno são muito estudadas da América espanhola. No Brasil, contudo, são poucos os trabalhos com essas línguas, sendo o de Abreu o mais importante até os dias de hoje. A família pano está representada no *corpus* desta pesquisa pelas línguas matís e shanenawa.

O povo que fala a língua katukína é conhecido como shanenawa, cujo nome é composto por *shane*, “espécie de pássaro de cor azul”, e *nawa*, “estrangeiro”. Esse povo vive no estado do Acre, nas proximidades do município de Feijó, em quatro comunidades diferentes: Paredão, Cardoso, Nova Vida e Morada Nova. Os dados quanto ao número de índios dessa tribo são controversos: segundo Cândido (2004), há aproximadamente 250 índios vivendo apenas na comunidade Morada Nova. Já a Funai afirma que, ao todo, são aproximadamente 356 índios que compõem essa etnia.

Por sua vez, os índios matís vivem na região do igarapé rio Branco. São essencialmente monolíngues e contam com aproximadamente 262 indivíduos. Segundo Ferreira (2005), apesar de as línguas matís e matsés serem bem próximas, são diferentes quando observadas em seu inventário lexical e gramatical.

Aruák ou arawák (que não é a mesma que a arawá), é o nome de uma língua falada na região que vai das Guianas até a Venezuela, conhecida também como Lokono (Rodrigues, 2002. p.65).

Segundo Rodrigues (2002), são pouco conhecidos os detalhes das relações entre as línguas dessa família. Apesar dos vários estudos sobre o assunto produzidos nos últimos anos, no Brasil e em outros lugares do mundo, ainda não houve trabalhos comparativos para determinar as relações de parentesco entre elas. As línguas que representam a família aruák neste trabalho são apurinã, wa-*rekéna* e *tariána*.

Os falantes do apurinã estão localizados na região a oeste da Amazônia brasileira, ao longo do rio Purus, nos estados do Amazonas e Acre. Segundo Facundes (2000), há aproximadamente duas mil pessoas dessa etnia, mas apenas 30% delas ainda falam apurinã.

A língua warekéna, por sua vez, é usada por um número reduzido de falantes em nove comunidades próximas ao Rio Xié, um dos afluentes do Rio Negro: Vila Nova, Campinas, Yuku, Nazaré, Kumatí-cachoeira, Tonu, Umaritiwa, Tokana e Anamoim. De acordo com Aikhenvald (1988), todos os falantes dessa língua são bilíngues (falam também nheengatu) e não empregam o warekéna na comunicação diária. Muitos índios também falam espanhol, português e baniwa do içana ou kurripako, o que pode estar contribuindo para que warekéna seja considerada uma língua praticamente em extinção.

Por fim, o tariána é a única língua aruák falada na área do rio Vaupés, que fica próximo ao Alto Rio Negro, na Amazônia brasileira. Todas as outras línguas faladas na região são da família tukáno. Sendo assim, o contato com essas línguas e a consequente influência delas no tariána é inevitável. São aproximadamente 100 os falantes dessa língua, segundo Aikhenvald (2003).

A família arawá, por sua vez, é composta por línguas que, segundo Rodrigues (2002), são muito parecidas. As línguas dessa família são faladas nas áreas que vão do Amazonas ao Acre, nas proximidades de vários rios da região, como o Purus e o Juruá. Menos numerosa do que a família aruák, a família arawá conta com sete línguas em seu agrupamento genético. Neste trabalho, serão analisadas as línguas jarawára e paumarí.

A língua jarawára é falada por aproximadamente 170 índios que vivem na região do rio Purus, na Amazônia Brasileira, segundo Dixon (2004). Já a tribo dos índios paumarí está localizada no estado do Amazonas e se divide em três grupos principais: o grupo do Rio Purus, o do Rio Ituxi e o do Rio Tapauá. Ao todo, são 520 falantes dessa língua, de acordo com Chapman (1991). São poucas as diferenças dialetais entre os referidos grupos, e a principal delas diz respeito ao vocabulário.

Segundo Rodrigues (2002), são seis as línguas pertencentes à família makú: bará, guaríba, nadéb, yahúp, húpda e dâw, também conhecida como kamã. Nesta pesquisa, a família makú será representada pelas línguas húpda e dâw. A proximidade genética entre as línguas makú é controversa e, além disso, não há muitos estudos que tratam do assunto.

A língua húpda é falada por aproximadamente 1.500 índios que vivem na fronteira entre Brasil e Colômbia, no estado do Amazonas. Na parte brasileira, a região habitada por eles, conhecida como “Cabeça de cachorro”, é delimitada ao sul pelo rio Tiquié, ao norte pelo rio Papuri e a leste pelo rio Vaupé, segundo Epps (2005). Essa região compreende cerca de 5.400 km². Algumas características dessa língua, principalmente algumas inovações, devem-se ao contato com os índios tukano que vivem à leste da região húpda.

Já os falantes da língua dâw formam um grupo de aproximadamente 94 índios, que vivem no estado do Amazonas, à margem direita do rio Negro, na região conhecida como Alto do Rio Negro (Martins, 2004). Essa comunidade conhecida como waruá fica próxima à cidade de São Gabriel da Cachoeira. Quanto aos aspectos sociolinguísticos, todos os dâw têm a língua homônima como língua materna, e muitos deles são fluentes em outros idiomas (os mais velhos também falam nheengatu, enquanto os mais jovens falam português). As crianças têm uma escola especial, em que são alfabetizadas primeiramente em dâw, depois em português. Segundo Martins (2004), a escrita da língua dâw já é utilizada fora da escola, no contexto da comunidade.

A família nambikwára, que se situa exclusivamente no território brasileiro, do norte do estado do Mato Grosso até o sul de Rondônia, compreende três línguas: o sabanê, o nambikwára do norte e o nambikwára do sul. Tanto o nambikwára do norte quanto o do sul dispõem de vários dialetos. As representantes da família nambikwára nesta pesquisa são a língua nambikwára (do sul) e a língua sabanê.

Os índios nambikwára, de acordo com Kroeker (2003), vivem no Centro-Oeste brasileiro, na região do rio Guaporé e nos afluentes ocidentais do rio Jurena. O povo nambikwára é composto por diversos grupos, cada um conhecido por seu próprio nome e falante de uma variedade da mesma língua. A população nambikwára é de aproximadamente 900 índios.

O povo sabanê, por sua vez, vive em duas áreas distintas no estado de Rondônia e é constituído por aproximadamente 300 falantes, segundo Araujo (2004).

Por sua vez, a família tukáno se divide em dois ramos: o tukáno ocidental e o tukáno oriental. No primeiro grupo estão índios que vivem no Peru, no Equador e na Colômbia, mas não no território brasileiro. Já os falantes do segundo grupo vivem na região entre a Colômbia e o Brasil, sobretudo ao longo do rio Vaupés. A família tukáno conta com 14 membros entre línguas e dialetos.

Nesta pesquisa, a família tukáno é representada pela língua homônima. A tribo tukáno é também conhecida como a tribo dos *ye'pâ-masa*. Situada no território da bacia do rio Vaupés-Caiari, na fronteira do Brasil com a Colômbia, o povo tukáno conta com aproximadamente 2.635 falantes. No entanto, como essa língua foi adotada como língua franca por falantes de outros grupos da mesma família, o número de falantes ultrapassa muito o número dos membros da tribo: são cerca de 10.000 falantes tukáno atualmente, se forem contados falantes do lado brasileiro e do lado colombiano, segundo Ramirez (1997).

As línguas yanomámi, que antigamente eram conhecidas como xiriána ou xirianá, segundo Rodrigues (2002), são muito próximas. Apesar de localizadas numa grande área geográfica, do extremo norte do Brasil e ao estado do Amazonas, até à Venezuela, as línguas yanomámi são apenas quatro. Nesta pesquisa, a família yanomámi é representada pela língua sanumá.

A língua sanumá é falada por aproximadamente 2.000 pessoas, mas apenas 500 delas vivem em solo brasileiro, de acordo com Borgman (1990). O restante pertence ao grupo que vive na Venezuela. Os índios sanumá são em sua maioria monolíngues. A tribo sanumá se localiza, no Brasil, na região do rio Auaris, e, na Venezuela, na região dos rios Matacuni, Ventuari, Caura e Erbató.

A família múra, também conhecida como múna, situa-se no interior do território brasileiro. São apenas duas as línguas pertencentes a essa família: o múra e o pirahã. As línguas da família múra são tonais, assim como as das línguas nambikwára. De fato, a região em que essas duas famílias estão localizadas é bem próxima.

A língua pirahã é a representante da família múra nesta pesquisa. Essa língua conta atualmente com aproximadamente 110 falan-

tes, segundo Everett (1992). A tribo se situa na região do rio Maici, no estado do Amazonas. Os pirahã, apesar da proximidade com seringueiros, com moradores da região e mesmo com outras tribos, são um povo quase totalmente monolíngue.

A família txapakúra, uma das mais desconhecidas das línguas faladas no Brasil, é composta por três línguas: warí, tora e urupá. Nesta pesquisa, a língua warí é a representante da família txapakúra.

Warí é o termo adotado por Everett e Kern (1997) para designar a língua indígena como um todo ou a todos os subgrupos dessa língua. A gramática de Everett e Kern (1997) que serve de referência para esta pesquisa, no entanto, descreve um dialeto específico, conhecido por *oro warí*.

A karipúna-creole é uma língua crioula falada por índios que se situam no norte do território do Amapá, próximo à fronteira com a Guiana Francesa, segundo Tobler (1983). Originalmente, esses índios habitavam uma região do Pará e falavam uma língua tupi; posteriormente, mudaram-se para a Guiana Francesa, onde começaram a falar o crioulo. Tempos depois, fixaram-se às margens do Rio Curipi e, hoje, moram em vilas ou em pequenos agrupamentos de casas ao longo desse rio. Algumas palavras do português já foram incorporadas a essa língua, em virtude da integração com os brasileiros.

Por fim, a língua kwazá é falada por aproximadamente vinte e cinco pessoas que habitam a reserva indígena de Tubarão-Latundê, situada às margens do rio Apediá, ou Pimenta Bueno, a sudeste do estado de Rondônia. Segundo Voort (2004), a língua kwazá está altamente ameaçada de extinção. É uma língua que ainda não foi classificada geneticamente. Línguas desse tipo são consideradas isoladas.

4

O ENFOQUE TIPOLÓGICO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA RELATIVIZAÇÃO

Apresentamos, neste capítulo, os resultados da comparação trans-linguística em duas etapas distintas: a primeira trata das estratégias de construção de relativas utilizada pelas línguas, conforme descritas em suas gramáticas respectivas. A segunda trata da acessibilidade sintática e semântica das construções encontradas de acordo com o enfoque funcional de Dik (1997) e Hengeveld e Mackenzie (2008).

Construções relativas nas línguas indígenas do Brasil

É importante que se façam, neste trabalho, algumas considerações sobre as estratégias de relativização encontradas nas línguas da amostra, apesar de que parece não haver relação direta entre estratégia de relativização e restrições à acessibilidade. O Quadro 2, a seguir, traz resumidamente as estratégias de relativização utilizadas pelas línguas da amostra.

Quadro 2 – Estratégias de relativização

LÍNGUAS	Estratégias de relativização			
	Nominalização	Lacuna	Não redução	Pronome relativo
KWAZÁ	X			
APURINÃ	X			
HIXKARYÁNA	X			
APALÁÍ	X			
INGARIKÓ	X			
MAKUXÍ	X			
WAIWÁI	X			
HÚPDA	X			
MATÍS	X			
TUKÁNO	X			
MUNDURUKÚ	X			
GUAJÁ	X			
KAIWÁ	X			
KAMAYURÁ	X			
URUBÚ- KAAPOR	X			
SABANÊ	X			
TARIÁNA	X (OD e Obl)	X (Se A)		
APINAYÉ	X (A e OI)		X (Se O)	
BORÓRO		X		
WAREKÉNA		X		
PAUMARÍ		X		
JARAWÁRA		X		
NAMBIKWÁRA		X		
DÁW		X		

LÍNGUAS	Nominalização	Lacuna	Não redução	Pronome relativo
PIRAHÃ		X	X	
SHANENAWA		X	X	
SANUMA			X	
KARIPÚNA-CREOLE				X
WARÍ				X
CANELA-KRAHÓ				X

Como mostra o quadro, nem todas as estratégias de relativização anteriormente listadas foram de fato verificadas nas gramáticas das línguas indígenas brasileiras consideradas. Há algumas regularidades quanto à filiação genética em relação às estratégias utilizadas pelas línguas. A mais evidente delas, sem dúvida, está no uso da nominalização como estratégia de relativização em todas as línguas tupi e karíb analisadas, como pode ser visto no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Estratégia de relativização das línguas tupi e karib

Família/Língua		Estratégia de relativização
Tronco tupi		NOMINALIZAÇÃO
	Mundurukú	
	Tupi-guarani	
Karib		

É interessante notar, também, que as línguas em geral não dispõem de apenas uma estratégia de relativização. Os dados presentes no Quadro 2 mostram apenas as estratégias primárias de relativização, mas as línguas tendem, como Givón (1990) observa, a empregar uma mistura de estratégias, em vez de uma única. A descrição individual das famílias presente em Oliveira (2011) mostra esse fato. A maioria das línguas karib dispõe de outros mecanismos, como a parataxe, para construir as relativas. Além disso, quatro línguas da amostra dispõem de duas estratégias primárias de relativização, e, em duas delas, a escolha entre uma ou outra estratégia depende das funções sintáticas e semânticas relativizadas.

Feitas essas observações, passamos agora a análise translinguística de cada estratégia encontrada nas línguas indígenas brasileiras. A estratégia menos recorrente no *corpus* foi a de pronome relativo, encontrada em três línguas: karipúna-creole, warí e canela-krahô. A natureza dos itens que desempenham essa função é, contudo, diferente, a depender da língua.

No karipúna-creole, os relativizadores de que essa língua se vale para construir orações relativas são três: *ki*, *pu* e *kote*, mas o primeiro

é usado em relativas de sujeito, enquanto o segundo e o terceiro, em relativas de objeto direto e de oblíquo, respectivamente. Além de atuarem como relativos, esses relativizadores estabelecem marcação de caso, funções típicas de pronomes relativos.

Assim como em português, não existem, nessa língua, formas especiais para os pronomes relativos, que são formalmente relacionados aos pronomes interrogativos, o que não impede que ela empregue a estratégia do pronome relativo para a construção de relativas.

No warí, as relativas são marcadas pelo uso de *ca*, *co*, *iri* e *xi*. Os três primeiros morfemas de flexão são indicativos de *realis passado/presente* (morfema *ca*, neutro *realis passado/presente*; morfema *co*, masculino/feminino *realis passado/presente*; morfema *iri*, gênero não específico), e o último sinaliza *irrealis*. As relativas marcadas por esses pronomes relativos são finitas, como mostram os exemplos (4.1), (4.2), (4.3) e (4.4):

(4.1) Warí (Warí (Everett; Kern, 1997, p.83)

Ma'	Na	Waram
exist	3SG:RLSPST/PRES	monkey:species

<i>ca</i>	<i>cao'</i>	<i>quiwo'</i>
INFL>NEUT.RLSPST/PRES	eat	arrow

“There is a *waram* monkey that breaks (eats) arrow.”

Há um macaco waram que quebra a flecha com a boca.

(4.2) Warí (Everett; Kern, 1997, p.85)

Taxi'	na-	-in
know	3SG:RLS.PST/PRES	3NEU

'i	ma'
NEUT	that:PROX:hearer

<i>Co</i>	<i>tucunimim'</i>	<i>ma'</i>
INFL:M/F.RLS.PST/PRES	Shaman	that:PROX:hearer

(He) who is a shaman knows that.

(Ele) que é um pajé sabe disso. (Quem é um pajé sabe disso)

- (4.3) Warí (Everett; Kern, 1997, p.311)

Mam' tata jami- -ocon
 find PASS:3PL spirit 3PL.M
 'iri' cono' Nana
 INFL: RLS.PST/PRES die:p 3PL:RLSPST/PRES

ma'

that:PROX:hearer

"The spirits of those who died are found."

Os espíritos dos que (daqueles) morreram foram encontrados.

- (4.4) Warí (Everett; Kern, 1997, p.311)

Wirico xi tomi' ha'
 EMPH:3SG.M INFL:IRLS speak pay:attention

'iri' cwa'

1 this:M/F

"He (is) the one whom we should obey."

Ele (é) aquele a quem deveríamos obedecer.

As relativas não finitas contêm o marcador *wa* (infinitivo/parti-
 cípio) e só podem ser de objeto, como pode ser visto em (4.5):

- (4.5) Warí (Everett; Kern, 1997, p.89)

wara hwara' pin Na
 already big:SG completely 3SG:RLSPST/PRES

taraji- -con wari'
 ear 3SG.M person

co Wara 'oc wa
 INFL:M/F.RLS.PST/PRES Already stick inf

ma'

that:PROX:hearer

“The (hole in the) ear of the person who was already pierced was already large.”

O buraco na orelha da pessoa (que já estava) furada era largo.

A estratégia do pronome relativo em canela-krahô é marcada pelo uso dos pronomes demonstrativos *ita* “este, esta, isto”, *ita-jê* “estes, estas”, *ata* “esse, essa, isso” e *atajê* “esses, essas”. Como mostra o exemplo (4.6), tais pronomes aparecem mais ao final da oração, contrariando o que Givón (1990) afirma sobre a posição típica dos pronomes relativos. A exceção a essa generalização pode ser explicada pelo fato de os pronomes relativos em canela-krahô indicarem uma referência prévia no discurso e, também, constituírem formas que podem ser usadas independente ou adjetivamente.

(4.6) Canela-Krahô (Popjes; Popjes, p.171)

wa	i-te	rop	pupun	capi,	Te
1	1-PST	dog	see	Capi	PST

ih-curan	<i>ata</i>
3-kill	DEM

“I saw the dog Capi killed.”

Eu vi o cachorro que Capi matou.

A estratégia de não redução, a segunda menos recorrente, foi encontrada em quatro línguas, mas apenas no sanumá atua como estratégia única. O exemplo (4.7) ilustra o uso da estratégia de não redução, que, vale lembrar, é aquela em que o núcleo aparece como um item lexical pleno na oração relativa. É por isso que essa estratégia é restrita às relativas de núcleo interno.

(4.7) Sanumá (Borgman, 1990, p.133)

ipa ulu	kökö	lo-le	Ī	kökö	hu	mai	kite
my son	3.PL	sit-PRES	REL	3.PL	go	NEG	FUT

“My sons who are sitting here will not go.”

Meus filhos que estão sentados aqui não irão.

Nas três outras línguas com essa estratégia, a não redução co-ocorre com a estratégia da lacuna. É interessante notar que essas línguas dispõem tanto de relativas de núcleo externo, que são formadas a partir da estratégia da lacuna ou nominalização, como de relativas de núcleo interno, formadas mediante não redução. Em (4.8) e (4.9), exemplifica-se o caso do pirahã, que dispõe das duas estratégias. No primeiro exemplo, há um caso de lacuna. Percebe-se que se trata de uma relativa em posição imediatamente pós-nuclear, *gai*. No segundo exemplo, o núcleo *chumbo* aparece tanto na relativa quanto na oração principal.

(4.8) Pirahã (Everett, 1992, p.139)

<i>gai</i>	<i>xaoxái</i>	<i>gai</i>	<i>gíxai</i>	<i>bikadogía</i>	<i>xopí</i>
aquele	INTER	aquele	2	mercadoria	tirar

sigíai

mesmo

Não é aquele que roubou sua mercadoria?

(4.9) Pirahã (Everett, 1992, p.140)

<i>xoogíai hi</i>	<i>go-ó</i>	<i>Hoasígikoi</i>
nome 3	PRO-OBL	Chumbo

bíib-í

enviar-PROX

híx

INTER.COMP

hoasígikoi

chumbo

koab-aó-b-í-i

acabar-TEL-PERF-PROX.CER.COMP

O chumbo que Xoogíai me vendeu acabou.

Uma das características da não redução é justamente a presença de um elemento, na oração matriz, que retome anaforicamente o

núcleo da relativa. No pirahã, percebe-se que essa retomada se dá pela repetição do próprio núcleo na matriz.

O shanenawa também dispõe de relativização construída mediante não redução e lacuna. A estratégia de não redução nessa língua, similarmente ao pirahã, também envolve a repetição do núcleo da relativa na oração matriz, como mostra (4.10).

(4.10) Shanenewa (Cândido, 2004, p.188)

in piʃi-Ø uin-iʃ jura piʃi-ma-ki
 1 casa-ABS ver-PRES índio casa-NEG-DECL
A casa que eu estou vendo não é de índio.

No apinayé, as relativas de não redução estão restritas às funções de objeto direto e sujeito de verbo intransitivo. Por ser uma língua ergativo-absolutiva, o apinayé distingue sujeitos ativos (A) de sujeitos inativos (S). Percebe-se que nessa língua motivações semânticas relativas à natureza do item relativizado influenciam na escolha da estratégia de relativização. Em (4.11), exemplifica-se o uso da não redução na relativização de S:

(4.11) Apinayé (Oliveira, 2005, p.282)

ic-tɛ a-mɛɛ biɛ jarɛŋ ja
 1-ERG 2-DAT man R-tell.NF DEF.ART

 na tɛ Ø krĩ õ kamɛ pa
 RLS HAB 3 village One INSV live
 ‘This man I’m telling you about lives in the other village.’
Este homem sobre o qual estou falando para você vive em outra vila.

É interessante notar o caso do jarawára. Essa língua não dispõe de nenhum morfema que ligue a oração relativa à principal, como pode ser visto nos exemplos a seguir.

(4.12) Jarawára (Dixon, 2004, p.526)

Jara sirikaa siri ne-no
 BrancoM rubberM tap AUX-IMM.NM

mee wasi-witiha
 3SG.AG find-from.PLACE.F

“They encountered a Branco who had been tapping rubber.”
Eles encontraram um branco que estava extraindo borracha.

(4.13) Jarawára (Dixon, 2004, p.526)

jomee fati hi-kabe-mete-mone
 jaguar.M 3SGPOSS.wife.F Oc-eat-REM.NF-REP.F

o-komina-bone-ke
 1SG.AG-tell.about-INT.F-DEC.F

“I’ll tell you about his wife who a jaguar ate.”

Eu vou te contar sobre a esposa dele que a onça comeu.

Nessa língua, a relação de subordinação se dá em termos puramente semânticos. Por não haver nenhuma marcação formal de relativização, é controversa a estratégia de relativização nessa língua. Dixon (2004) afirma que as construções dessa língua, que são formadas por simples justaposição, identificam-se como relativas de núcleo interno. No entanto, acredita-se que esse tipo de relativa é, na verdade, de lacuna, pelo fato de que, em uma relativa de núcleo interno, ser comum o aparecimento de uma anáfora na oração principal correferente ao núcleo da relativa. No caso das relativas em jarawára, o que se tem é uma oração subordinada encaixada na principal sem nenhuma expressão do núcleo nominal nessa oração, característica típica da estratégia de lacuna.

A estratégia da lacuna foi a segunda mais recorrente do *corpus*: dez línguas se utilizam dessa estratégia para construir relações de modificação. É, no entanto, muito grande a diferença na composição morfosintática dessa estratégia. Observem-se os exemplos das línguas dâw e nambikwára.

A relativização no *dâw* é construída por meio de dois pronomes demonstrativos que funcionam como relativizadores: *pàj*, “aquele (a) que”, e *ʔɣg ~ɣg*, “esse(a) que (enfático)”, e também por meio da conjunção *ʔuj*, que igualmente marca a relativização. Ambos os demonstrativos podem aparecer tanto na relativização de sujeito quanto na de objeto. O uso da conjunção *ʔuj* é restrito à relativização de objeto direto. Além da relativização, o operador *ʔɣg* tem a função de enfatizar o elemento relativizado. A posição desses elementos também varia: enquanto *pàj* e *ʔuj* ocupam a posição final na relativa, *ʔɣg* ocupa a primeira posição na oração, como pode ser visto nos exemplos (4.14), (4.15) e (4.16). Apesar de serem marcadas por morfemas específicos, não há marcação de caso no uso de tais morfemas, indicando, assim, que a estratégia de relativização em *dâw* é a de lacuna:

(4.14) *Dâw* (Martins, 2004, p.596)

ʔʔām	wèd	jed		wéd
cachorro	comer	INTENS		Comida
ʔa-bɔʔxɛb	kɛd	ʔāh	hāʔ	wùd
esse-prato	dentro	1SG	deixar	FRUST

pàj
DEM.REL

O cachorro comeu toda a comida que eu deixei no prato.

(4.15) *Dâw* (Martins, 2004, p.596)

mějɲ	tugɔ	cɔm	jũtɔ	gidɔ
1SG.POSS	marido	banhar	PERF	CONJ

ʔāh	xaɔ	hápɔ	tihɔ	lájɔ	ʔuj
1SG	cozinhar	peixe	3SG	pescar	CONJ

Quando meu marido acabar de banhar, eu vou cozinhar o peixe que ele pescou.

- (4.16) Dâw (Martins, 2004, p.596)
 hápɔ ʔáʔ ʔãh lóʔ ʔa dɔx
 peixe este 1SG comprar esse estar estragado
O peixe, este que eu comprei, está estragado.

Apesar de também se dar por meio de lacuna, a relativização no nambikwára não envolve o uso de morfemas marcadores de relativização. Na verdade, não há nenhum operador morfossintático que indique a relativização nessa língua. Nesse caso, a subordinação se dá no nível semântico, como mostra o exemplo (4.17):

- (4.17) Nambikwára (Kroeker, 2003, p.28)
 in³txa² wah³nxe³kx-Ø-in¹-jah¹-a²
 homem esperar-3SG-2SG-CLF.homem.DEF

 ʔ²-Ø-a¹-hẽ³-la²
 ver-o.3SG-1SG- T/E.IO.PST-PERF
Vi o homem que você esperava.

No caso do nambikwára, a ordem dos constituintes é muito importante. Numa oração simples, a ordem básica dos constituintes nessa língua é SOV. Na oração relativa, a ordem se mantém. Não há a expressão do sujeito nem na matriz nem na subordinada: ele aparece marcado no verbo, tanto na matriz, em *-a¹*-, quanto na subordinada, em *-in¹*-. A ordem, então, é OV, e essa ordem se mantém na construção da relativa.

O SN *in³txa²* “homem” é tanto objeto da matriz quanto da subordinada, e aparece anteposto aos dois verbos. Desse modo, a recuperação do antecedente e a construção da modificação, cognitivamente mais fáceis para o falante, permite a ausência de itens que marquem morfossintaticamente a relativização.

A relativa de lacuna aparece conjugada a outras estratégias e, na maioria dos casos, a coincidência se dá com a não redução, já discutida neste trabalho. Em duas línguas, além da utilização de duas estratégias primárias de relativização, há também a divisão

dessas estratégias de acordo com as funções relativizadas: no tariána, a lacuna é responsável pela relativização de S e A, enquanto a nominalização é responsável pela relativização de objeto e oblíquo.

A distribuição das estratégias de relativização por funções relativizadas no tariána parece ser motivada pelos mesmos motivos do apinayé:¹ a categoria morfológica da língua. O tariána é uma língua de ergatividade cindida, em que há a diferenciação entre S e A. Ambas as funções, no entanto, são relativizadas pela mesma estratégia, enquanto as funções de objeto e oblíquo são formadas por nominalizações. Observe os exemplos (4.18) e (4.19), em que há a relativização de A e S no tariána, respectivamente:

- (4.18) Tariána (Aikhenvald, 2003, p.538)
 wyume-ma-se matja-ma-pidana
 last-CLF.F-CONTR good/proper-CLF.M-REM.REP

du-kakapua ka-wirya-karu-pidana
 3SG.F-face REL-paint-PST.REL.F-REM.REP
 “The last one was beautiful, (the one) who had painted the face.”
A última era bonita, a que tinha pintado o rosto.

- (4.19) Tariána (Aikhenvald, 2003, p.538)
wa-phumi-se-se ka-miña-kani
 1PL-after-LOC-CONTR REL-appear-PST.REL.PL

kaya wa-na nu-eri
 so 1PL-OBJ 1SG-younger.brother

na:-mha
 3PL.say:-PRES.NONVIS
 “Those who had appeared after us call us young brothers.”
Aqueles que tinham aparecido depois de nós chamam-nos de irmãos mais novos.

1 Cf. Quadro 2 e discussão na página a seguir.

Por fim, o dado que chama mais a atenção no Quadro 2 é a grande ocorrência da nominalização como estratégia de relativização, que aparece em 18 línguas da amostra. De fato, a nominalização não é considerada por alguns autores, inclusive por Keenan e Comrie (1977), como estratégia de relativização. Isso porque não há nenhuma marcação formal que indique que a nominalização é, de fato, uma oração. Se forem levados em consideração apenas critérios formais, 18 línguas da amostra não dispõem de relativização, o que é, no mínimo, discutível.

Como já abordado em outros momentos, o estudo tipológico deve privilegiar critérios semânticos e pragmáticos em detrimento dos morfossintáticos, uma vez que, como os dados mostram, a codificação morfossintática é muito variável, dependendo sempre das características próprias de cada língua particular.

A nominalização presente nas línguas da amostra é, em termos gerais, muito semelhante. Normalmente, o que acontece é um processo morfológico em que um verbo se deriva de um nome, mediante o acréscimo de um afixo nominalizador a uma raiz verbal que passa a exercer uma função modificadora. O verbo, geralmente, mantém sua forma não finita. Exemplos desses tipos de nominalização podem ser encontrados em (4.20), (4.21) e (4.22), do kamayurá, do ingarikó e do kwazá, respectivamente:

(4.20) Kamayurá (Seki, 2000, p.179)

akawama'e-a	o-juka	wyrapy-a	kunu'um-a
homem-NUC	3-matar	gavião-NUC	menino-NUC

pyhyk-ar-er-a

pegar-NMLZ-PST-NUC

O homem matou o gavião que pegou o menino.

que, assim, ele possa funcionar como oração relativa. Em (4.23), exemplifica-se o fenômeno:

- (4.23) Mundurukú (Gomes, 2007, p.2)
 widaḡ ayacatḡ o'=y-aokaḡ aḡoka beḡ
 onça mulher 3Sa=R2-matar aldeia POSP

Katō i-ka-butet iat pe
 Katō R2-aldeia-chamar.se NMLZ POSP

A onça matou a mulher na aldeia que se chama Katō.

É interessante notar, nesse exemplo, que o nominalizador *iat* está sujeito à marcação morfológica de caso por meio de posposições. No exemplo (4.21), a posposição *pe* se refere à função desempenhada pelo núcleo *aḡoka* na oração matriz.

Já no apinayé, a nominalização é formada por meio do acréscimo de um nominalizador não preso ao verbo na forma finita, mas afixado imediatamente na posição pós-verbal. Em (4.24), exemplifica-se a nominalização em apinayé.

- (4.24) Apinayé (Oliveira, 2005, p.284)
 diō kət iḡ-mē me=kədəčə ɲ-ōr
 woman 3.ERG 1-DAT INDF=counterpart R-give

čwəḡ ja
 NMLZ.A DEF.ART

na Ø pre ra jē ma
 RLS 3 PST ASP yesterday MOV

tē
 Go

“The woman who gave me the medication left yesterday.”
A mulher que me deu o medicamento foi embora ontem.

É importante notar que o apinayé dispõe de duas estratégias primárias diferentes. A divisão de estratégias acontece entre as funções de S e O e A e OI: as primeiras são relativizadas por não redução (cf. exemplo (4.11)), enquanto as segundas são relativizadas por nominalização, como visto no exemplo (4.24). Assim como no tariána, a escolha das estratégias de relativização parece estar relacionada à categoria semântica da língua.

Outro fato interessante de se notar neste trabalho é o que Lehmann (1986) discute sobre as relativas. Segundo o autor, as relativas variam em graus de nominalização. Em um extremo da escala estão as relativas sem nominalização, que são apenas casos de subordinação. No outro extremo estão as nominalizações propriamente ditas, em que o centro da oração é um verbo que geralmente recebe um afixo nominalizador. Esse fenômeno, segundo Lehmann (1986), envolve várias mudanças sintáticas dentro da oração nominalizada.

O grau de nominalização, segundo ele, está correlacionado a duas outras propriedades. A primeira diz respeito à posição da relativa em relação ao núcleo. Lehmann (1986) afirma que as relativas pré-nominais são mais facilmente nominalizadas. Os dados deste trabalho, no entanto, não confirmam essa proposta. Em metade das 18 línguas que dispõem de nominalização como estratégia de relativização, só é possível a existência de nominalizações pós-nominais. Na outra metade, é possível que construções desse tipo apareçam antepostas ao núcleo, e em apenas uma língua essa é a única posição em que elas podem aparecer. O Quadro 4 a seguir sintetiza esses resultados.

Quadro 4 – Posição das nominalizações relativizadoras em relação ao núcleo

LÍNGUAS	Pós-nominais (somente)	Predominantemente Pós-nominais	Pré-nominais (somente)
APALÁÍ	X		
KWAZÁ	X		
WAIWÁI	X		
MUNDURUKÚ	X		

LÍNGUAS	Pós-nominais (somente)	Predominantemente Pós-nominais	Pré-nominais (somente)
KAIWÁ	X		
URUBÚ- KAAPÓR	X		
SABANÊ	X		
TARIÁNA	X		
APINAYÉ	X		
APURINÃ		X	
HIXKARYÁNA		X	
INGARIKÓ		X	
MAKUXÍ		X	
HÚPDA		X	
MATÍS		X	
GUAJÁ		X	
KAMAYURÁ		X	
TUKÁNO			X

A segunda propriedade diz respeito ao fato de que, quanto maior o grau de nominalização, menos funções sintáticas estão disponíveis à relativização. Os dados deste trabalho também não comprovam essa proposta, mas, nesse caso, também não a refutam. Por um lado, a língua que relativiza todos os graus da hierarquia e para a qual há exemplos de todas essas relativizações é o kamayurá, que tem como estratégia a nominalização. Por outro, metade das línguas que utilizam a nominalização como estratégia de relativização é capaz apenas de relativizar sujeito e objeto direto.

De qualquer maneira, consideramos, neste trabalho, que a nominalização é uma estratégia legítima de relativização. No entanto, algumas distinções relevantes precisam ser feitas. Em primeiro lugar, a definição de oração relativa na qual este trabalho se baseia é semântica: considera-se relativa uma oração (portanto, uma construção que envolva uma predicação) que mantenha, com a matriz,

uma relação de dependência semântica, segundo a qual a oração dependente restringe o significado de um referente da matriz. Desse modo, não é necessário haver estruturas morfológicas específicas para marcar tal construção.

A distinção entre forma e função, para Shibatani e Makhshen (2009, p.10), é essencial para a determinação da nominalização como estratégia de relativização. Para eles, considerar a nominalização como estratégia de relativização implica entender primeiro que as orações relativas e nominalizações desempenham funções diferentes nas línguas – a primeira tem função de modificação; a segunda, referencial – para, depois, reconhecer que, em algumas línguas, a nominalização, enquanto forma, pode desempenhar tanto sua função prototípica quanto a função da oração relativa, que é a modificação.

Ao contrário de Keenan e Comrie (1977), Givón (1990) afirma que as nominalizações atuam, em algumas línguas, como orações relativas, fato que, conforme sumarizado por Keenan e Comrie (1977), não pode ser descartado. Além disso, ao analisar as relativas em turco, Comrie (1989, p.143) afirma que a estratégia empregada constrói relativas que não são exatamente orações, já que, entre outras coisas, são formadas com verbos não finitos. Apesar disso, o turco dispõe de um mecanismo para criar o mesmo efeito de sentido de uma relativa, a nominalização.

Em relação à terminologia, Comrie (1989) afirma que a denominação de *oração* simplesmente reflete uma generalização da sintaxe do inglês, em que a subordinação se caracteriza pelo uso de verbos finitos. Na verdade, a caracterização de oração relativa, se pensada nos termos de Keenan (1985), nada mais é do que um fenômeno morfossintático. Essa caracterização gera problemas numa visão tipológica, como dito anteriormente. Por isso, o que Comrie (1986) e Givón (1990) propõem é a consideração da oração relativa em termos de funcionamento semântico.

Os resultados deste trabalho vão ao encontro de um conjunto expressivo de estudos descritivos sem enquadramento tipológico, que foi publicado na revista *Ciências Humanas*, volume 1, do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, concernente às relativização em

línguas indígenas. Este trabalho converge com aqueles num ponto significativo: ambos apontam a nominalização como a estratégia de relativização mais recorrente nas línguas indígenas brasileiras. Meira (2006) afirma que, para muitas línguas karíb, a estratégia de nominalização é a única possível, além de a nominalização ser, nessas línguas, bastante regular.

Com base nos dados levantados por este trabalho, não se pode negar o fato de que a nominalização tem um papel relevante na relativização. As ocorrências mostram que a nominalização é uma estratégia válida para a construção de relativas, e, em alguns casos, é a única possível. Assim, é concorrente afirmar que a nominalização é uma estratégia de relativização válida e que, para as línguas indígenas brasileiras, é a estratégia mais recorrente.

Acessibilidade sintática e semântica da oração relativa

Voltamos agora ao enfoque específico deste trabalho, a análise da oração relativa em relação à aplicabilidade da HA proposta por Keenan e Comrie (1977). Desse modo, os dados previamente coletados foram resumidamente dispostos no Quadro 5 a seguir, de modo a permitir uma visão ampla do fenômeno estudado.

É importante notar, no Quadro 5, que as células marcadas com (?) dizem respeito ao fato de não haver exemplos na gramática da língua que comprovem a relativização dessas funções, apesar de o autor afirmar ser possível.

A leitura do quadro permite constatar que apenas duas línguas relativizam a posição mais baixa da hierarquia, objeto de comparação. De fato, apenas a língua kamayurá traz em sua gramática exemplo desse fenômeno. Popjes e Popjes (1986) afirmam que não há restrições sintáticas para a relativização em canela-krahô, sem fornecer, no entanto, exemplos da relativização de objeto de comparação e de oblíquo.

Quadro 5 – Distribuição das funções sintáticas relativizadas nas línguas investigadas

FUNÇÕES LÍNGUAS	Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Oblíquo	Genitivo	Objeto de compara- ção
KAMAYURÁ	+	+	+	+	+	+
CANELA- KRAHÔ	+	+	+	+ (?)	+	+ (?)
HÚPDA	+	+	+	+	-	-
BORÓRO	+	+	+	+	-	-
SANUMA	+	+	+	+	-	-
WARÍ	+	+	+	+	-	-
APINAYÉ	+	+	+	-	-	-
KARIPÚNA- CREOLE	+	+	-	+	-	-
INGARIKÓ	+	+	-	+	-	-
KAIWÁ	+	+	-	+	-	-
MACUXÍ	+	+	-	+	-	-
PAUMARÍ	+	+	-	+	-	-
TARIÁNA	+	+	-	+	-	-
URUBÚ- KAAPÓR	+	+	-	+	-	-
WAIWÁI	+	+	-	+	-	-
WAREKÉNA	+	+	-	+	-	-
KWAZA	+	+	-	-	-	-
SHANENAWA	+	+	-	-	-	-
APURINÃ	+	+	-	-	-	-
JARAWÁRA	+	+	-	-	-	-
APALÁI	+	+	-	-	-	-
HIXKARYANA	+	+	-	-	-	-
DÁW	+	+	-	-	-	-
PIRAHÃ	+	+	-	-	-	-

ração: o kamayurá e o canela-krahô. Comprova-se, com a baixa ocorrência de relativização de genitivo e também de objeto de comparação, que, de fato, a acessibilidade à relativização dessas posições é muito restrita e que, além disso, a HA de Keenan e Comrie (1977) se aplica a esse conjunto de línguas, no tocante a essas funções. A relativização de genitivo no kamayurá envolve a incorporação do item possuído ao verbo, que recebe o nominalizador e os marcadores pessoais apropriados à função do item possuído na relativa, como se percebe em (4.26). Já no canela-krahô, a relativização se dá a partir da inserção do demonstrativo *ata* no final da relativa, de maneira semelhante à relativização das outras funções.

(4.26) Kamayurá (Seki, 2000, p.182)

jawewyr-a **je=r-emi-atsĩ-ok-er-a**
 arraia-NUC 1SG=R-NMLZ-esporão-arrancar- PST-NUC

o-manõ

3-morrer

A arraia cujo esporão eu arranquei morreu.

(4.27) Canela-Krahô (Popjes; Popjes, 1986, p.171)

i-te hũmre **pê** **rop** **curan** **ata** pupun
 1-PST man MAL dog kill DEM see

“I saw the man whose dog I killed.”

Eu vi o homem cujo cachorro eu matei.

A posição de oblíquo é o ponto de corte mais recorrente na amostra: 13 línguas começam a relativização por essa posição. A grande maioria dos oblíquos relativizados funciona semanticamente como locativo, como pode ser visto nos exemplos (4.28), do urubú-kaapór, (4.29), do waiwái, e (4.30), do paumarí.

- (4.28) Urubú-Kaapór (Kakumasu, 1986, p.375)
 a'engi ko a-mbor a-rur akaju'y
 from there here 1SG-throw 1SG-bring cashew
Kaitã mondok me'ẽ ke pe
 Caetano 3+cut NMLZ To
 "From there I threw (it) down here, to where Caetano cut
 down the cashew tree."

Eu arremessei isto de lá, de onde Caetano derrubou o cajueiro.

- (4.29) Waiwái (Hawkins, 1998, p.92)
Et-arma-no ri-topo
 DETRANS-throw-NMLZ make-NMLZ.CIRC
 tan.
 this
 "This is the place where they fought." (lit. ... where they do
 the fighting).

Este é o lugar em que eles brigaram (lit. ... onde eles tiveram a briga).

- (4.30) Paumarí (Chapman; Derbyshire, 1991, p.239)
 a-va-ko-'omisi-'a-ha casi
 Hawai-3PL-canoes-dock-ASP-THEM beach
 o-rakhai-vini
 1SG-plant-DEP.TRANS
o-nofi-ki a'ini-ni-a
 1SG-want-REL upriver-F-OBL
 "They docked at the upriver beach which I wanted to plant."
*Eles ancoraram na praia acima do rio em que (onde) eu queria
 plantar.*

A relativização de tempo também é recorrente, como pode ser visto em (4.31), do boróro, e (4.32), do sanumá. Há alguns casos de

relativização de instrumento, como em (4.33), do warí. É importante notar que os itens com essas funções semânticas exercem a função sintática de oblíquo.

- (4.31) Boróro (Crowell, 1979, p.111)

E- tu- re **aregodi-re** **wëe- wi**
 3PL-leave-NEUT arrive-NEUT here-REL

sabado keje

Saturday on

“They left on the Saturday when he arrived here.”

Eles partiram no sábado em que ele chegou aqui.

- (4.32) Sanumá (Borgman, 1990, p.138)

Ulu a ku-po toita pia-le ã
 Child 3.SG be-EXT.FOC good about:to-PRES REL

tö-ka nii te oa hena mai kite
 TEMP-THEM food 3.SG eat early neg FUT

“(She) will not eat food early in the day when her child is just about to be born.”

Ela não comerá o alimento mais cedo no dia em que sua criança está a ponto de nascer.

- (4.33) Warí (Everett; Kern, 1997, p.88)

Param ‘ina- -in quit
 Desire 1SG.RLS.PST/PRES 3.NEUT knife

Ca **mam** **wac**
 INFL: NEUT. RLS.PST/PRES INST cut

caca- **-on** **cotowa’** **me**
 3PL.M 3SG.M deer EMPH

“I want the knife with which they cut the deer.”

Eu quero a faca com a qual eles cortaram o veado.

É interessante notar, no Quadro 5, que 9 das 13 línguas que têm seu ponto de corte na posição de oblíquo não dispõem de relativização de objeto indireto. Na verdade, não há, nas gramáticas consultadas, nenhuma informação quanto à relativização dessa função sintática.

Nas línguas em que se acredita haver lacuna na HA de Keenan e Comrie (1977), há distinções claras na relativização de objeto direto e oblíquo. Observe os exemplos (4.34) e (4.35) do ingarikó.

(4.34) Ingarikó (Cruz, 2005, p.403)

Seeki	imun	warawo?
DEM.IMM.PROX.VIS	mandioca	homem

n-tërë-?pī	u-piya?
OBJ:NMLZ-dar-PST	1-DAT
<i>Essa é a mandioca que o homem me deu.</i>	

(4.35) Ingarikó (Cruz, 2005, p.401)

Ĕnnē	mërë	të	itapai	yamë	w-e-sa?
Longe	?	vir	casa	PL	1-ser-PERF

nai-nam
3.ser-REL:PL
<i>As casas de onde eu vim são longe.</i>

Em (4.34), há a relativização de objeto direto. Faz-se a relativização desse item, em ingarikó, mediante o uso do prefixo nominalizador *n-*, exclusivo para essa função sintática. A relativização de oblíquo, em (4.35), por outro lado, é realizada por meio do relativizador *-nam*. Segundo Cruz (2005), a construção em (4.33), apesar de possível, é rara, menos frequente do que as construções nominalizadas de sujeito e objeto direto.

Outros exemplos que mostram a diferença da relativização de objeto direto e oblíquo estão contidos em (4.36) e (4.37), do tariána. O SN com essas funções podem ser relativizados mediante o uso da mesma estratégia, a nominalização, diferentemente da posição de su-

jeito, que é relativizada mediante o uso da estratégia de lacuna. Apesar disso, os morfemas nominalizadores são distintos, já que a nominalização de oblíquo requer somente o uso do nominalizador *-mi*:

- (4.36) Tariána (Aikhenvald, 2003, p.542)
 Tuki di-a di-keta-pidana
 a.little 3SG.NFEM-go 3SG.NFEM-meet-REM.REP

wali-peri
 new-COLL

iha-pidana **diha** **depita**
 faeces-REM.REP art nigth.ADV

disu-nipe-pidana
 3SG.NFEM.excrete-NMLZ-REM..REP
 “He (the tapir) went on a little, he encountered new faeces which were excreted (by the turtle) the same night.”
Ela (a anta) passou um pouco, ela encontrou novas fezes que foram excretadas (pela tartaruga) na mesma noite.

- (4.37) Tariána (Aikhenvald, 2003, p.542)
 wyaka-sika nu-nu nhua
 far-RECPST.INFR 1SG-come 1
- kayumaka **nhua** **kinipu**
 this.is.why 1 road
- nu-nu-mi** ma-keta-de-mahka
 1SG-come-NMLZ.PST NEG-find-NEG-RECPST.NONVIS

“I must have come a long way, this is why I haven’t found the road from which I arrived.”
Eu devo ter feito um logo caminho, é por isso que eu não encontrei a estrada de onde eu cheguei.

É importante notar que duas línguas da amostra, o shanenawa e o kwazá, dispõem apenas de relativização de sujeito e objeto direto. No entanto, algumas funções semânticas tipicamente atribuídas a SNs na posição de oblíquo podem ser relativizadas nessas línguas, desde que exerçam, na relativa, a função sintática de objeto.

Vejamos o caso do shanenawa. Nessa língua, não há distinção entre a relativização de objeto direto e a de locativo. A estratégia de relativização é a de lacuna, como se pode ver em (4.38) e (4.39). Não há nenhuma informação morfossintática, nos exemplos fornecidos, que permita estabelecer uma distinção formal entre os dois casos. Percebe-se, portanto, que a relativização de oblíquo nessa língua é determinada por questões semânticas, não sintáticas.

(4.38) Shanenewa (Cândido, 2004, p.187)

şaw	in	naka-a in	aşfua
osso	1	morder-PST	1.POSS boca

isin-a-ki

machucar-PST-DECL

O osso que eu mordi machucou minha boca.

(4.39) Shanenewa (Cândido, 2004, p.187)

in	şaşu	u-a	in
1	canoa	vir-PST	1POSS

kuka-na

tio-GEN.POSS

A canoa em que eu vim é do meu tio

O kwazá, por sua vez, licencia a relativização de instrumento e de locativo, que aparecem sintaticamente como objeto direto. Em (4.40), exemplifica-se a relativização de objeto direto, em (4.41), de instrumento e em (4.42), de locativo.

- (4.40) Kwazá (Voort, 2004, p.688)
 atxixi'nũ **barɛ-'ri-da-hỹ**
 pancake heat-CLF:flat-1SG-NMLZ
 'maize pancake which I baked'
panqueca de milho que eu assei
- (4.41) Kwazá (Voort, 2004, p.689)
 'tauBa **a'xy-dy-a-hỹ**
 board house-CAUS-1PL-NMLZ
 'boards to build a house'
tábuas para construir uma casa
- (4.42) Kwazá (Voort, 2004, p.689)
 txu'hũi 'enũ **ti-nãi-'hỹ** **hu'ri**
 small barrier what-NMLZ-NMLZ paca

 ('já-tsy-hỹ)
 eat-GER-NMLZ

 haru'rai 'já-tsy-hỹ-ko
 armadillo eat-GER-NMLZ-INS
 "the small barrier where the paca eats, and the armadillo"
a pequena grade por onde a paca come e o tatu

Os exemplos mostram haver relativização das funções semânticas tipicamente atribuídas aos oblíquos, que nessa língua aparecem codificados morfossintaticamente como objetos diretos. Apesar de ser aplicável ao kwazá, A HA de Keenan e Comrie (1977) não é capaz de descrever, com detalhes, a relativização nessa língua. Apenas sujeitos e objetos diretos são relativizados nessa língua, mas as funções semânticas acessíveis à relativização são: agente, zero, inativo, instrumento e locativo.

Nas poucas línguas que permitem relativização de oblíquos e também de objetos indiretos, percebe-se uma tendência de

diferenciação formal entre esses dois tipos de relativização. O Quadro 6 a seguir contém um resumo das línguas com relativização de oblíquo e objeto indireto:

Quadro 6 – Línguas que relativizam objeto indireto e oblíquo

FUNÇÃO LÍNGUA	Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Oblíquo	Genitivo	Objeto de comparação
KAMAYURÁ	+	+	+	+	+	+
CANELA- KRAHÔ	+	+	+	+ (?)	+	+ (?)
BORÓRO	+	+	+	+	–	–
HÚPDA	+	+	+	+	–	–
SANUMA	+	+	+	+	–	–
WARÍ	+	+	+	+	–	–

Para ilustrar a diferença entre a relativização de objeto indireto e oblíquo, observe os exemplos (4.43) e (4.44) do boróro.

(4.43) Boróro (Crowell, 1979, p.110)

e- re bola barigu ae- wi
3PL-NEUT ball throw to-REL

imedi rogu kuri- re
man DIM big- NEUT

“The boy they threw the ball to is big.”

O garoto para quem eles arremessaram a bola é grande.

(4.44) Boróro (Crowell, 1979, p.111)

E- tu- re aregodi-re wëe- wi
3PL-leave-NEUT arrive-NEUT here-REL

sabado keje
Saturday on

“They left on the Saturday when he arrived here.”
Eles partiram no sábado em que ele chegou aqui.

Realiza-se a relativização em boróro mediante o uso da estratégia de lacuna com o acréscimo facultativo do relativizador *-wi*, em todas as funções sintáticas potencialmente relativizadas. A diferença entre a relativização de objeto indireto e oblíquo, nessa língua, se dá pela natureza da posposição utilizada. Para a relativização de objeto indireto, a posposição utilizada é *ae*. No caso da relativização de oblíquo, a posposição em questão é *keje*.

O kamayurá também fornece exemplos de diferença entre a relativização de oblíquo e de objeto indireto. Observe os exemplos (4.45) e (4.46).

(4.45) Kamayurá (Seki, 2000, p.180)

a-etsak akawama'e-a **kunu'um-a**
 1SG-ver homem- NUC menino-NUC

ywyrapar-a **me'eŋ-wa-er-a**
 arco-NUC dar-NMLZ-PST-NUC
Eu vi o homem a quem o menino deu o arco.

(4.46) Kamayurá (Seki, 2000, p.181)

ywyrá **moĩ-a** **juka-ta-er-a** t-uwijap
 (*...juka-taw-er-a *pupe*)
 pau cobra matar-NMLZ-PST-NUC 3-grande
O pau com que ele matou a cobra é grande.

Realiza-se o processo de relativização de objeto indireto no kamayurá, como consta no exemplo (4.44), mediante o acréscimo do sufixo nominalizador *-tap*, que aparece no exemplo como *-wa*, por conta de variações de ordem fonológica.

Já a relativização de oblíquo, em (4.46), é marcada na codificação morfosintática por meio do mesmo sufixo, *-tap*, com a perda da posposição típica dessa posição. Observa-se, portanto, que, apesar

de sutil, há diferença na relativização das duas funções: se, por um lado, há uma perda de material morfossintático na relativização de oblíquo, a relativização de objeto indireto, por outro, mantém a configuração original. Nesse caso, entretanto, a perda da posposição pelo oblíquo produz uma similaridade de grau maior na construção final entre a relativização de oblíquo e de objeto indireto.

Apesar da baixa ocorrência no *corpus* e da controvérsia na HA de Keenan e Comrie, a posição de objeto indireto é relativizada em sete línguas da amostra, e uma delas, a apinayé, tem nessa posição seu ponto de corte. Vale lembrar que a posição de objeto indireto é considerada, neste trabalho, o argumento dativo, ou seja, o argumento com função semântica de recipiente ou de beneficiário. O Quadro 7 a seguir traz as línguas que relativizam o objeto indireto e a relação dessa função sintática com a de objeto direto:

Quadro 7 – Línguas que relativizam objeto indireto

LÍNGUAS	Relativiza diferentemente OI e OD	Relativiza igualmente OI e OD
KAMAYURÁ	X	
CANELA- KRAHÓ	X	
BORÓRO	X	
APINAYÉ	X	
SANUMÁ	X	
WARÍ	X	
HÚPDA		X

Das sete línguas que relativizam objeto indireto, a maioria codifica diferentemente o objeto direto e o objeto indireto. Observe os exemplos contidos em (4.47) e (4.48), da língua sanumá. Ambas as relativas ocorrem com o mesmo relativizador, *ĩ*, e, além disso, a oração relativa é anteposta à matriz nos dois tipos. Há, no entanto, na relativização de objeto indireto, uma pospo-

sição, *nihá*, que tem a função de marcar o argumento dativo. O mesmo acontece em (4.49) e (4.50) do boróro: é a posposição que diferencia a relativização de objeto direto da de objeto indireto:

(4.47) Sanumá (Borgman, 1990, p.136)

setenapi	töpö-nö	a	Tha
non:Indian	3.PL-AG	3.SG	make

noai	ĩ	sa	pi
INDEF.PERF	REL	1.SG.SBJ.3.SG.OBJ	want

kule

PRES

“I want the one wich the non-Indians made.”

Eu quero aquilo que os não índios fizeram.

(4.48) Sanumá (Borgman, 1990, p.137)

ipa	ulu	a	nihá	nii	sa	te
my	son	3.SG	to	food	1.SG	3.SG

toto-a-ma

give-ITER-CAUS

sinomo wi	ĩ	a-nö	sa
habitually	INDEF REL	3.SG.AG	1.SG

pi	kite
love	FUT

“My son to whom I habitually provide food will love me.”

Meu filho, a quem eu habitualmente forneço comida, me amará.

(4.49) Boróro (Crowell, 1979, p.110)

a-re	maki	in-ai-wĩ	dineheiro
2SG-NEUT	give	1SG-BENF-REL	money

jeti-re wee
 be-NEUT here
 “The money that you gave me is here.”
O dinheiro que você me deu está aqui.

- (4.50) Boróro (Crowell, 1979, p.110)
e-re bola barigu ae-wi
 3PL-NEUT ball throw to-REL

imedi rogu kuri-re
 man DIM big-NEUT
 “The boy they threw the ball to is big.”
O garoto para quem eles arremessaram a bola é grande.

O húpda, entretanto, é uma exceção. Não há diferenciação entre a relativização de objeto direto e de objeto indireto, se entendido como o argumento que desempenha a função semântica de recipiente ou de beneficiário. Ambas são realizadas por meio da nominalização com *-p*, e não há marcação morfológica, em (4.52), que indique que se trata de relativização de objeto indireto.

- (4.51) Húpda (Epps, 2005, p.698)
picána? ya?ambõ?-ãn d’o?-ham-?ěp
 cat dog-OBJ take-go-PERF-NMLZ

bĩ? na?-yĩ?-ĩy
 rat die-TEL-DYNM
 “The rat which the cat brought to the dog is dead.”
O rato que o gato trouxe para o cachorro está morto.

- (4.52) Hupda (Epps, 2005, p.698)
yũd ?in j’ek-ě-p=?ǎy
 clothes 1PL steal-PERF-NMLZ=F

naʔ-yiʔ-iy=mah
die-TEL-DYNM=REP

“The woman from whom we stole the clothes das died, it’s said.”

A mulher de quem nós roubamos as roupas morreu, dizem.

Sobre a posição de objeto indireto, o que mais chama a atenção no Quadro 7 é o fato de várias línguas não disporem da relativização dessa função, como já foi mencionado anteriormente. De fato, um dos pressupostos da HA é justamente a impossibilidade de haver lacunas nos graus da escala, o que leva a crer que há ou uma falha na composição ou uma deficiência nossa na interpretação dos dados.

É importante ressaltar, por um lado, que a afirmação de que as línguas analisadas não dispõem de relativização de objeto indireto se assenta na falta de dados nas gramáticas consultadas. Por outro lado, as gramáticas que fazem parte de nossa amostra trazem informações claras sobre as relativas seguidas de exemplos. Muitas não fazem referência ao trabalho de Keenan e Comrie (1977), o que é explicável, já que o foco do trabalho da gramática não é o de análise das relativas, além de ser a perspectiva teórica, muitas vezes, diferente da adotada pelos autores.

Ao adotarmos um trabalho descritivo já pronto como base para a explicação do fenômeno em análise, as relativas, assumimos não apenas a veracidade dos dados, mas também sua consistência cabal com a natureza das ocorrências. Esperamos que os tipos possíveis de relativas estejam de fato presentes na gramática, seja em relação às estratégias de relativização, seja a respeito das funções desempenhadas pelo elemento relativizado. Isso significa que tomamos por verdadeiro não ser a função de objeto indireto acessível à relativização nas línguas que não dispõem de informação sobre a relativização dessa função.

A hipótese inicial deste trabalho é a de que as funções sintáticas, por si sós, não são capazes de explicar todos os detalhes da acessibilidade à relativização. Isso explicaria, por exemplo, o fato de nem sempre o objeto indireto estar acessível à relativização. A GF não

assume que a função de objeto indireto dispõe de um estatuto independente, mas sim é reinterpretada prioritariamente pela indicação da função de recipiente, ou então pela combinação entre recipiente e objeto, conforme observado anteriormente. Assim, a dimensão semântica estaria mais adequada para a descrição do fenômeno.

Ao analisarmos as funções semânticas relativizadas, esperávamos que essa explicação fosse suficiente para justificar tal lacuna, que a HFS de Dik (1997) também fosse suficiente para explicar o fenômeno. No entanto, nas dez línguas que não apresentam a relativização de objeto indireto, o fenômeno não confere. Não há nenhuma informação sobre a relativização de recipiente ou beneficiário (já que algumas línguas não fazem distinção entre essas funções), que ocupariam, na HA de Keenan e Comrie (1977), a posição de objeto indireto.

Além disso, os dados apontaram para outras contradições na HFS de Dik (1997). Nas línguas que relativizam funções oblíquas, o locativo é mais acessível que instrumento. O Quadro 8 a seguir exhibe a relação entre a HFS de Dik (1997) e os resultados da análise das línguas.

Quadro 8 – Hierarquia de Função Semântica de Dik (1997) e as línguas do *corpus*

FUNÇÃO LÍNGUA	Arg- 1	Meta	Recipiente	Bene- ficiário	Instru- mento	Locativo
CANELA- KRAHÔ	+	+	+	+	?	?
BORÓRO	+	+	+	+	-	-
KAMAYURÁ	+	+	+	-	+	+
WARÍ	+	+	+	-	+	+
INGARIKÓ	+	+	-	-	?	+
MAKUXÍ	+	+	-	-	+	+
WAIWÁI	+	+	-	-	+	+
KWAZA	+	+	-	-	+	+
HÚPDA	+	+	+	-	-	+

FUNÇÃO LÍNGUA	Arg- 1	Meta	Recipiente	Benefici- ário	Instru- mento	Locativo
SANUMÁ	+	+	+	-	-	+
KARIPÚNA- CREOLE	+	+	-	-	-	+
SHANENAWA	+	+	-	-	-	+
PAUMARÍ	+	+	-	-	-	+
TARIÁNA	+	+	-	-	-	+
URUBÚ- KAAPÓR	+	+	-	-	-	+
WAREKÉNA	+	+	-	-	-	+
APINAYÉ	+	+	+	-	-	-
JARAWÁRA	+	+	-	-	-	-
APALÁÍ	+	+	-	-	-	-
HIXKARYANA	+	+	-	-	-	-
DÂW	+	+	-	-	-	-
PIRAHÃ	+	+	-	-	-	-
APURINÃ	+	+	-	-	-	-
KAIWÁ	+	+	-	-	-	-
NAMBIKWÁRA	+	+	-	-	-	-
SABANÊ	+	+	-	-	-	-
MATÍS	+	+	-	-	-	-
TUKÁNO	+	+	-	-	-	-
MUNDURUKÚ	+	+	-	-	-	-
GUAJÁ	+	+	-	-	-	-

Para ser possível ilustrar melhor a análise, no Quadro 9, a seguir, estão resumidas as funções semânticas relativizadas nas línguas da amostra. É importante notar que as células preenchidas por (?) dizem respeito à existência de informações fornecidas pelos autores das gramáticas sobre os fenômenos em questão, sem haver, no en-

tanto, exemplos que tornem possível checar se o fenômeno de fato ocorre ou não. É necessário observar, também, que o quadro a seguir não traz as funções semânticas dispostas em uma hierarquia. Há apenas o resumo das funções semânticas relativizadas, para facilitar a visualização do fenômeno analisado.

Quadro 9 – Funções semânticas relativizadas

FUNÇÃO LÍNGUA	Pac	Ag	Zero	Loc	Tem	Rec	Instr	Comit
CANELA-KRAHÓ	+	+	?	?	?	+	?	?
KAMAYURÁ	+	+	+	+	-	+	+	-
HÚPDA	+	+	+	+	-	+	-	-
SANUMÁ	+	+	+	+	+	+	-	-
MAKUXÍ	+	+	+	+	+	-	+	-
SHANENAWA	+	+	+	+	-	-	-	-
TARIÁNA	+	+	+	+	-	-	-	+
WAIWÁI	+	+	+	+	-	-	+	-
KWAZA	+	+	+	+	-	-	+	-
BORÓRO	+	+	-	-	+	+	-	-
WARÍ	+	+	-	+	-	+	+	-
KARIPÚNA-CREOLE	+	+	-	+	-	-	-	-
INGARIKÓ	+	+	-	+	-	-	?	-
APURINÃ	+	+	+	-	-	-	-	-
JARAWÁRA	+	+	+	-	-	-	-	-
APALÁÍ	+	+	+	-	-	-	-	-
HIXKARYANA	+	+	+	-	-	-	-	-
SABANÊ	+	+	+	-	-	-	-	-
MATÍS	+	+	+	-	-	-	-	-
MUNDURUKÚ	+	+	+	-	-	-	-	-
GUAJÁ	+	+	+	-	-	-	-	-

PAUMARÍ	+	-	+	+	-	-	-	-
URUBÚ- KAAPÓR	+	-	+	+	-	-	-	-
WAREKÉNA	+	-	+	+	-	-	-	-
APINAYÉ	+	+	-	-	-	+	-	-
KAIWÁ	+	+	-	-	-	-	-	+
PIRAHÃ	+	+	-	-	-	-	-	-
NAMBIKWÁRA	+	+	-	-	-	-	-	-
DÁW	+	-	+	-	-	-	-	-
TUKÁNO	+	-	+	-	-	-	-	-

Os dados do Quadro 9 ilustram o que foi dito anteriormente: nenhuma das dez línguas que relativizam outras funções sintáticas além de sujeito e objeto direto relativiza também a função semântica recipiente/beneficiário, independentemente da função sintática a que essa função semântica se refere.

São várias as explicações para esse fato. A primeira delas, já fornecida por Keenan e Comrie (1977), diz respeito ao fato de algumas funções sintáticas serem cognitivamente mais salientes, e por isso, mais acessíveis à relativização. Lehmann (1986) afirma ser determinante para o sucesso de uma estratégia de relativização na HA justamente o fato de ser aquela função sintática inerentemente mais fácil de ser relativizada do que outras.

O objeto indireto, muitas vezes, não dispõe de um estatuto bem definido na língua, fato que, segundo Dik (1997), é comum. Consequentemente, por ser menos relevante do que outras funções, como sujeito e objeto direto, o objeto indireto não pode ser relativizado. Em alguns casos, há poucos verbos trivalentes na língua que demandem um argumento dativo, sendo, por isso, menos recorrentes. A relativização dessa função numa língua desse tipo é mais difícil de ocorrer.

Outra explicação, que não foi possível sustentar em evidências das línguas analisadas, é a promoção de elementos em posi-

ções mais difíceis de serem relativizadas a outras mais acessíveis. É não só a promoção em termos sintáticos, em que um elemento em uma função sintática não acessível passa a desempenhar uma função mais acessível (nos termos de Givón (1990)), mas também em termos pragmáticos. Com efeito, dependendo das intenções do falante, tornam-se possíveis outras construções com o mesmo sentido, mesmo que não esteja disponível a construção formal de oração relativa. Em outros termos, a falta de disponibilidade de relativização de objeto indireto não significa que essa função sintática não possa sofrer modificação, ou ainda que o elemento expresso nessa função sintática não possa, por algum mecanismo da língua, ser relativizado ou modificado. Observe os exemplos a seguir do português.

- (4.53) *Eu conheço bem a criança a quem Maria deu o brinquedo.*
 (4.54) *Maria deu o brinquedo a uma criança que eu conheço bem.*
 (4.55) *Maria deu o brinquedo a uma criança. Eu conheço bem essa criança.*

O sintagma *a criança* é, em (4.53), objeto indireto da relativa *a quem Maria deu o brinquedo*. Essa função é perfeitamente acessível em português, o que não inviabiliza outras alternativas como as contidas em (4.54) e (4.55). O uso de uma ou outra construção depende diretamente das intenções do falante no momento da enunciação. Nesses exemplos, pode-se perceber que, independentemente da construção sintática utilizada, é preservado o sentido de que “Maria deu um brinquedo a uma criança” e que “eu conheço bem a criança”.

Há, obviamente, a interferência de questões pragmáticas, mas é verdade que todas essas construções são possíveis. Isso demonstra que a língua dispõe de vários mecanismos para a criação de um mesmo valor semântico conforme a necessidade do falante. É de se esperar, portanto, que as línguas sem relativização de objeto indireto certamente disponham de estratégias pragmáticas para preservar a intenção comunicativa.

Uma questão importante a destacar é o estatuto das funções semânticas de locativo e tempo, mais recorrentes nas línguas analisadas que outras funções de oblíquos, e mais acessíveis à relativização em algumas línguas, do que as funções semânticas de recipiente e de beneficiário. De fato, todas as línguas que relativizam oblíquo, independentemente de o fazerem ou não quanto ao objeto indireto, relativizam locativo e tempo, salvo o kawaiá.²

Lehmann (1986. p.666) aponta para esse fato, refazendo a hierarquia de Keenan e Comrie (1977):

(4.56)

Sujeito/absolutivo	
Objeto direto/ergativo	
Objeto indireto	
Complemento locativo	Atributo possessivo
Complemento temporal	
Outros complementos	Padrão de comparação
Adjuntos	
	Atributo preposicional

Nessa hierarquia, além da reformulação, há uma maior abrangência no que diz respeito à categoria tipológica das línguas. Percebe-se em Lehmann (1986) a preocupação de distinguir sujeito de absoluto, por exemplo. No que diz respeito à categoria de oblíquos, Lehmann (1986) os divide entre complemento locativo, complemento temporal e outros complementos, tornando, assim, locativos e temporais mais acessíveis que instrumento, por exemplo. No entanto, na hierarquia de Lehmann (1986), o objeto indireto ainda aparece como mais acessível à relativização do que os oblíquos.

2 Cardoso (2008) diz ser possível a relativização de oblíquo e traz um exemplo, (4.66) em que a função semântica relativizada é comitativa.

Nas línguas analisadas neste trabalho, no entanto, locativo e tempo parecem dispor do mesmo estatuto que objeto indireto, no que diz respeito à acessibilidade. Os dados apontam para os seguintes fatos:

- I. o objeto indireto não é acessível em dez línguas para as quais são acessíveis locativo e tempo, com exceção do *kaiwá*;
- II. quando há acessibilidade ao objeto indireto e oblíquo, há sempre relativização de locativo ou de tempo;
- III. pode haver ou não outros oblíquos acessíveis.

A aproximação entre recipientes/beneficiários e locativo/tempo pode ter uma explicação semântico-cognitiva. Observe-se o caso do locativo. Toda localização espacial se define por uma das quatro relações semânticas³ que se identificam nos casos *essivo*, *alativo*, *ablativo* ou *perlativo*. O primeiro deles, *essivo*, diz respeito a uma relação estática, desprovida de movimento, diferentemente do *alativo* que, por sua vez, pressupõe movimento, deslocamento no espaço. O *ablativo* refere-se ao lugar de origem. O *perlativo*, por fim, diz respeito a algo que se moveu ao longo de certo espaço determinado, configurando uma trajetória entre dois pontos. Observe os exemplos a seguir.

(4.57) *O gato está na cadeira.*

(4.58) *O gato estava na cadeira, mas depois saiu de casa e foi para a casa do vizinho pelo quintal.*

(Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008. p.197).

3 A descrição da noção de espaço e a estrutura semântica das relações espaciais, segundo Frawley (1992), se dá por meio da dependência entre duas ou mais entidades ou eventos. A determinação de um espaço *x* depende de fatioses externos. Observe o exemplo a seguir:

“The cat on the sofa.” (Frawley. 1992. p.251)

A sentença acima envolve duas entidades, *cat* e *sofa*. A primeira delas, *cat*, é considerada por Frawley (1992) como o objeto localizado (*located object*), enquanto a segunda, *sofa*, é o objeto de referência (*reference object*). A locação, por sua vez, é a relação entre o objeto localizado e o objeto de referência, nesse caso codificada como *on*, que indica, além da região espacial (em cima), a relação espacial *essiva*.

A sentença contida em (4.57) representa uma relação essiva: o gato está posicionado estaticamente na cadeira. Em (4.58), no entanto, o gato se desloca no espaço, da cadeira para o chão, em uma relação espacial alativa. A relação alativa, portanto, envolve deslocamento e direção. Metaforicamente, pode-se dizer que tempo envolve a mesma relação. Observe os exemplos a seguir:

(4.59) *De outubro a dezembro não fiz nada a não ser viajar.*

(4.60) *Faço aulas de balé das oito às dez.*

Pode-se dizer que tanto em (4.59) como em (4.60) há um deslocamento no tempo entre os momentos citados (*de outubro a dezembro* e *das oito às dez*), o que mostra serem as relações espaciais muitas vezes usadas metaforicamente para a expressão temporal. Isso se explica pela relação cognitivamente direta entre deslocamento no espaço e no tempo.

A noção de deslocamento espacial também está presente na função de recipiente, já que se identifica como um argumento para o qual se transfere a posse de algum objeto. Observe o exemplo.

(4.61) *Pedro deu o livro para seu filho.*

Neste exemplo, assume-se que Pedro detinha a posse do livro, que foi transferida para o filho. Essa relação semântico-cognitiva de deslocamento (nesse caso, de posse) se confirma pelas preposições utilizadas, tanto no português como no inglês, para as relações de locativo, tempo e recipiente: *para* ou *a* e *to*, respectivamente. Sendo assim, a equiparação de recipiente a locativo e tempo para as línguas analisadas não é só um fato que pode ser percebido na comparação dos dados, como é, também, explicável de um ponto de vista cognitivo.

Como vimos anteriormente na seção que descreve a atual arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), as funções semânticas, muito específicas no tratamento da Gramática Funcional (Dik, 1997), são tratadas, na GDF, como conceitos próximos de hiperpapéis (Van Valin, 1980).

Considerando as noções de função semântica discutidas pela GDF, com os dados apresentados nos quadros 5 e 9, pode-se concluir que não há restrições hierárquicas propriamente ditas entre as funções de objeto indireto e oblíquo de locativo e de tempo, o que explica a lacuna na HA de Keenan e Comrie (1977). Se houver uma equiparação entre essas funções semânticas e, conseqüentemente, entre as funções sintáticas prototípicas que essas funções semânticas costumam desempenhar, não haverá problemas de composição da hierarquia.

De fato, apesar de terem se baseado em aproximadamente 50 línguas, Keenan e Comrie (1977) utilizaram como *corpus* línguas muito parecidas entre si e muito diferentes das línguas analisadas por este trabalho. A GDF, que tem o propósito de servir de base para a descrição de qualquer língua, tem uma perspectiva tipológica muito mais abrangente, pois lida com graus maiores de abstração.

Apesar de não haver restrições hierárquicas entre recipiente, locativo e tempo nas línguas analisadas, parece haver diferenças entre a relativização dessas três funções. Na verdade, a função semântica locativo, nos termos de Dik (1997), parece ser mais facilmente relativizada do que o tempo e também dispor de uma relação direta com a função recipiente.

De todas as 17 línguas (incluindo aqui o shanenawa e o kwazá) que relativizam oblíquo, apenas três não dispõem de relativização de locativo: o canela-krahô, língua para a qual não há exemplos que confirmem ou refutem a relativização de tal posição, o boróro, língua que relativiza recipiente e tempo, e o kaiwá, que não dispõe de relativas de recipiente, locativo nem tempo, mas de comitativo.

De fato, a relativização de tempo, para Hengeveld e Mackenzie (2008. p.61), só é possível se o nome (que indica tempo, como dia, hora, ano etc.) for seguido por uma oração subordinada completa, como no caso (4.62).

(4.62) *O dia em que ela foi embora foi inesquecível.*

No português, é muito comum a expressão *a hora que* para indicar tempo, como no exemplo (4.63). Outras unidades temporais

também dispõem de construções desse tipo, como pode ser observado no exemplo (4.64). Esses casos não são considerados orações relativas por Hengeveld e Mackenzie (2008), mas sim orações que funcionam como argumento do nome em questão.

(4.63) *Vamos sair daqui na hora que ela chegar.*

(4.64) *O dia que ela foi embora foi inesquecível.*

Parece ser válida a relativização de tempo no boróro, a única língua que dispõe de relativas apenas para recipiente e tempo. A relativização envolve o uso da posposição *keje*, como pode ser visto no exemplo (4.65), a seguir.

(4.65) Boróro (CROWELL, 1979, p.111)

E- tu- re	aregodi-re	wëe- wi
3PL-leave-NEUT	arrive-NEUT	here-REL

sabado keje

Saturday on

“They left on the Saturday when he arrived here.”

Eles partiram no sábado em que ele chegou aqui.

O kaiwá, nesse caso, fornece, no entanto, um contraexemplo por não só não ser desprovida de relativização de recipiente, locativo e tempo, como também por licenciar a relativização de comitativo, que não desempenha função nuclear, mas modificadora, nos termos de Hengeveld e Mackenzie (2008):

(4.66) Kaiwá (Cardoso, 2008, p.157)

je	a-h-efa	pe	kujmaʔe
eu	1.SG-DIR-ver	este	homem

ki-waʔe	niwe	nere-ɲêʔë
quem-NMLZ	COMIT	2.SG.Sa-falar

Eu vi o homem com quem você falou.

O fenômeno apontado pela língua kaiwá leva a uma conclusão com a qual Lehmann (1986) concorda: as correlações existentes numa hierarquia de acessibilidade não são estritas, à prova de contraexemplos, como costuma aparecer nas análises sob a perspectiva formal. Na verdade, tais correlações devem ser encaradas como tendências.

Ao iniciarem a discussão sobre as funções semânticas, Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam a existência de especificidades em línguas particulares que não podem ser descritas por uma teoria que se baseie em uma perspectiva tipológica. Isso equivale a dizer que, apesar de serem os pressupostos de uma hierarquia de acessibilidade, *a priori*, aplicáveis a qualquer língua do mundo, pode ser que haja uma língua, com uma especificidade única, da qual a hierarquia não possa dar conta adequadamente.

Retomando a discussão sobre as funções sintáticas relativizáveis da HA de Keenan e Comrie (1977), a posição de objeto direto é ponto de corte de 14 línguas da amostra, a segunda mais recorrente em termos de limites de posição relativizáveis. A posição de sujeito, por sua vez, não é ponto de corte de nenhuma língua, logo, todas as línguas são capazes de relativizar sujeito e objeto direto.

Segundo Keenan e Comrie (1977), do ponto de vista cognitivo, as posições de sujeito e objeto direto são mais fáceis de serem recuperadas. Ao tratar da relativização, Givón (1990) afirma serem, na maioria das línguas, as posições de sujeito e objeto direto não marcadas morfológicamente com caso, como no português e no inglês.

O fato de serem essas posições mais facilmente recuperadas pelo usuário de um ponto de vista cognitivo explica por que o sujeito e o objeto direto são as posições mais acessíveis à relativização. Essa é a razão também de haver um grande número de línguas que relativizam apenas essas duas funções. Está contido em (4.67) um exemplo de objeto direto relativizado na língua *sabanê*, e, em (4.68), um exemplo de relativização de sujeito na língua *apurinã*:

(4.67) Sabanê (Araujo, 2004, p.192)

kan.i.ta.mi m-ip-i-datinan
 dead (body) 2OBJ-to.see-VS-PST.EV

m-yaya-mi-datinan

2POSS-brother-REFR-PST.EV

“The corpse that you have seen is your brother’s.”

O cadáver que você viu é do seu irmão.

(4.68) Apurinã (Facundes, 2000, p.566)

suto kuku karota-karo apo-pe
 woman man hurt-REL.F.POSS.SBJ arrive-PERF

“The woman who hurt the man arrived.”

A mulher que feriu o homem chegou.

Há um aspecto questionável na relativização da posição de sujeito. Duas línguas da amostra, ambas do tronco tupi, do tipo ativo-estativa, apresentam algumas restrições à acessibilidade das relativas a essa função. O kamayurá é capaz de relativizar todas as funções sintáticas. No entanto, contrariamente ao que é previsto na hierarquia implicacional das funções sintáticas, essa língua codifica uma divisão da categoria de sujeito com base em critérios semânticos, separando-os em Sa, So e A.

Na relativização de S (seja So ou Sa), utilizam-se três sufixos nominalizadores: *-ama'e*, *-uma'e* e *-ipyt*. O item relativizado nesse caso é representado na oração relativa por prefixos pronominais. Na relativização com *ama'e* e *uma'e*, a distinção entre Sa e So é marcada pelos prefixos *-o*, que codifica Sa em verbos ativos, como em (4.69), e *-i*, que codifica So junto a verbos descritivos e alguns verbos ativos, como em (4.70).

(4.69) Kamayurá (Seki, 2000, p.179)

a-etsak kunu'um-a o-je'e η -uma'e-a
 1SG-ver menino- NUC 3-falar-NMLZ-NUC

Eu vi o menino que não fala (porque é calado).

- (4.70) Kamayurá (Seki, 2000, p.179)
 a-etsak kunu'um-a **i-je'εη-uma'e-a**
 1SG-ver menino- NUC 3-falar- NMLZ-NUC
Eu vi o menino que não fala (porque é mudo).

O sufixo *-ipyt* funciona como um tipo de “desagentivizador” que acarreta a mudança de O para So quando anexado a verbos transitivos. A codificação do papel de So vem marcada pelo prefixo *-i*. Segundo Seki (2000, p.179), uma evidência desse processo é o fato de ser o radical nominalizado com esse sufixo incapaz de co-ocorrer com um nominal em função de A, o que seria possível se a posição relativizada correspondesse a O. Esse fato é comum em línguas ativo-estativas, como o caso do kamayurá.

Segundo Song (2001, p.150), línguas de sistema ativo-estativo codificam sujeito de verbo intransitivo ora como A, em caso de sujeitos com traço [+controle], ora como O, em caso de sujeitos de verbos intransitivos com traço [-controle]. Ilustra-se com (4.71) a relativização com *-ipyt*:

- (4.71) Kamayurá (Seki, 2000, p.179)
 o-yk **akawama'e-a**
 3-chegar homem-NUC

i-mono-pyr-er-a
 3-enviar-NLMZ-PST-NUC

posto katy
 posto AL⁴
Chegou o homem que foi enviado ao posto.

Na relativização de A, o verbo transitivo recebe o nominalizador *-tat*, como em (4.72).

4 Seki (2000) não fornece o significado das abreviações AL, AT, AF, FM e FS.

- (4.72) Kamayurá (Seki, 2000, p.179)
 akawama'e-a o-juka wyrapy-a **kunu'um-a**
 homem- NUC 3-matar gavião- NUC menino-NUC

pyhyk-ar-er-a

pegar-NMLZ-PST- NUC

O homem matou o gavião que pegou o menino.

Conforme mostrado nos exemplos (4.69)-(4.72), a relativização da posição de sujeito no kamayurá sofre restrição de traços semânticos, e todas as três subcategorias de sujeito (Sa, So e A) são igualmente acessíveis à relativização.

Na língua kaiwá, por outro lado, além de os SNs na posição de sujeito serem relativizados de forma diferente, na dependência do estatuto semântico, nem todos eles são acessíveis à relativização.

A língua kaiwá dispõe de relativas pós-nominais de sujeito (S e A), objeto direto e oblíquo. A relativização de S corresponde à relativização apenas de Sa. Os dados levantados por Cardoso (2008) em sua tese de doutorado não permitem confirmar a existência de relativização de So. Mostramos em (4.73) o exemplo fornecido pela autora de relativização de S, em que o prefixo *o-*, indicador de terceira pessoa ativa, fixa-se ao verbo *ho*, “ir”, que é nominalizado por *waʔekwe*.

- (4.73) Kaiwá (Cardoso, 2008, p.156)
 o-ɲwãhẽ pětêʔĩ kũnũ'mĩko **o-ho**
 3.Sa-chegar um menino este 3.Sa-ir

waʔε-kwe moʔero-ɲwi

NMLZ-PST escola-LOC

Chegou o menino que foi para a escola.

O kaiwá dispõe também de relativização de A, conforme mostra (4.74).

(4.74) Kaiwá (Cardoso, 2008, p.157)

kũjmaʔe	o-i-nũpã	o-Ø-ɲuka
homem	3.A-DIR-bater	3.A-DIR-matar

moɲ-pe
cobra-ACC

o-i-suʔu	waʔe-kwe	kũnũ'mĩ-peʔ
3.A-DIR-picar	NMLZ-PST	menino-ACC

O homem bateu e matou a cobra que mordeu o menino.

Deduz-se, desse modo, que, apesar de ser a categoria sujeito acessível à relativização, a hierarquia sintática não é capaz de generalizar todas as restrições que envolvem a relativização em kaiwá, uma vez que apenas Sa e A são comprovadamente relativizáveis na língua.

A configuração morfológica de sujeito nas línguas kamayurá e kaiwá parece indicar um caso evidente de alinhamento do nível representacional, nos termos de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Fazendo um parêntese, pode-se dizer que *alinhamento* é o termo utilizado pelos autores para se referir ao modo como unidades semânticas e pragmáticas (ou seja, a unidades que pertencem aos níveis interpessoal e representacional, respectivamente) são projetadas no nível morfossintático. Em outras palavras, o alinhamento no nível representacional diz respeito ao modo como a morfossintaxe reflete a organização semântica.

Para a GDF, as funções sintáticas são reconhecidas e formalizadas no nível morfossintático, mas não são universais: as funções sintáticas são relevantes apenas nos casos em que propriedades linguísticas formais não podem reduzir-se a categorias pragmáticas ou semânticas e a funções a elas subjacentes, ou seja, nos casos em que se neutralizam as funções pragmáticas e semânticas.

Há, portanto, três tipos de alinhamento: o alinhamento interpessoal, o alinhamento representacional e o alinhamento morfossintático. Hengeveld e Mackenzie (2008) destacam que esses tipos

de alinhamento devem ser encarados mais como tendências do que como regras absolutas e universais.

Ao tratar do alinhamento representacional, Hengeveld e Mackenzie (2008) dão o exemplo da língua acehnês (p.319-320). Essa língua é extremamente sensível às funções semânticas, sendo considerada por Durie (1985; apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.319) uma língua sem sujeito, uma vez que a sintaxe é mais sensível às funções semânticas do que às relações gramaticais. Observem-se os exemplos (4.75)-(4.77).

(4.75) Acehnês (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.320)

lôn teungö=**lôn**=jak

1 middle=1.A=go

“I am going/walking.”

Eu estou indo.

(4.76) Acehnês (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.320)

gopnyan galak=**geuh** that

3.POL happy=3.POL.U very

“He is very happy.”

Ele está muito feliz.

(4.77) Acehnês (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.320)

gopnyan na=**lôn**=timbang=**geuh**

3.POL AUX=1.A=shoot=3.POL.U

“I shot him.”

Eu atirei nele.

Nessa língua, os argumentos devem desempenhar uma das três funções semânticas: ativo, inativo ou locativo. Os exemplos mostram claramente que as funções de ativo e de inativo são assinaladas no verbo por pronomes clíticos: em (4.75), *lôn* aparece anteposto ao verbo; em (4.76), *geuh* aparece posposto; e em

(4.77), os dois clíticos estão igualmente presentes. Como visto, a expressão dos argumentos em acehnês é organizada em termos de funções semânticas⁵, e a gramática reflete, em sua organização morfossintática, essa necessidade semântica.

No caso específico das línguas kamayurá e kaiwá, traços semânticos de [volição] e [controle] são indispensáveis para a codificação morfossintática do sujeito. Assim, pode-se afirmar que a codificação de sujeito, como vista nos exemplos (4.69)-(4.74) anteriormente mencionados, depende de uma motivação semântica das línguas ativo-estativas. Nesse caso, as determinações do nível representacional são mais fortes do que as do nível morfossintático.

Línguas que distinguem semanticamente tipos de sujeito não podem ter uma única configuração morfossintática para cobrir todas as distinções necessárias, categorizando, assim, todas as especificações em apenas um rótulo. Essa é outra crítica referente à HA de Keenan e Comrie (1977): a designação de sujeito e objeto não é suficiente para definir os argumentos de uma língua ergativo-absolutiva, nem de uma língua ativo-estativa, justamente por refletir uma categorização de línguas tipicamente nominativo-acusativas. Desse modo, uma hierarquia semanticamente orientada e mais abrangente é mais adequada para o estudo tipológico. Ao lidar com línguas de diferentes categorias, tenta, na medida do possível, atingir um padrão comum para elas, o que implica, mais dedutivamente, de atingir o Princípio de Adequação Tipológica, primariamente postulado por Dik (1989).

Uma reinterpretação da Hierarquia de Acessibilidade

De que modo seria possível reinterpretar, em termos semânticos, uma hierarquia formal como a de Keenan e Comrie (1977)?

5 Há outras questões envolvidas na codificação morfossintática do acehnês (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.319-321) que não serão discutidas neste trabalho.

Como mostrado antes, o tariaána traz um dado muito instigante para uma resposta a essa questão.

Constroem-se as relativas de sujeito (tanto S quanto A) de acordo com a estratégia formal de lacuna, e um elemento relativizador, o morfema *ka-*, faz a ligação entre a oração matriz e a relativa, sem, no entanto, marcar caso. Já para relativizar sujeito e objeto, essa língua dispõe de outra estratégia: a nominalização. Se a nominalização não for considerada pelo menos como estratégia compensatória, essas duas funções simplesmente não poderiam ser relativizadas na língua, o que contrariaria o célebre princípio de plenitude formal, postulado por Sapir (1969). Segundo esse princípio, todas as línguas e dialetos estão sempre aptos para todas as tarefas a que se destina como instrumento de interação e comunicação em todos os estágios de mudança.

Encarar a oração relativa de um ponto de vista semântico permite também aceitar não só a nominalização como estratégia de relativização, mas outras com ainda menos características formais, como o caso do jarawára. Como mostrado antes nos exemplos (4.12) e (4.13), essa língua não dispõe de nenhum morfema que ligue a oração relativa à oração principal, e a relação de subordinação se dá em termos puramente semânticos.

No entanto, a modificação exercida pela oração relativa é plenamente bem-sucedida em seus propósitos comunicativos. Os falantes dessa língua certamente se entendem, a comunicação certamente é plena e, portanto, não é necessário, para essa língua, que haja codificação morfossintática específica para esse tipo de construção; dito em termos sapirianos, dispõe de plenitude formal. Por outro lado, encarar a oração relativa de um ponto de vista semântico não implica também descartar as características morfossintáticas que cada língua particular traz consigo.

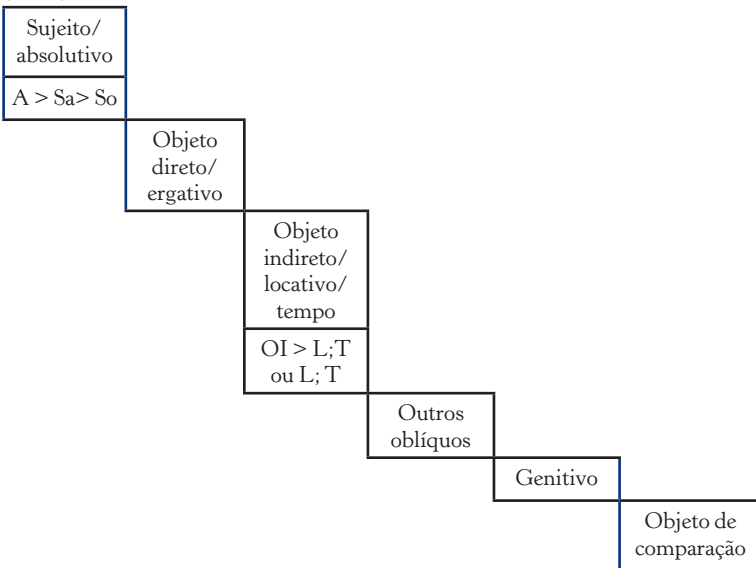
Voltando à HA de Keenan e Comrie (1977), é possível argumentar que os dados aqui discutidos constituem evidência empírica segura de que critérios puramente morfossintáticos não se mostraram suficientes para explicar a relativização nas línguas indígenas brasileiras; suspeitamos que não sejam suficientes para elucidar esse fenômeno ou outros em línguas de outros agrupamentos tipológicos do mundo.

A composição puramente morfossintática da HA merece revisão com a relação das funções formais com, no mínimo, uma interfa-

ce semântica. As evidências aqui fornecidas para o kamayurá e para o kaiwá, por exemplo, apontam para o fato de que, apesar de ser a categoria de sujeito acessível à relativização, somente uma hierarquia sintática não é capaz de generalizar todas as restrições que envolvem a relativização. Como vimos, há, em kamayurá, diferenças de relativização conforme a categoria semântica do SN na posição de sujeito, Sa, So e A, e, em kaiwá, apenas Sa e A são posições comprovadamente relativizáveis.

Em consequência disso, como contribuição deste trabalho, propomos uma hierarquia alternativa para as línguas analisadas, conforme aparece em (4.78):

(4.78)



Como se pode ver, a hierarquia de acessibilidade aqui postulada para dar conta da amostra de línguas indígenas brasileiras mescla funções semânticas e funções sintáticas, além de descartar a linearidade da HA de Keenan e Comrie (1977). Resta saber, agora, se essa hierarquia é universalmente válida, se as evidências obtidas com essa amostra se confirmam em outras amostras tipológicas.

Há fortes razões para postular que a validade da hierarquia postulada com base na interface entre os níveis representacional e morfossintático da GDF, para explicar a relativização nas línguas indígenas brasileiras, pode-se estender, a nosso ver, a outros domínios tipológicos. É somente nessa situação de reinterpretação que os resultados válidos para o universo de pesquisa aqui descrito fornecem ao menos base sólida para a descrição da oração relativa em outras línguas e de grupos genéticos.

Um aspecto a ser investigado no futuro com maior grau de detalhamento e em outra amostragem tipologicamente válida é a relação entre o estatuto das funções semânticas estabelecidas pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional e a relativização. Os resultados deste trabalho apontam para uma equivalência semântico-cognitiva entre as funções de locativo, tempo e referência, que explicam as lacunas nas hierarquias de Keenan e Comrie (1977) e Dik (1997). Além disso, Dik (1997) reconhece a existência de restrições hierárquicas à acessibilidade das funções semânticas, que não foram confirmadas neste trabalho. Resta saber, ainda, se há potencialmente restrições hierárquicas entre as funções de ativo, inativo, locativo, referência, instrumento e comitativo que confirmem a necessidade de recomposição dessas funções numa Hierarquia de Acessibilidade, tarefa não desenvolvida neste estudo.

A abertura de novas frentes de trabalho, cujas trilhas mal se divisam ainda neste trabalho, é, a nosso ver, uma das funções mais relevantes da pesquisa científica. Se esse esforço apontar para caminhos alternativos, terá dado sua contribuição, por menor que seja, para o progresso da ciência da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua seção derradeira, esta obra começa por tentar responder à primeira questão que norteia toda a análise: O que é uma oração relativa? Quais são os critérios para a definição desse fenômeno? A resposta, que permeia toda a análise, foi escolher uma conceituação que desse conta de todos os dados que uma pesquisa tipológica fornece: a definição mais adequada de oração relativa para uma abordagem tipológica não pode basear-se em critérios formais.

Song (2001), citando Croft (1995), afirma a existência de duas razões cruciais para não basear um estudo tipológico em critérios formais. A primeira se funda no fato, suficientemente óbvio, de haver grande variação estrutural existente nas línguas do mundo. Espera-se que línguas faladas por povos de culturas e etnias distintas, que tenham diferentes visões do mundo, não possam ser idênticas formalmente. A segunda razão, em tudo relacionada à primeira, se assenta no fato de serem as configurações morfossintáticas escolhas próprias de cada língua. Essa diversidade não permite, portanto, chegar-se a uma identificação translinguisticamente válida para uma teoria que identifica, por princípio, uma relação de independência entre as línguas particulares e, paradoxalmente, busca fativos universais nos fenômenos linguísticos.

Além disso, as pesquisas que se baseiam em critérios formais tendem a tomar como modelo de análise línguas como o inglês ou o latim, em que as categorias morfossintáticas são facilmente reconhecíveis. Em um estudo tipológico-funcional, entretanto, não é metodologicamente viável tomar como parâmetro ou modelo de descrição línguas como essas, muito conhecidas e privilegiadas historicamente, para todas as demais que são faladas no mundo. Esse caráter etnocêntrico foi denunciado desde o início do século XX, quando antropólogos reagiram contra as medidas avaliativas de seus predecessores nas ciências sociais, que descreviam culturas não ocidentais justamente com a régua das culturas ocidentais.

Essa denúncia propiciou ocasião oportuna para que se desencadeasse reação similar dos linguistas ao modo tradicional de encarar as diferenças entre duas línguas ou duas variedades de uma mesma língua. O postulado fundamental da linguística norte-americana apostava suas fichas no princípio de que cada sistema linguístico deveria ser descrito e analisado com base em sua própria organização estrutural, sem qualquer apelo a comparações de natureza avaliativa com outros sistemas linguísticos. Esse postulado foi um resultado natural da posição relativista da antropologia cultural do início do século.

Ao definirem as orações relativas, estabelecerem critérios para a definição das estratégias de relativização e, principalmente, proporem a Hierarquia de Acessibilidade, Keenan e Comrie (1977), como qualquer linguista, primam por definições que sejam válidas translinguisticamente. No entanto, ao tentarem estabelecer uma explicação para os fenômenos analisados, eles não se desapegam da costumaz visão eurocêntrica de descrição e análise de línguas e elegem categorias mais ou menos reconhecíveis em que baseiam toda a análise.

Não é de se estranhar que línguas como as indígenas brasileiras não se encaixem no modelo de descrição estabelecido por Keenan e Comrie (1977), que se apegam a critérios mais facilmente identificáveis com línguas de estatuto indo-europeu, muito distintas das línguas indígenas brasileiras, como se esses critérios pudessem ser tomados como modelo de descrição válido para toda e qualquer língua. De pronto, fica revogado princípio de adequação tipológica

tão caro a modelos funcionalistas como o da Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997) e o da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

O enfoque específico deste trabalho foi a análise da oração relativa em relação à aplicabilidade da HA proposta por Keenan e Comrie (1977). O primeiro aspecto a ser questionado em relação à aplicabilidade dessa hierarquia ao conjunto de línguas estudado diz respeito à primeira restrição que ela impõe. Keenan e Comrie (1977) e Keenan (1985) definem a oração relativa a partir de critérios morfossintáticos e admitem como estratégias relativizadoras a de lacuna, a de retenção de pronome, a de pronome relativo e a de não redução. Para Keenan (1985), uma oração relativa deve dispor de um morfema, seja ele pronome ou complementizador, que a caracterize como tal.

A aplicação de critérios puramente morfossintáticos, todavia, impediu os autores de considerarem a nominalização, senão como estratégia, pelo menos como alternativa potencial, como é comum a outros tipologistas, como Givón (1990). E é justamente a nominalização a estratégia amplamente empregada nas línguas da amostra, às quais os critérios de Keenan e Comrie (1977) não se aplicam. A construção de relativas se serve da marcação de um afixo nominalizador a uma raiz verbal, cujo resultado aponta para um nome, que funciona como modificador e que é formado a partir de um verbo não finito. Não há, portanto, relativização do ponto de vista formal.

O postulado de não ser a nominalização considerada uma estratégia legítima de relativização é no mínimo discutível. Desse modo, também cai por terra o pressuposto da HA de que todas as línguas dispõem de uma estratégia de relativização primária, dentre as estabelecidas, que pode, no mínimo, ser aplicada ao sujeito.¹ A validade desse postulado fica seriamente comprometida, se considerarmos que a maioria das línguas aqui investigadas não dispõe de orações relativas formalmente identificadas.

É, no entanto, de um ponto de vista funcional que a nominalização pode ser considerada uma estratégia legítima de relativização. É

1 Keenan; Comrie, (1977). p.68.

o que faz Givón (1990) e Comrie (1989). Na esteira desses autores, Camacho (2012) considera a nominalização uma estratégia *compensatória*, o que implica afirmar que a ausência de relativização formal numa língua não justifica afirmar correlativamente a ausência de um mecanismo morfossintático para a obtenção do mesmo efeito modificador de uma relativa formalmente identificada. Como muitas línguas sequer dispõem de adjetivo em seu inventário de classes de palavras,² a modificação simples ou complexa necessita de mecanismos formais alternativos que, apesar de não fazerem parte dos modelos indo-europeus tomados como parâmetros gerais, conspiram positivamente para o cumprimento da mesma função.

2 D'Alarime-Gimenez (2011) trata da relação entre a nominalização como estratégia de relativização e as classes de palavras existentes nas línguas que se utilizam dessa estratégia para formar relativas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano. *Rã-txa hu-ni-ku-i: a língua dos caxinauás do rio Ibuacú, afluente do Murú* (prefeitura de Tarauacá). Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1914.
- ANCHIETA, J. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio Mariz, 1595.
- BASTOS, W. *Relativização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2002.
- BISMARCK, P. V. Aspectos morfosintáticos de la relativización en shipibo-konibo (pano). *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003. p.123-134.
- BYBEE, J. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.
- CAMACHO, R. G. A nominalização como estratégia de relativização em línguas nativas da Amazônia brasileira. *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin. v.49, 2012. p.225-251.
- CÂMARA JR, J. M. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1977.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell, 1989.

- CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.
- CROFT, W. Modern Syntactic Typology. In: SHIBATANI, M. BYNON, T. *Approaches to language typology*. Oxford: Clarendon, 1995.
- _____. *Explaining language chance: an evolutionary approach*. Harlow, Essex: Longman, 2000.
- D'ALARME-GIMENEZ, A. *Estratégias de relativização e classe de palavra: um estudo tipológico-funcional*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2011.
- DEVRIES, M. de. *The syntax of relativization*. Utrecht: Lot. 2002.
- DUBOIS, J.A. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (ed.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985. p.343-66.
- _____. The discourse basis of ergativity. *Language* 64, 1987. p.805-855.
- DIK, S. *The theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.
- _____. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. 2 ed., by K. Hengeveld. Berlin/Nova Iorque: Mouton de Gruyter. 1997.
- DIXON, R.M.W. Ergativity. *Language*. v. 55. Baltimore: 1979. p.59-138.
- FACUNDES, S. Estratégias de relativização em Apurinã (Aruák). *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003. p.71-85.
- FRAWLEY, W. Space. In: _____. *Linguistics Semantics*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1992. p.250-274.
- FOX, B. The noun phrase accessibility hierarchy reinterpreted: subject primacy at the absolute hypothesis. *Language* 63, 1987. p.856-870.
- GALUCIO, A. V. Relativização na língua Sakurabiat (Mekens). *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003. p.49-59.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

- _____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins. 1990.
- GREENBERG, J.H. Some universals of grammar, with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____ (ed.). *Universals of language*. Cambridge: MIT Press, 1963.
- HENGEVELD, K. Linguistic Typology. In: MAIRAL, R.; GIL, J. (ed.). *Linguistic Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p.46-66.
- _____. *Sources on native languages of Brazil*. SIL, 2007.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J.L. *Functional Discourse Grammar: a Typologically-based Theory of Language Structure*. Oxford: OxfordUniversity Press, 2008.
- HOPPER, P. Emergent grammar. In: *Proceedings of the Thirteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 1987, p.213-41.
- KEENAN, E. L. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: University Press. 1985, v.2.
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry* 8, 1977. p.63-99.
- LANGACKER, R.W. *Foundations of Cognitive Grammar. Descriptive Applications*. Standford: University Press. 1991.
- LEHMANN, C. On the typology of relative clause. *Linguistics* 24, 1986. p.663-680.
- MEIRA, S. Orações relativas em línguas Karíb. *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2006. p.105-121.
- MOORE, D. Cláusulas relativas em Gavião de Rondônia. *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003. p.135-143.
- OLIVEIRA, G. *Tipologia da oração relativa nas línguas indígenas do Brasil*. Relatório de Iniciação Científica. 2008.
- _____. *Acessibilidade semântica das construções relativas em línguas indígenas brasileiras: um estudo tipológico-funcional*. 220 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2011.

- PEZATTI, E.G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Tese (Doutorado em Letras). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 1992.
- RIBEIRO, E. R. Orações subordinadas em Karajá. *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003. p.17-47.
- RIJKHOFF, J. et al. *A method in language sampling*. *Studies in languages* 17, 1993. p.169-203.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras*. Para entender as línguas indígenas brasileiras. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2002.
- RODRIGUES, C. L. R. Relativização em Xipaya. *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003. p.61-69.
- SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.
- SEKI, L. A linguística indígena no Brasil. *Delta*, vol. 15, n. esp., 1999.
- SHIBATANI, M; MAKHASHEN, K. A. Nominalization in Soqotri, a South Arabian language of Yemen. In: WETZELS, W. L. (ed.). *Endangered languages: Contributions to Morphology and Morpho-syntax*. Leiden: Brill, 2009. p.9-31. Disponível em: <<http://www.ruf.rice.edu/~eivs/papers/Soqotri%20nominalization.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2011
- SONG, J. S. *Linguistic typology*. Morphology and syntax. London: Lonmans, 2001.
- TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Univesity of Pennsylvania, PhD dissertation, 1983.
- VAN VALIN, R.D. On distruibution of passive and anti-passive constructions in universal grammar. *Lingua*, v.50. North-Holland, 1980. p.303-327.
- VOORT, H. van der. Construções atributivas em Kwazá. *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003. p.87-104.

Gramáticas de línguas indígenas

- ABBOTT, M. Macushi. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (eds). *Handbook of Amazonian Languages*. Vol. 3. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. p.23-160.
- AIKHENVALD, A. Y. *A Grammar of Tariana, from Northwest Amazonia*, Cambridge: CUP, 2003.
- _____. Warekena. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*, v.4. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988. p.225-439.
- ARAUJO, G. A. *A Grammar of Sabanê: A Nambikwaran Language*. Utrecht: LOT, 2004.
- BACELAR, L. N. *Gramática da língua kanoê*. Nijmegen, 2004.
- BENDOR-SAMUEL, D. *Hierarchical Structures in Guajajara*, Summer 1972.
- BORGMAN, D. M. Sanuma. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. v.2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990. p.17-248.
- BOSWOOD, J. *Quer falar a língua dos canoeiros? Rikbaktsa em 26 lições*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1978.
- CALLOW, J. C. *The Apinayé Language: Phonology and Grammar*. Ph.D. thesis. London University, School of Oriental and African Studies, 1962.
- CÂNDIDO, G. V. *Descrição morfossintática da língua shanenawa (páno)*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Unicamp, 2004.
- CARDOSO, V. F. *Aspectos morfossintáticos da língua kaiwoá (Guarani)*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2008.
- CHAPMAN, S.; DERBYSHIRE, D. C. Paumarí. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds). *Handbook of Amazonian Languages*. v.3. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. p.161-345.
- CROFTS, M. *Aspectos da língua munduruku*. Cuiabá: Summer Institute, 2004.
- CROFTS, M. *Gramática mundurukú*. Série Linguística, 2. Cuiabá: Summer Institute of Linguistics, 1973.

- CROWELL, T. H. *A Grammar of Bororo*. Ph.D thesis, Cornell University, 1979.
- CRUZ, M. O. S. *Fonologia e gramática ingarikó*. Dissertação. Amsterdam: Vrije Universiteit Amsterdam, 2005.
- DERBYSHIRE, D. C. Hixkaryana. In: COMRIE, B.; SMITH, N.; HAAS, A. *Lingua Descriptive Studies*. v.1. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1979. p.1-185.
- DIXON, R. M. W. *The Jarawara Language of Southern Amazonia*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DOBSON, R. M. *Aspectos da língua kayabí*. Série Linguística, 12. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1988.
- EPPS, P. *A Grammar of Hup*. Dissertation, University of Virginia, 2005.
- EVERETT, D. L. *A língua pirahã e a teoria da sintaxe*. Descrição, perspectivas e teoria. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- EVERETT, D.L.; KERN, B. *Wari: The Pacaas Novos Language of Western Brazil*. Londres: Routledge, 1997.
- FACUNDES, S. S. *The Language of the Apurinã People of Brazil (Arawak)*, Ph.D. Diss. SUNY-Buffalo, NY, 2000.
- FAUST, N.; LOOS, E. E. *Gramática del idioma yaminahua*, Lima: Instituto Lingüístico de Verano, 2002.
- FERREIRA, R. V. *Língua matís: aspectos descritivos da morfosintaxe*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. *Língua Matís (Pano): uma descrição gramatical*. Tese de doutorado. Campinas : Unicamp, 2005.
- FRANCESCHINI, D. *La Langue Sateré-Mawé, description et analyse morphosyntaxique*. Dissertação. Université Paris VII, 1999.
- GABAS JR, N. *A Grammar of Karo, Tupí (Brazil)*. Dissertação. University of California. 1999.
- GOMES, Dionei Moreira. *Estudo morfológico e sintático da língua munduruku (Tupi)*. Tese (UnB). Brasília: 2006.
- _____. *Oração relativa em mundurukú?* In: *handout da comunicação apresentada no II Encontro Internacional de Línguas e Culturas dos Povos Tupi*. Brasília: 2007.

- HAWKINS, R.E. Wai wai. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. v.4. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p.25-224.
- KAKUMASU, J. Urubu-Kaapor. In: DERBYSHIRE, D.C., PULLUM, G. (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. v.1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p.326-403.
- KNEELAND, H. *Lecciones para el aprendizaje del idioma mayoruna*. Instituto Lingüístico de Verano Edición Provisional, n.14, 1979.
- KOEHN, E.; KOEHN, S. Apalai. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. v.1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p.33-127.
- KROEKER, M. H. *Gramática descritiva da língua nambikwára*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2003.
- MAGALHÃES, M. M. S. *Sobre a morfologia e a morfossintaxe da língua guajá (família Tupi-Guarani)*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2007.
- MARTINS, S. A. *Fonologia e gramática dâw*. 2 vols. Utrecht: LOT. 2004.
- MCLEOD, R.; MITCHELL, V. *Aspectos da língua xavante* 2. ed. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 2003
- METZGER, R. G. *Gramática popular del carapana*. Bogotá: Ministerio de Gobierno, 1981
- MONTAG, S. *Lições para a aprendizagem da língua kaxinawá*. 2. Ed. Lima: Instituto Lingüístico de Verano, 2004.
- POPJES, J., POPJES, J. Canela-Krahô. In: DERBYSHIRE, D.C., PULLUM, G. (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. v.1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p.128-199.
- OLIVEIRA, C. C. *The Language of the Apinajé People of Central Brazil*. Tese de doutorado. Oregon: University of Oregon, 2005.
- RAMIREZ, H. *A fala tukano dos ye'pâ-masa*. Tomo I: Gramática. Manaus: CEDEM, 1997.
- RAMIREZ, H. *Gramática do baniwa-curripaco*, Manaus: EDUA, 2000.
- ROWAN, O.; BURGESS, E. *Gramática parecis*. Anápolis: Sil, 2008.
- SANDALO, F. A *Grammar of Kadiwéu*. Dissertação. University of Pittsburgh, 1995.

- SEKI, L. *Gramática do kamaiurá*. Língua tupi-guarani do Alto Xingu. Campinas: Imprensa Oficial, 2000.
- STORTO, L. *Aspects of a Karitiana Grammar*. Dissertation, Massachusetts: Institute of Technology. 1999.
- TOBLER, S. J. *The Grammar of Karipúna Creole*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, Série linguística, n. 10., 1983.
- VOORT, H. van der. *A Grammar of Kwaza*. Mouton Grammar Library 29. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- WIESEMANN, U. *Die Phonologische und Grammatiche Struktur der Kaingáng-Sprache*. Janua Linguarum, series practica, 90. The Hague: Mouton, 1972.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Arlete Quaresma

